

# MARÉS

Revista da Mútua dos Pescadores para o Mar e Economia Social



DISTRIBUIÇÃO GRATUITA - EDIÇÃO QUADRIMESTRAL - #75 - AGOSTO 2016

- Desafios da Pesca: contributos dos partidos políticos
- Pesca Turismo: artigo do Secretário Regional das Pescas dos Açores
- Segurança e Saúde Marítima: sensibilização, formação e certificação
- "Pés no Terreno": balanço da ação cooperativa





# PONTO SEGURO

mediação de seguros, lda

SEGUROS DESDE  
**1982**



## SOLUÇÕES ESPECIALIZADAS

Autarquias • Instituições Públicas e Privadas • Empresas  
• Particulares • Parcerias com Economia Social



PRODUTOS

- Automóvel
- Acidentes de Trabalho
- Acidentes Pessoais
- Multiriscos
- Viagem
- Transporte de Mercadorias
- Marítimo Recreio/Turística
- Saúde
- Vida
- Responsabilidade Civil

PARCEIROS

**MetLife**

**FIDELIDADE**  
SEGUROS DESDE 1884

**MAPFRE**  
SEGUROS

**ACOREANA**  
SEGUROS

**Allianz**

**SAÚDE PRIME**  
Saúde para todos

**PREVIDA**  
SEGUROS DE VIDA

**SEGUROS MUTUA**

**LUSITANIA**  
Grupo Montepio

**TRANQUILIDADE**

**ZURICH**

**GENERALI**  
Companhia de Seguros

**CARAVELA**  
SEGUROS

**Liberty Seguros**

**Groupama**

**VICTORIA**  
Uma empresa do Grupo Segurador SMA

[www.pontoseguro.pt](http://www.pontoseguro.pt)

SEDE

Av. Santos Dumont, 57 - 2º Esq.  
1050-202 Lisboa • Tel.: 213 301 520  
[pontoseguro.lx@pontoseguro.pt](mailto:pontoseguro.lx@pontoseguro.pt)





> editorial: Jerónimo Teixeira

## 1. Este Mundo está mais perigoso?

A história da Humanidade mostra que ao longo dos milénios o sentido geral é de progresso, desenvolvimento, maior bem-estar, maior longevidade, melhor qualidade de vida, maior segurança, maior liberdade, maior participação na vida pública. E tudo isto porque Homem e Natureza numa interação constante têm encontrado equilíbrios e vencido desafios que a ciência e a técnica bem exprimem, mas também porque a procura de um sentido para a vida em sociedade não parou de se colocar, e valores, princípios, ética há muito fazem parte do património imaterial, renovando-se, evoluindo, numa ação dialética constante e infundável.

Somos, cada um de nós, pequenos grãos de areia, pequenas gotículas da água deste imenso universo, mas nem por isso estamos dispensados de intervir, neste movimento perpétuo, podendo escolher muito do nosso devir, do sentido da nossa ação, da vontade de pensar e agir.

Nos dias que vivemos com uma capacidade de comunicação à escala global com cada vez menos filtros, são propagadas ideologias de violência e terror e são feitos apelos a lançar mão de qualquer forma ou instrumento que possa matar ou destruir. Ao mesmo tempo, alguns mais poderosos dominam meios para influenciar comportamentos, ditar regras, estabelecer modas, apagar culturas locais, servindo interesses próprios.

Chega a cada um de nós, em cada momento das nossas vidas, uma imensidão de dados, um montão de informações, que nos atordoam e muitas vezes pode desorientar. Como nos disse a grande poetisa Sophia de Mello Andresen na sua Cantata da Paz "vemos ouvimos e lemos, não podemos ignorar", pelo que tal fenómeno não deve, não pode tirar o sentido crítico, a capacidade de pensar pela nossa própria cabeça, de fazermos as nossas escolhas e sobretudo a vontade de agir segundo padrões de respeito pela liberdade do nosso próximo para podermos exigir o respeito pela nossa liberdade, segundo valores de solidariedade e respeito pelos menos capazes e com maiores dificuldades, porque os homens nascem todos iguais em direitos, mas não nascem todos iguais em capacidades e condições.

O terrorismo que lança mão de qualquer instrumento que possa matar ou destruir e não menos amedrontar é indesculpável, é insano, é criminoso.

A guerra que é levada a qualquer país, a qualquer região é ainda mais dramática e destruidora e a Humanidade vem demonstrando grande dificuldade para promover mecanismos de controlo, regulação e superação de conflitos pela via do diálogo e negociação, que previnam e evitem o seu deflagrar, poupando vidas e sofrimento humano.

As ameaças à paz internacional e as ameaças à segurança

dos cidadãos, suas liberdades e direitos democráticos, devemos incentivar a uma maior atenção e participação em face dos fenómenos políticos internos e internacionais, certos de que esse é o nosso contributo para que a Humanidade, não obstante avanços e recuos, momentos mais felizes e outros mais dramáticos, continue a ter como rumo o progresso e o desenvolvimento.

O Movimento Cooperativo sempre esteve do lado da Paz, da Liberdade e da Democracia.

## 2. A Mútua tem em marcha uma campanha de filiação de novos cooperadores!

A Mútua dos Pescadores é uma cooperativa de utentes de seguros, com as suas mais profundas raízes na pesca profissional, mas há muito aberta a acolher pessoas, empresas e entidades de outras atividades que queiram utilizar os seus serviços de seguradora. É com grande satisfação que temos verificado a confiança de milhares de novos tomadores de seguros, sobretudo dos setores definidos como estratégicos e que são para além da pesca a náutica de recreio, a marítimo turística, outras atividades ligadas ao mar e o setor cooperativo e social, mas verificamos com preocupação que poucos assumiram a condição de cooperadores.

Na Assembleia Geral de março de 2016 foram aprovadas medidas que facilitam a filiação, como cooperadores, de tomadores de seguros, segurados e pessoas seguras, o que se deseja e constitui a melhor concretização do princípio da porta aberta, dando, com a filiação, o primeiro passo para uma participação mais ativa e consciente na vida coletiva desta organização cooperativa.

Esta campanha complementa o "Plano de Reforço de Ação Cooperativa da Mútua dos Pescadores – Pés no Terreno" que já contou este ano com meia centena de ações nas mais diversas regiões e comunidades e que visa aproximar a Mútua dos seus utentes, ouvindo-os, ajudando-os a organizar-se, participando nas suas iniciativas, e simultaneamente prestando contas da atividade da Mútua e dos seus projetos para o futuro.

Uma cooperativa de seguros tem que se distinguir das restantes seguradoras porque sendo uma organização cooperativa tem como objetivo prestar o melhor serviço aos seus cooperadores e demais utentes ao preço justo e não tem como objetivo o lucro para remunerar acionistas. O preço dos seguros deve assim corresponder às exigências de caráter técnico e financeiro para garantir a sustentabilidade da atividade e o auto financiamento que o desenvolvimento e a independência da organização sempre exigem. Prestar o melhor serviço implica disponibilizar os produtos adequados a cada situação de risco, esclarecendo os segurados das condições do contrato de seguro, em especial as coberturas e seus limites e a melhor forma de proteger os riscos da sua atividade, mas também as possibilidades de prevenção e mitigação do risco, porque o sinistro e as perdas que lhe estão associadas não aproveitam ao segurado nem à seguradora. Mas numa cooperativa, a governação é da responsabilidade dos cooperadores e exercida de forma democrática, porque na Assembleia Geral residem os mais vastos poderes e elegendo e sendo eleitos para os diversos órgãos sociais detêm o poder executivo e fiscalizador. Acreditamos que o modelo cooperativo é uma forma de organização económica socialmente justa, convocando as pessoas para a sua intervenção cívica e associativa, respondendo numa forma independente, coletiva e solidária às suas necessidades. A filiação dos utentes da Mútua enquanto cooperadores é condição necessária para o exercício dos seus direitos de participação, informação e formação. Daí o nosso apelo à filiação de todos os utentes!





- 3 Traçando o Rumo
- 5 Notícias
- 9 Atividade Seguradora
  - Neste verão - Não esqueça os seguros da embarcação de recreio

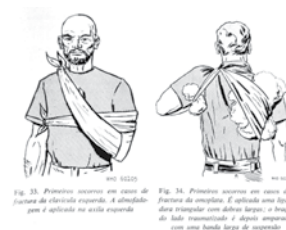
- 12 Pesca
  - Desafios para o setor da pesca
  - IX Congresso Federação dos Sindicatos do Sector da Pesca, por Secretariado da Federação dos Sindicatos do Sector da Pesca



- 20 Pesca Turismo
  - Valorizar o património piscatório e aumentar o rendimento dos pescadores, por Fausto Brito e Abreu, Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia dos Açores

- 22 Segurança Marítima
  - O reforço de uma cultura de segurança no mar - As iniciativas da autoridade marítima nacional, por Direção-geral da Autoridade Marítima

- 24 Saúde Marítima
  - É como tudo se resumisse a isto: No mar, como em terra, ainda não se compreende bem o valor da vida humana, por Maria do Céu Baptista



- 28 Cultura Costeira
  - Os pescadores: Projecto investigação artística sobre o litoral português, a partir da obra de Raul Brandão, por Raquel Belchior

- 30 Mar Livre
  - O fascismo português e o enquadramento social dos pescadores, por Álvaro Garrido

- 32 Setor Cooperativo e Social
  - Portugal Economia Social - Um balanço
  - Eleições para os órgãos sociais da CONFECOOP, por José Luís Cabrita
  - O poder da cooperação na Europa, por Marta Pita



- 36 Guia Prático
  - Música como vocação, por Marta Pita

- 38 Arte e Cultura
  - Camões, por Adelino Cardoso

- 40 Da Mútua
  - Pés no Terreno - Plano de Reforço de Ação Cooperativa da Mútua dos Pescadores - Balanço, por João Delgado
  - Carta aberta aos cooperadores



## 42 Pequenos Anúncios

### CONTACTOS MÚTUA

**Lisboa - Sede:**  
213 936 300 / geral@mutuapescadores.pt  
**Viana do Castelo:**  
258 101 495 / viana@mutuapescadores.pt  
**Vila do Conde:**  
252 623 265 / viladoconde@mutuapescadores.pt  
**Matosinhos:**  
229 382 531 / matosinhos@mutuapescadores.pt  
**Aveiro:**  
234 368 115 / aveiro@mutuapescadores.pt

**Nazaré:**  
262 551 031 / nazare@mutuapescadores.pt  
**Peniche:**  
262 780 040 / peniche@mutuapescadores.pt  
**Setúbal:**  
265 537 343 / setubal@mutuapescadores.pt  
**Sesimbra:**  
212 231 775 / sesimbra@mutuapescadores.pt  
**Sines:**  
269 635 844 / sines@mutuapescadores.pt

**Portimão:**  
282 411 374 / portimao@mutuapescadores.pt  
**Olhão:**  
289 714 403 / olhao@mutuapescadores.pt  
**Funchal:**  
291 222 758 / funchal@mutuapescadores.pt  
**Ponta Delgada:**  
296 288 940 / ponta.delgada@mutuapescadores.pt  
**Horta:**  
292 391 920 / horta@mutuapescadores.pt

PROPRIEDADE

EDIÇÃO



Fotografia de capa: Cristina Moço e Marta Pita, a bordo do "Romper da Aurora", Carrasqueira, 2007

• Propriedade> Mútua dos Pescadores - Mútua de Seguros, C.R.L., Avenida Santos Dumont 57, 6º - 1050-202 Lisboa, Tel.: 213 936 300, Fax: 213 936 310, www.mutuapescadores.pt, geral@mutuapescadores.pt, NIPC 500 726 477 • Diretor> José António Amador • Conselho Editorial> João Delgado, Jerónimo Teixeira, Ana Vicente, Adelino Cardoso, Marta Pita e Vasco Pinheiro • Edição, Produção e Publicidade> Bleed - Sociedade Editorial e Organização de Eventos, Lda., Av. da República 41, 3.º - 305, 1050-187 Lisboa, Tel.: 217 957 045/6, info@bleed.pt • Impressão> Gráfica, Lda • Tiragem> 8.000 exemplares • N.º Registo> 124498 • Dep. Legal>209498/04

\*A Marés adota o Acordo Ortográfico, mas respeita a opção de cada autor

ASSOCIAÇÕES EM DESTAQUE

## Valorização da Pesca e das Comunidades



Cabaz do Peixe, Sesimbra.  
www.cabazdopeixe.pt



Cabaz do Mar, Azenha do Mar  
www.cabazdomar.pt



Cabaz Fresco Mar, Fuzeta  
www.aapf.pt

Na última edição da Marés fizemos eco do projeto **Secreta Tradição**, promovido pela **AAPSACV – Associação de Armadores de Pesca Artesanal e do Cerco do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina**, que aposta nas conservas. Colocando em rede um conjunto de entidades locais e não só, contribui também para a dinamização local da economia da fileira da pesca em Sines, envolvendo três agentes, para além da Associação: a Litoralfish, sediada em Sines, que armazena e transporta o pescado desde a Lota de Sines, até Matosinhos; a fábrica de conserva La Gondola, em Matosinhos, que faz a transformação; e a garrafeira “Talha”, que promove o produtos. No nosso site oficial juntámos à “Secreta Tradição” o **Cabaz do Peixe de Sesimbra**, promovido pela **AAPCS – Associação de Armadores de Pesca Artesanal Centro e Sul**, que aposta na venda de peixe fresco. Um projeto de comercialização de proximidade em circuitos curtos entre pescadores e consumidores, sem intermediários. Conta com a Docapesca e a Câmara Municipal de Sesimbra como entidades parceiras, e com o apoio da ADREPES – Associação para o Desenvolvimento Regional da Península de Setúbal, Liga para a Proteção da Natureza. A Mútua deu também o seu apoio na fase de arranque do projeto.

Cumpre-nos agora fazer toda a justiça juntando mais dois projetos de Cabazes que se orientam pelos mesmos princípios. Todos projetos que se desenvolveram com o apoio do PROMAR Programa Operacional Pesca. São eles o **Cabaz do Mar**, promovido pela **Associação Cultural e de Desenvolvimento de Pescadores e Moradores da Azenha do Mar** e o **Cabaz Fresco Mar**, promovido pela **Associação de Armadores de Pesca da Fuzeta** e que conta também com o apoio da Docapesca, este último o mais recente de março de 2016.

São os três projetos de venda de Peixe Fresco sem intermediários - diretamente dos Pescadores para os consumidores - através das Associações sem fins lucrativos. Têm ainda em comum a promoção da Pesca Artesanal dos seus mares, e de práticas mais sustentáveis. Aproximam consumidores e produtores, ajudam a desenvolver o sector da pesca e as suas comunidades. O preço é garantidamente mais justo para o pescador e para o consumidor; e a qualidade aqui é sinónimo de frescura garantida para o consumidor. Valorizam-se também espécies de mais baixo valor comercial, já que um dos princípios é os cabazes terem 1/3 destas espécies. O consumidor não escolhe as espécies, mas pode seleccionar três espécies que não deseja. O preço é fixo e as quantidades também. O peixe chega fresquinho e amanhã em água salgada. Pronto a consumir ou a congelar.

O maior desafio destes projetos é também a sua maior força: intervêm no circuito da comercialização subvertendo o grande paradigma da sociedade de consumo individualista por excelência, tornando o consumidor parte de uma cadeia natural da qual está por norma arredado. Os pescadores pescam o que o mar lhes dá, e o que o mar lhes dá é também o que o mar nos dá a nós, consumidores, sem adulterações.

Há também uma mudança de mentalidades a operar aqui, longe do frenesim do consumismo promovido pelas grandes superfícies e grandes cadeias de retalho. Escolhemos sim, mas uma via sustentável e duradoura que nos ligue a uma filosofia de bem comum.

Bem hajam os pescadores e as comunidades, as associações que promovem estes projetos, os parceiros que os acolhem e os consumidores que garantem a sua sustentabilidade!

Marta Pita

APROPESCA – UMA ORGANIZAÇÃO DE PRODUTORES DA PESCA DA PÓVOA

## Serviços em prol da comunidade poveira



A APROPESCA é uma Organização de Produtores do sector da Pesca Artesanal, sediada há mais de trinta anos nesta cidade da Póvoa de Varzim, associação única desta actividade e desta cidade da Póvoa de Varzim, pelo que o seu engrandecimento e reconhecimento é meritório dos longos anos de dedicação aos nossos pescadores poveiros e lobos do mar.

Enquanto OP devidamente reconhecida pelas entidades públicas, é nossa obrigação fomentar as mais diversas actividades direccionadas para os nossos associados, bem como para o público em geral, promovendo comportamentos de consumo de pescado fresco, comportamentos de prevenção de pesca ilegal, comportamentos de protecção ambiental, entre outros.

No âmbito destas nossas intervenções, pautamos nos últimos tempos por um comportamento que seja mais visível e reconhecido também pelo nosso povo e nossa comunidade, pelo que no final do ano de 2015 re-inauguramos a Capela da Casa dos Pescadores, com as obras de restauro integralmente suportadas por esta Associação e seus associados, a qual se mantém aberta ao público todos os dias da semana, celebrando a vida e a fé cristã em momentos únicos.

Por outro lado, iniciamos este ano um ciclo de novas medidas de promoção do consumo de pescado fresco, com o evento PEIXE DO NOSSO MAR, no qual demonstramos ao público em geral e todos os interessados algumas formas mais tradicionais de cozinhar algumas espécies capturadas pelas embarcações dos nossos associados: sardinha, pescada, tamboril, espadarte e polvo. Desenvolvemos assim uma maior proximidade com a nossa cultura e os nossos hábitos, promovendo no final uma pequena festa e convívio entre todos.

Porque entendemos que este evento teve e terá um impacto considerável quer na nossa população poveira, quer nos nossos associados, quer ainda nas pessoas que visitam a nossa cidade, este evento será repetido nos anos vindouros com novas demonstrações e acções de promoção do consumo do pescado.

Apropesca - Organização de Produtores de Pesca Artesanal  
Póvoa de Varzim



A Mútua associou-se a esta iniciativa da PONG-Pesca, que pretendeu juntar durante dois dias os principais atores da pequena pesca para uma discussão participada de vários temas que têm em comum a procura de uma pesca sustentada nas suas dimensões social, económica, política e ambiental.

Porque entendemos que falar de Segurança é falar de futuro e de sustentabilidade da pesca, propusemos à organização a realização de um painel sobre este tema. Ficámos então responsáveis pela dinamização do Painel "Salva-vidas – Boas Práticas para a Segurança no Mar" (no 2º dia de manhã), tendo convidado as autoridades com responsabilidades nesta área e com quem trabalhamos em diversos fóruns para se juntarem a nós.

Estiveram connosco a Direção Geral da Autoridade Marítima e a Autoridade para as Condições de Trabalho. Convidámos também para esta reflexão conjunta a Associação de Armadores de Pesca Artesanal e Local do Centro e Sul (AAPCS).

O evento foi coorganizado pela Câmara Municipal de Sesimbra e Mútua dos Pescadores. Foram ainda parceiros a Docapesca – Portos e Lotas, SA, o Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA), a Rede Europeia das Zonas de Pesca (FARNET) e a *Low Impact Fishers of Europe* (LIFE).

No final de dois dias intensivos de trabalho coletivo, de perguntas e respostas, de reflexão e crítica, os cerca de 150 participantes, puderam partilhar informação sobre os financiamentos disponíveis neste quadro comunitário Portugal 2020 para a pesca e outras ferramentas de financiamento; identificar e analisar os principais desafios de gestão sustentável da pequena pesca; e ficar a conhecer projetos e casos de sucesso de valorização e inovação dos produtos da pesca, como os Cabazes (apresentados também nesta Marés). Não obstante as dificuldades do setor identificadas – défice de participação do setor na gestão, legislação desadequada e excesso de burocracia, desvalorização do pescado e valor do peixe em lota, concorrência das grandes pescarias, sistema de quotas, falta de formação adaptada à realidade, perigosidade, falta de perspetivas para os jovens – reconhece-se as potencialidades da pequena pesca e o seu lugar preponderante no garante da sustentabilidade do setor.

Para os organizadores do seminário *"a prioridade será sempre a sustentabilidade ambiental, pois para nós se essa não estiver garantida, nunca será possível assegurar a sustentabilidade económica e a social. A Política Comum de Pesca atualmente em vigor tem metas ambientais ambiciosas, e estamos certos que a pequena pesca pode claramente ajudar a atingi-las."* *"No entanto, temos consciência que há grande necessidade de trabalhar efetivamente todos os pilares da sustentabilidade, pois se forem superadas determinadas questões económicas e sociais, mais facilmente será possível avançar em termos de conservação dos ecossistemas e das espécies."* (Gonçalo Carvalho, em Comunicado da PONG-Pesca de 4 de julho de 2016).

A PONG-Pesca não pretende ficar por aqui e quer dar continuidade a este trabalho de sinergias, em moldes ainda a definir, no sentido de apontar caminhos para superar as dificuldades e os desafios.

Marta Pita

## Relatório de avaliação final



A Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT) publicou recentemente o Relatório de Avaliação Final da "Campanha para a Melhoria das Condições de Trabalho na Pesca", que decorreu em 2014 e 2015.

Trata-se de um documento que caracteriza a Campanha, dá conta das ações realizadas, divulga e avalia os resultados, concluindo pela necessidade de se manter o seu acompanhamento. O documento, que pode ser consultado no site da ACT, <http://www.act.gov.pt/>, também foi divulgado no site e facebook da Mútua.

A Mútua, que fez parte da parceria da Campanha, nomeadamente participando nas reuniões e seminários, foi divulgando tempestivamente nos seus órgãos de comunicação os documentos mais importantes que resultaram dos trabalhos desenvolvidos.

A Mútua congratula-se com os bons resultados apurados nesta Campanha, que certamente contribuirão para melhorar as condições de trabalho na pesca, nas suas diversas facetas, incluindo a da segurança marítima.

E a ACT, bem como os restantes parceiros da Campanha, poderão continuar a dispor da nossa participação entusiástica, em tudo o que possa favorecer a dignidade profissional dos pescadores, classe que tanto estimamos, e que constitui a base da existência desta cooperativa de utentes de seguros.

## A Marés na Revista de Marinha

A edição nº. 992, referente a julho/agosto de 2016 da "Revista de Marinha" dedica um espaço ao último número da "Marés", que pode ser lido consultando o referido periódico ou o nosso site ([www.mutuapescadores.pt](http://www.mutuapescadores.pt)). Agradecemos e retribuimos a simpatia e os elogios, reconhecendo igualmente a grande qualidade da "Revista de Marinha" que constitui uma referência incontornável ao nível dos órgãos de comunicação da especialidade marítima.





# Verão nas comunidades piscatórias



**Dia da Marinha do Tejo**  
18 Junho 2016  
1030 - Cascaes Colunas  
1350 - Base Naval de Lisboa (Tejo)

**IV CRUZEIRO RELIGIOSO E CULTURAL DO TEJO**  
Vila Velha de Ródão - Oeiras  
28 Maio a 18 Junho 2016

**FESTAS DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO DE TRÓIA 2016**  
20 a 22 DE AGOSTO SERRAL e PENINSULA DE TRÓIA

**SEMANA DO MAR**  
26 MAIO A 05 JUNHO  
Parque Urbano de Albarquel

**SEMANA DO MAR**  
20-28 Maio  
Lagos 2016

**dia do Pescador**  
SINES • 28 MAIO • 2016

**DIA NACIONAL DO PESCADOR**  
29 Maio 2016  
III ENCONTRO NACIONAL EM Fátima

**COMEMORAÇÕES DO DIA DO PESCADOR**  
SÁBADO, 25 DE MAIO DE 2016  
BÊNÇÃO DOS BARCOS 16H30M  
PASSEIO À PONTA DA PIEDADE 17H00M  
CONVÍVIO 19H00M

**OS PESCADORES**  
RAUL BRANDÃO  
4 DE JUNHO | 10H-18H | SCLUB - AV. DOS PESCADORES, 138 | MONTEJO

**Dia Do Pescador**  
A Associação de Pescadores Gracicosenses Convida todos os Armadores, Pescadores, Socios e respectivas familias Para a comemoração do Dia do Pescador  
31 de Maio de 2016

**DIA DO PESCADOR 31 MAIO 2016 OLHÃO**  
Programa Dia do Pescador - 31 de Maio

## 1.ª Escola de Mergulho certificada



No âmbito das competências da Direção-Geral da Autoridade Marítima como autoridade nacional competente para o reconhecimento e certificação das matérias relativas ao mergulho profissional, foi recentemente certificada a primeira escola de mergulho profissional em Portugal - a Casco Antigo -, para além da Escola de Mergulhadores da Marinha, a única existente até à data.

Esta nova escola de mergulho faz parte integrante da empresa IBERAGAR, que foi fundada em agosto de 1964, em Alverca do Ribatejo pela fusão de duas companhias (Biomar e AGC), e se estabeleceu na margem sul do Tejo (Coima, Barreiro), em 1970, onde permanece até aos dias de hoje na sequência da aquisição da Sociedade Japonesa Unialgas.

A empresa dedica-se à prospecção e aquisição de matéria prima (algas) para a produção de Agar-agar, um colóide purificado de algas vermelhas do género "Gelidium", onde se especializou. Quimicamente o agar é uma molécula complexa que possui um conjunto propriedades particularmente úteis em diversas indústrias Alimentar, Farmacêutica e Biotecnológicas. A IBERAGAR exporta quase a totalidade da sua produção. Paralelamente a empresa desenvolveu outra área de negócio que funciona como Loja e Escola de Mergulho comercialmente conhecida por Casco Antigo Portugal que se dedica à comercialização e formação nas mais diversas áreas do mergulho, Profissional, Recreativo e Militar.

Com a abertura desta escola será possível formar novos mergulhadores em Portugal, inicialmente com a categoria mergulhador-inicial, e que irão prover mão-de-obra especializada para um mercado de novas profissões ligadas ao mar, como sejam o apoio às infraestruturas de aquicultura e energia offshore, apanha de algas, etc.

Direção-Geral da Autoridade Marítima

## Seguros de Mergulho

Nas páginas da "Marés" já por diversas ocasiões se abordou esta questão.

A propósito da informação da DGAM sobre a primeira escola de mergulho profissional certificada, que publicamos nesta edição, e numa época do ano em que o assunto ganha relevo; relembramos aqui - adaptando o fundamental de um artigo anterior que mantém total atualidade - os regimes de seguros específicos aplicáveis às diversas áreas do mergulho, que a Mútua dos Pescadores, enquanto segurador especializado nas atividades marítimas, também disponibiliza.

### Mergulho Profissional

Um mergulhador profissional, ao serviço de uma empresa ou outra entidade, tal como qualquer trabalhador por conta de outrem noutra atividade, deve estar coberto pelo seguro **obrigatório de Acidentes de Trabalho**, efetuado pela respetiva entidade patronal.

Se trabalhar por conta própria, o seguro de **Acidentes de Trabalho**, neste caso subscrito pelo interessado, é igualmente **obrigatório**.

### Prestadores de Serviços de Mergulho

Para além do seguro **obrigatório de Acidentes de Trabalho** exigido, caso os seus colaboradores tenham o estatuto de trabalhadores por conta de outrem; há ainda a necessidade de possuir o seguro **obrigatório de Acidentes Pessoais** a favor dos mergulhadores aos quais prestam serviços (formação, mergulhos guiados e batismos de mergulho, aluguer de equipamentos e misturas respiratórias).

### Mergulho Recreativo

Neste caso, estamos em sede de seguro facultativo.

A Mútua dispõe também de soluções para esta preocupação, com seguros que garantem os **Acidentes Pessoais** (incluindo os gastos hiperbáricos) mesmo durante o trajeto de e para o local do mergulho, bem como nas viagens de barco, **Assistência e Responsabilidade Civil**.



**MÚTUA**  
DOS PESCADORES

**A tua  
segurança!**

site: [www.mutuapescadores.pt](http://www.mutuapescadores.pt)  
e-mail: [geral@mutuapescadores.pt](mailto:geral@mutuapescadores.pt) • tel.: 213 936 300



NESTE VERÃO

# Não esqueça os seguros da embarcação de recreio

Uma das diferenças que caracteriza a Mútua dos Pescadores, na sua dupla qualidade de segurador e cooperativa, é exatamente a preocupação com os direitos associativos. Um desses principais direitos é o de receber informação rigorosa, clara e regular sobre os seguros necessários em cada atividade lúdica ou profissional, sobretudo no ambiente marítimo, onde somos especialistas.

É nesse sentido que respigamos aqui, com algumas adaptações, um outro artigo sobre os seguros para as embarcações de recreio, que mantém plena atualidade, e certamente do interesse de muitos cooperadores e clientes.

## 1. ENQUADRAMENTO GERAL

Em matéria de segurança, concorrem várias medidas de prevenção, de proteção e de reparação.

O Decreto-Lei nº. 124/2004, de 25 de maio, que regulamenta a náutica de recreio, remete alguns aspetos particulares para legislação complementar.

Por exemplo, o seu artigo 42º., que estabelece a obrigatoriedade do seguro de responsabilidade civil, decorre da Portaria nº. 689/2001, de 10 de julho, que o pormenoriza.

Partindo desta base, vejamos, pois, em síntese, quais as principais situações passíveis de serem transferidas para um segurador, começando pelas embarcações de recreio.

## 2. RESPONSABILIDADE CIVIL

Esta é a primeira das coberturas a considerar no seguro duma embarcação de recreio.

Antes do mais, porque, como referimos no ponto anterior, é obrigatória por lei - garantindo um valor mínimo de € 250.000,00 -, para todas as embarcações de recreio, quer sejam a motor, quer sejam à vela, mas estas últimas apenas se tiverem mais de 7 metros de comprimento.

As provas desportivas implicam uma aceitação especial.

Mediante acordo entre as partes, a apólice pode também incluir as despesas e custas judiciais.

Essa responsabilidade civil tem uma caráter objetivo, significando que funciona mesmo quando não existe culpa do proprietário ou do skipper. As situações de exclusão são mínimas. Mas outra razão, quanto a nós ainda mais forte, justifica que todos os proprietários das embarcações de recreio, mesmo os que não estão obrigados a transferir essa responsabilidade para um segurador, devam fazê-lo:

A responsabilidade dos proprietários das embarcações, pelos danos patrimoniais e não patrimoniais, causados a terceiros, independentemente de estarem ou não obrigados a subscrever um seguro e de terem ou não um seguro, existe sem-



pre. Se tiverem transferido o risco para um segurador estão defendidos, se não tiverem, pagam eles próprios. Quem tem um barco de recreio, compreende, perfeitamente, a dimensão que, por vezes, atinge um evento de mar e da perturbação financeira e moral que tal pode causar, caso a mesma não tenha sido acautelada com um seguro de responsabilidade civil.

## 3. ASSISTÊNCIA

Esta garantia, facultativa, e muito parecida com a garantia de assistência automóvel, abrange duas grandes áreas: pessoas e embarcação.

Para os ocupantes da embarcação, prevê um conjunto de apoios, em caso de acidente ou doença, desde o transporte e repatriamento, até às despesas médicas no estrangeiro, passando pelo acompanhamento e estadia em hotel.

Já quanto à embarcação, vão desde os gastos de reboque, até ao envio de skipper e de peças de substituição, entre outras,

sem esquecer algumas garantias de âmbito jurídico no estrangeiro, por situações de anormalidade, que implicam, nomeadamente, avaria, acidente e até roubo da embarcação.

#### 4. ACIDENTES PESSOAIS

Igualmente sem carácter de obrigatoriedade, mas de todo o interesse social, e também muito parecida com a cobertura de ocupantes no ramo automóvel, é a cobertura agora em apreciação. Se bem que o cumprimento das regras e das boas práticas de navegação, assim como a utilização dos meios de segurança e o uso dos equipamentos de proteção individual possam evitar a maior parte dos acidentes, a verdade, como sabemos, é que, mesmo assim, ainda podem ocorrer surpresas.

É nessa fase que intervém o seguro, neste caso, acautelando também os passageiros.

No mar, durante os preparativos de embarque e no desembarque, há imprevistos, distrações e outras causas que podem resultar em danos corporais, mais ou menos avultados, nos ocupantes.

Esta cobertura tem por fim garantir as despesas médicas e as indemnizações nos casos de invalidez permanente e também naqueles irremediavelmente mais dramáticos, desde que resultantes de acidente.

#### 5. DANOS PRÓPRIOS

Facultativas continuam também a ser as coberturas de Danos Próprios.

Este conjunto, que se destina a ressarcir os danos sofridos pela embarcação segura, pode envolver – de acordo com o que tomador do seguro e o segurador acordarem – fundamentalmente, a perda total (absoluta ou construtiva) por sinistro marítimo, incêndio ou explosão; as avarias particulares resultantes de fortuna de mar, de incêndio, de mau tempo e de abalroamento ou colisão; os gastos de salvamento; os danos decorrentes de cargas e descargas; as avarias particulares durante a estadia no estaleiro; as avarias particulares em consequência de fenómenos da natureza; os acidentes e incêndio em terra; e o roubo no mar ou em terra.

Os contornos e limites de todas estas garantias estão perfeitamente definidos nas Condições Gerais, Especiais e Particulares da apólice.

Por regra, ficam sujeitas a uma franquia.

O capital a segurar deve obedecer ao valor venal da embarcação (casco, máquinas e pertences).

Os eletrónicos devem ser discriminados na proposta de seguro. Por princípio, apenas são seguráveis os elementos fixos, embora se possa abrir exceção para determinados objectos de uso pessoal, devidamente identificados.

Desnecessário, porventura, será tecer grandes considerações sobre a importância para a estabilidade orçamental de cada proprietário de uma embarcação de recreio a subscrição destas coberturas.

#### 6. VENHA À MÚTUA, PORQUE A MÚTUA TEM

Quisemos fazer uma resenha dos seguros obrigatórios e facultativos para as embarcações de recreio que o mercado segurador dispõe e da importância da sua subscrição.

Mas não podemos obviamente deixar de recordar que esta constitui uma das áreas mais fortes da Mútua dos Pescadores, pelo que ficamos disponíveis para prestar todas as informações complementares e analisar cada risco em função das suas particularidades, fazendo as ofertas mais adequadas.

## PROTOCOLO DE SEGUROS

# ARVC - Associação Regional de Vela do Centro



Esta Associação, que representa dezenas de clubes de vela dos distritos de Lisboa, Castelo Branco, Leiria, Santarém, Setúbal, Évora e Portalegre, celebrou recentemente um protocolo com a Mútua dos Pescadores, que estabelece condições mais favoráveis, nomeadamente quanto a preços, nos seguros da própria ARVC, seus clubes filiados e respetivos associados. Se bem que o enfoque seja dado aos seguros dos praticantes e das embarcações de recreio, o protocolo, como se poderá verificar no site da Mútua - [www.mutuapescadores.pt/](http://www.mutuapescadores.pt/) - informações úteis/protocolos de seguros - contempla todos os restantes seguros necessários às atividades privada e profissional, quer dos particulares, quer das associações.

O Protocolo foi assinado no passado dia 31 de maio, na sede da ARVC, sito na Doca de Recreio de Belém, em Lisboa, no ambiente agradável que as imagens ilustram.

À ARVC, seus filiados e utentes, a Mútua dos Pescadores deseja os maiores êxitos, na esperança de que este Protocolo contribua para tornar ainda mais eficiente a sua insubstituível ação na defesa e enriquecimento do mar, que constitui também uma das razões primeiras da existência desta cooperativa de utentes de seguros.

## Seguro de Viagem

Na última edição da revista "Dinheiro&Direitos" da DECO-Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor, um estudo revela que o Seguro de Viagem da Mútua dos Pescadores é dos mais competitivos do mercado. Pode aprofundar o assunto consultando a citada revista ou o nosso site [www.mutuapescadores.pt](http://www.mutuapescadores.pt)



**Contacte-nos!**



PASSEIOS RIA FORMOSA

## Em segurança com a Mútua

### A Passeios Ria Formosa

tem como principal foco o turismo marítimo na **Ria Formosa**, um sistema lagunar costeiro ao longo de 60 Km com 5 ilhas barreira e 6 barras, o que permite existência de trocas constantes entre a água no interior da lagoa e no oceano, criando um ambiente único, rico e lindíssimo. Foi considerada Reserva Natural em 1978 e ganhou o estatuto de **Parque Natural da Ria Formosa** em 1987, uma das 7 Maravilhas de Portugal.



Efectuamos passeios guiados pela Ria Formosa desde 1 hora até 8 horas, durante **todo o ano**, com partidas de **Cabanas de Tavira, Santa Luzia, Fuzeta e Olhão**, e paragens nas ilhas de **Tavira, Armona, Culatra e Deserta**. Fazemos ainda **Observação de Golfinhos** ou **Pesca Desportiva** no mar, snorkeling na Ria Formosa para **Observação de Cavalos-Marinhos** ou **Observação de Aves** na companhia de um biólogo.

Com os nossos serviços de **Aqua-Táxi** pode relaxar... Iremos buscá-lo à hora escolhida por si.

Aprenda a velejar num **Passeio à Vela** com um velejador experiente ao largo da Ria Formosa, relaxe numa **Massagem a Bordo do Veleiro** ou desfrute um **Jantar Romântico no Veleiro**. Além das nossas lanchas temos ainda um catamaran com capacidade para 80 pessoas, ideal para grandes grupos como visitas de estudo, excursões, etc.

### NOVO PROJECTO - BARCO CASA

O nosso novo projecto, o **Barco Casa**, surgiu da grande paixão do nosso Administrador, Ricardo Badalo, pelo mar, pela Ria e pelo prazer e conforto de dormir num barco, sob as estrelas e no embalo das águas calmas



da Ria Formosa. Tendo crescido rodeado pela Ria Formosa este é um sonho de menino agora realizado e um projecto que já há muito se batalhava para concretizar. A embarcação foi comprada em Espanha e posteriormente o interior foi completamente desmantelado e reconstruído pela equipa da Passeios Ria Formosa nos estaleiros navais da Fuzeta durante praticamente todo o ano de 2015 e início de 2016. Actualmente encontra-se fundeado na zona da Barra da Fuzeta, em pleno coração do Parque Natural da Ria Formosa. Procure-nos também no Tripadvisor.

Passeios Ria Formosa

<http://www.passeios-ria-formosa.com/pt/reservas@passeios-ria-formosa.com>

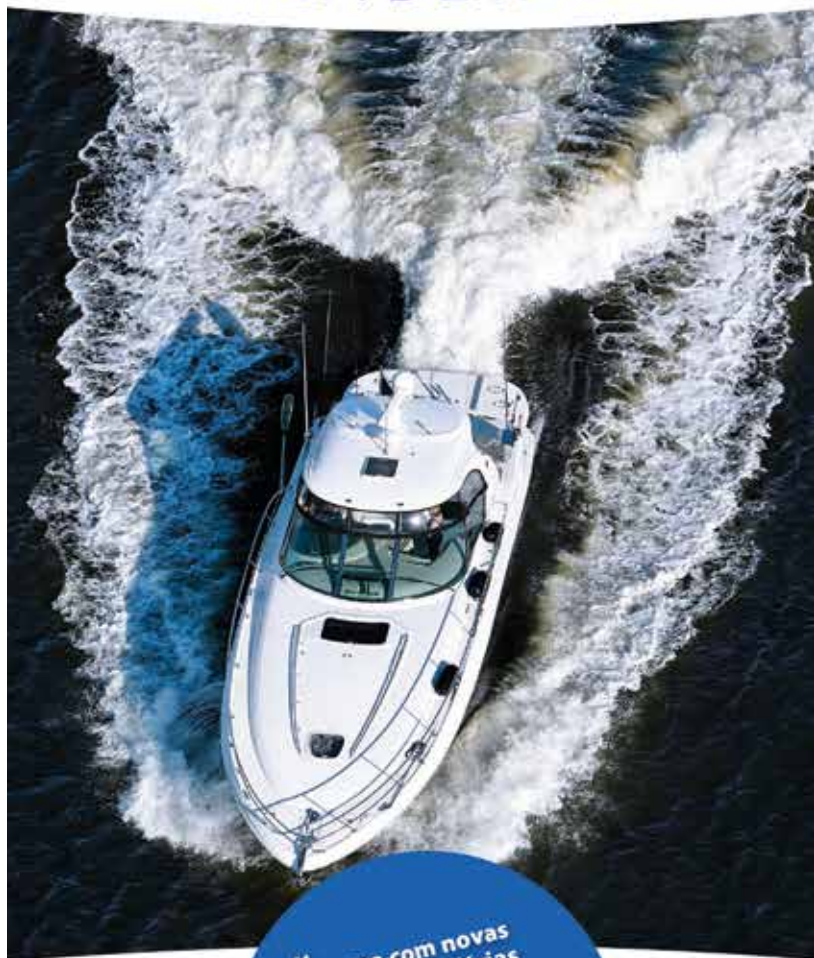
A Ricardo Badalo, Lda tem atividade desde 2010 e está com a Mútua desde 2011, tendo connosco todo o tipo de seguros: AT, RC para as diversas atividades que explora: passeios turísticos, transporte de passageiros, mar-táxi, etc. Tem também os seguros para todos os passageiros e ainda seguros de danos próprios para muitas das suas embarcações. Somos assim o seu parceiro de eleição na segurança.

Isabel Custodinho  
Mútua de Olhão



O SEU SEGURO  
PARA  
EMBARCAÇÃO  
E OCUPANTES

## NAÚTICA DE RECREIO



"Agora com novas condições tarifárias para alguns escalões - **Veja a diferença - Consulte-nos**"

confiança mútua



# Desafios para o setor da pesca

A Marés desafiou todos os partidos com representação na Assembleia da República a trazerem para esta edição a sua reflexão sobre a situação atual das pescas, tendo como mote as cinco questões que identificámos como prioritárias e que em 2015 foram enviadas ao então Secretário de Estado do Mar, Professor Doutor Manuel Pinto de Abreu:

- A renovação da frota pesqueira
- As condições de segurança dos portos

- A revitalização da profissão da pesca
- A valorização geral do pescado
- A participação do setor na gestão dos recursos pesqueiros

PSD, PS, BE e PCP responderam ao repto trazendo-nos a sua visão política sobre estas matérias e as principais linhas de intervenção defendidas para o setor da pesca, sendo que alguns alargaram também o âmbito de análise para outros setores a montante e jusante. A todos deixamos o nosso agradecimento.

## Valorização da pesca e do pescado



Nuno Serra

Deputado e Vice-Presidente do Grupo Parlamentar do PSD

A ideia de que “Portugal é Mar” tem sido reforçada nos últimos anos. A dimensão da costa marítima portuguesa (950 km), da Zona Económica Exclusiva (ZEE) que corresponde a 18 vezes a área terrestre, e da proposta de extensão da plataforma continental, submetida às Nações Unidas que aumentará o espaço marítimo sob soberania ou jurisdição nacional, permitem afirmar que 97% de Portugal é mar, justificando e reforçando a ligação de Portugal ao Mar. Neste contexto, as políticas públicas nacionais têm “obrigatoriamente” de estar direcionadas para o mar, contrastando com um passado onde estiveram muitas vezes de costas voltadas, ignorando a nossa centralidade e a nossa posição geoestratégica atlântica.

Neste sentido, é essencial que Portugal saiba aproveitar as imensas oportunidades de crescimento e desenvolvimento pelo mar, afirmando-se mundialmente como país marítimo. Posicionando-se como líder em áreas estratégicas que, através da inovação e da tecnologia, permitam que atividades económicas desenvolvidas no mar constituam um motor de crescimento sustentável da economia do mar e consequentemente do país. No PSD temos defendido que em Portugal não pode existir

uma verdadeira economia do mar sem um sector das pescas forte e dinâmico. É essencial aproveitar as valências que este sector tem pela frente, inovando e reinventando o papel que as pescas têm numa sociedade desenvolvida, desde logo no papel crucial que ocupam em termos de alimentação e fonte de proteína animal.





**“(…) [E]m Portugal não pode existir uma verdadeira economia do mar sem um sector das pescas forte e dinâmico. É essencial aproveitar as valências que este sector tem pela frente, inovando e reinventando o papel que as pescas têm numa sociedade desenvolvida, desde logo no papel crucial que ocupam em termos de alimentação e fonte de proteína animal.**

O facto de Portugal ser um dos principais consumidores de pescado a nível mundial – terceiro, atrás da Islândia e do Japão – deve ser encarado como mais uma oportunidade de crescimento através do aumento da produção de bens que satisfaçam a forte procura a nível nacional. Por outro lado, devemos procurar exportar este hábito alimentar de consumo de pescado, seja fresco, em conserva ou transformado, associado a uma dieta alimentar saudável e sustentável.

Contudo, o atual estado de conservação dos recursos pesqueiros nacionais, o acréscimo dos custos de exploração e a necessidade de satisfazer esta elevada procura de produtos do mar, implica, a meu ver, que o crescimento da oferta de pescado só poderá ser viável, através de uma valorização de “novas” espécies piscícolas, provenientes de aquacultura ou de captura, para consumo em fresco ou transformado.

A aposta deve, pois, passar complementarmente:

i) pelo desenvolvimento da produção de espécies em aquicultura; ii) pela valorização de espécies piscícolas alternativas em abundância na costa portuguesa, como é a cavala e/ ou o carapau. Os conhecimentos sobre a estrutura e funcionamento dos ecossistemas costeiros e sobre os condicionamentos ambientais a que se deverão sujeitar as áreas de produção aquícola em mar aberto, permitem afirmar que se verificam condições naturais suscetíveis de potenciar um melhor aproveitamento produtivo de algumas espécies em aquicultura (mexilhão, ostra) e de aumentar a diversificação da produção para outras (pregado, linguado, sargo, pargo, corvina, etc.). Neste sentido, foi crucial a aprovação de uma lei de bases de ordenamento e gestão do espaço marítimo nacional, prevendo

a existência de planos de situação e de afectação das zonas marítimas potencialmente promissoras de instalar novas unidades de exploração, garantindo a sustentabilidade ambiental dos ecossistemas.

Por outro lado, a aplicação de medidas de gestão e conservação dos recursos marinhos mais rigorosas levou a que a indústria transformadora tenha tido necessidade de apostar em novas estratégias, através de um correto aproveitamento de espécies subaproveitadas e da diminuição das perdas por rejeição ou por inadequado processamento, adaptando-se à exigências dos atuais mercados e consumidores.

Destaca-se a preparação de polpa de pescado através de espécies menos interessantes para o consumo direto ou para o processamento tradicional. Tem sido crescente a utilização de carapau e cavala no processamento de produtos de pesca, o que a meu ver corresponde claramente à superação de uma barreira, inovando e criando valor através de um produto tradicional. Paralelamente, a nível nacional, a Docapesca tem vindo a desenvolver um trabalho na promoção destas mesmas espécies para consumo em fresco ou em conserva, procurando da mesma forma criar valor a espécies anteriormente de baixo valor económico para o produtor. O conhecimento e a incorporação tecnológica na produção piscícola permitiu iniciar uma resposta eficaz e integrada ao desafio mundial em termos alimentares, que passa pelo aumento da proteína animal disponível para a crescente procura da população do planeta. Portugal tem aqui uma enorme janela de oportunidade na economia do mar. Espero que tenha o maior sucesso.

**“Contudo, o atual estado de conservação dos recursos pesqueiros nacionais, o acréscimo dos custos de exploração e a necessidade de satisfazer esta elevada procura de produtos do mar, implica, a meu ver, que o crescimento da oferta de pescado só poderá ser viável, através de uma valorização de “novas” espécies piscícolas, provenientes de aquacultura ou de captura, para consumo em fresco ou transformado.”**

## As Pescas no Programa do XXI Governo

João A. Castro  
Deputado - Grupo Parlamentar do Partido Socialista  
Comissão de Agricultura e Mar



Foi presente à Assembleia da República, no final de 2015, o programa do XXI Governo<sup>1</sup> de Portugal. Um documento cuja aplicação ambiciona demonstrar que é possível governar de forma diferente, invertendo o agravamento das desigualdades sociais, sucessivamente verificadas nos últimos anos, concertando objetivos e cedências, quer no contexto parlamentar, quer na União Europeia, quer no respeito pelos compromissos assumidos para com a população.

Este programa contraria a política do anterior Governo, do PSD-CDS, eleito com o compromisso reiterado de que não agravaria a carga fiscal e de que era conhecedor da realidade do País. Assim não aconteceu. Asfixiou as famílias e as empresas, aumentando a dívida pública para valores sem precedentes, provocando um sentido crescente das dificuldades, da pobreza e das desigualdades sociais, sob o argumento, que passou a utilizar, da herança difícil que tinha recebido.

O atual governo, suportado na Assembleia da República pelo PS, BE, PCP e PEV, tem demonstrado que é possível falar verdade aos portugueses. Parece haver alternativa à austeridade pela austeridade, sendo possível fazer melhor, com a noção

do muito que há a percorrer, para ultrapassar as dificuldades, com sentido de estado face aos compromissos internacionais, com uma perceção clara do momento, da capacidade de ouvir a sociedade, visando a construção de um Portugal melhor.

Em boa verdade, este programa, pelo menos numa fase inicial, não dá nada. Centra-se sim, na reposição de condições,



**“[Áreas de atuação no Programa de Governo]: estabelecer uma presença efetiva no nosso Mar; proteger o capital natural e valorizar os serviços dos ecossistemas marinhos; simplex do Mar; valorizar a pesca e as atividades económicas ligadas à pesca (...) O Mar tem sido utilizado das mais diferentes formas e atividades, onde se destacam as pescas, que persistem ao longo de gerações, caracterizando fortemente este percurso, de relação com o Mar.”**

que os Portugueses já tiveram, que lhes foram retiradas. Afirma sobretudo que, **JÁ BASTA! QUE É POSSÍVEL FAZER DIFERENTE!**

Face ao desafio de colaboração com a revista Marés, que nos é lançado, pela Mútua dos Pescadores, entendemos adequado destacar aspetos do programa do XXI Governo, sobretudo na sua abordagem explícita ao setor das pescas, enquanto orientação explícita, também da atividade do grupo parlamentar do Partido Socialista na Assembleia da República,

No capítulo V – Valorizar o nosso território, faz referência à necessidade de consolidar as atividades marítimas tradicionais (pesca, transformação do pescado, aquicultura, indústria naval, turismo, náutica de recreio) e valorizar a posição estratégica de Portugal no Atlântico.

No subcapítulo, 1) Mar: Uma aposta no futuro, refere como áreas de atuação:

- **estabelecer uma presença efetiva no nosso Mar**, com a dinamização das atividades marítimas, incluindo obviamente a marinha de pescas, em simultâneo com o exercício da autoridade sob os espaços marítimos sob soberania e jurisdição nacional, assegurando uma fiscalização visível dos respetivos usos e ocupações.

- **proteger o capital natural e valorizar os serviços dos ecossistemas marinhos**: com a introdução de selos de sustentabilidade nas diferentes áreas, incluindo a pesca; implementar planos de gestão das áreas marinhas protegidas, mapear os serviços dos respetivos ecossistemas marinhos e assegurar a monitorização da fauna marinha e das capturas acidentais.

- **simplex do Mar**, visando eliminar burocracias e custos de contexto, assegurando maior transparência entre os cidadãos e a administração, com: simplificação do RIM (Regulamento de Inscrição Marítima); criação da «Plataforma Mar», enquanto guichet único para licenciamentos das atividades económicas a realizar em meio marinho; simplificar os licenciamentos, vistorias e inspeções das embarcações de pesca;

- **valorizar a pesca e as atividades económicas ligadas à pesca**, promovendo uma gestão sustentável dos recursos pesqueiros da Zona Económica Exclusiva (ZEE), tendo em conta as componentes económica, social e ambiental: com o desenvolvimento do setor da transformação de pescado, reforçando a aposta na atividade conserveira e em indústrias inovadoras relacionadas com a fileira da transformação dos produtos da pesca e da aquicultura, designadamente através de parcerias tecnológicas e de conhecimento entre as Universidades, o setor e as empresas; a criação de uma marca para o pescado nacional, bem como de um sistema de rastreabilidade e informação ao consumidor que identifique o pescado nacional, da produção ao consumidor final; o apoio à aquisição da primeira embarcação, com a criação de uma linha de crédito «Jovens pescadores», no âmbito do programa MAR 2020; a criação de parcerias entre organizações de pescadores e organismos científicos independentes, tendentes à valorização do pescado e à sustentabilidade dos recursos,

no âmbito dos Grupos de Ação Local - Pescas; o reforço das Organizações de Produtores (OP), com maior integração na cadeia de valor agroalimentar, por via de uma escala acrescida e uma clara orientação para o mercado; a certificação e promoção dos produtos da pesca e da aquicultura; a reestruturação da 1ª venda, através de um maior envolvimento das organizações de produtores e associações de comerciantes, designadamente com vista a permitir a venda direta da pesca local; a concessão de lotas de menor dimensão e, com o acordo do setor, de «lotas virtuais» ou outros mecanismos de licitação não-presencial que aumentem a concorrência entre compradores, mantendo a regulação da atividade e a garantia do cumprimento das obrigações europeias no contexto de uma prestação sustentável do serviço público; a possibilidade de exercício, em simultâneo, da atividade marítimo-turística e da pesca profissional, como forma de melhorar a rentabilidade da frota; a prioridade na hierarquização de candidaturas ao programa MAR 2020, designadamente na melhoria das condições de segurança a bordo e aumento da eficiência energética das embarcações, através da reconversão/aquisição de motores com menores emissões poluentes; a criação de uma Linha de crédito «Pequena Pesca» destinada ao financiamento sustentável do investimento apoiado no âmbito do programa MAR 2020, através da elaboração de protocolos com entidades bancárias; o apoio à frota de pesca longínqua/industrial que opera em águas internacionais, através do reforço dos acordos bilaterais com países terceiros, designadamente dos negociados no quadro da UE; a melhoria das condições de segurança e de operacionalidade das infraestruturas portuárias de pesca; o aprofundamento das relações bilaterais de pesca com Espanha, Noruega e Canadá.

O Mar tem sido utilizado das mais diferentes formas e atividades, onde se destacam as pescas, que persistem ao longo de gerações, caracterizando fortemente este percurso, de relação com o Mar.

Refletir sobre o sector das pescas implica considerar não só a sua componente extrativa, mas também a componente industrial e de comercialização (que lhe acrescentem valor), integrando todo ciclo do produto desde a pesca propriamente dita até ao consumidor final.

Importa considerar que, à escala global, a captura e transformação de pescado, apesar da tendência de diminuição do número de trabalhadores, era em 2010 o setor com maior expressão no número de empregos relacionados com a economia dos oceanos, prevendo-se que este posicionamento se mantenha no ano de 2030.

Em Portugal, o setor emprega, cerca de 13.000 trabalhadores, com uma idade média de 43,6 anos, aonde cerca de 8% tem como escolarização o ensino secundário e superior. A pesca representa um volume de negócios na ordem dos 400.000.000 euros, para cerca de 7.000 embarcações registadas, tendo como pescarias, com maiores vendas constatadas, o polvo, a sardinha, o atum, o carapau, a cavala, a pescada, entre outros de menor valor registado.

Trata-se de um setor com uma dificuldade central, relacionada com os rendimentos dos profissionais da pesca, sobretudo face a uma diminuição dos recursos existentes e consequente dimi-

**“Refletir sobre o sector das pescas implica considerar não só a sua componente extrativa, mas também a componente industrial e de comercialização (que lhe acrescentem valor), integrando todo ciclo do produto desde a pesca propriamente dita até ao consumidor final (...).”**



nuição das pescarias (redução de mais de 60% no últimos 50 anos), bem como, aos constrangimentos colocados, daí decorrentes, visando uma gestão sustentável de stocks para, por um lado, satisfazer as necessidades de consumo e, por outro, assegurar às próximas gerações, o benefício da completa variedade de bens e serviços fornecidos pelos ecossistemas marinhos. Assim, partilhamos o desafio, inerente à reflexão, e à avaliação, da adequabilidade de uma governação para o setor

das pescas, determinante na ligação do país com o Mar. Num contexto de janelas de oportunidades, que parecem emergir neste desígnio, face ao extenso Mar Português, por um lado, considerando a dimensão da costa nacional e, por outro, da profundidade atlântica, que lhe é conferida pelas regiões autónomas dos Açores e da Madeira. Aqui fica um contributo.

1. <http://www.portugal.gov.pt/pt/o-governo/prog-gc21/20151127-programa.aspx>

## A pesca e o que fazer por ela\*

Victor Pinto

Assessor do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda



Há 30 anos, por ocasião da entrada de Portugal na CEE, trabalhavam no território cerca de 40.000 pescadores. Hoje-em-dia, são por volta de 17.500. Há 30 anos, havia em Portugal cerca de 14.000 embarcações. Hoje, pouco mais há que 8.000<sup>1</sup>.

Por mais potencialidade que o mar tenha nas palavras de vários governos, o que é certo é que o número de pescadores e da capacidade de pesca tem vindo a diminuir, quase sem parar. Muitas são as causas. A principal será porventura a baixíssima remuneração face ao risco que esta actividade oferece. Mas há outras. A redução das quotas, por exemplo, e os incentivos ao abate de embarcações promovida pela Política Comum de Pescas (PCP), a forte concorrência estrangeira são outras e ditam um caminho de declínio para a actividade como um todo.

Todavia, teimosos mas valorosos, há quem resista. Porém, cansados de trabalhar por pouco dinheiro e vendo o número de acidentes a que se expõem, muitos desistem e não têm quem os siga. Ainda assim, insistimos. E bem. Portugal deveria ser soberano e auto-suficiente naquilo que necessita e naquilo que produz. No mar também. Mas ao contrário do que temos vindo a fazer, o sector tem de ser visto como uma vantagem e não um desperdício. O sector, que são as pessoas e pequenas empresas que nele trabalham, têm de ser fortemente apoiados.

### A ECONOMIA DO MAR

O conceito político-económico que se denomina por "economia do mar", e que engloba as mais variadas actividades - a pesca, os transportes, a alimentação, os recursos minerais, a energia, a biotecnologia e riquezas subaquáticas - é visto, desde longa data, com uma das mais promissoras potencialidades nacionais com vista ao desenvolvimento. O problema é que, desde há longa data também, parece ficar-se por aí, como uma potencialidade... apenas.

Não há governo ou governante que não deixe de afirmar a sua importância. A cada mudança de executivos, nacionais e locais (e têm sido todos divididos entre PSD/CDS/PS), não falta quem sublinhe a importância deste recurso ligado à nossa história e tradição. Discursos foram muitos, acções, poucas. Só nos anos 90, com a governação dividida entre o PSD do antigo Primeiro-ministro e até há bem pouco tempo, Presidente da República, Cavaco Silva, e o PS, Portugal viu reduzida a sua frota pesqueira em mais de um terço (com conseqüente queda no volume de capturas). Marinha Mercante? praticamente o mesmo destino. Construção naval? é ver o recente exemplo dos Estaleiros de Viana, já depois da queda de muitos outros em décadas passadas.

No comércio, embora tendo a 3ª maior Zona Económica Exclusiva da Europa e a 11ª no mundo, Portugal continua deficitário em pescado - importa mais do que exporta<sup>2</sup> - e com



baixíssimos níveis de remuneração, renovação e segurança no trabalho para quem, efectivamente, vai à pesca. Ou seja, algo corre mal.

A pequena pesca, a mais comum no nosso país, de parques recursos, actuando junto à costa e com impactos menos gravosos para o ecossistema, possui características muito próprias e diversas das de grande parte de outros países europeus que possuem uma grande capacidade na pesca industrial. No entanto, toda a actividade está, a partir do final dos anos 80, incluída num acordo comunitário - a PCP - que não tem em conta as características nacionais. Os problemas do sector são devidos a variadíssimos factores, este é com certeza um deles. Acresce a mais recente legislação da Lei de Bases do Ordenamento e Gestão do Espaço Marítimo Nacional que abre o caminho à privatização do mar aos talhões, deixando de fora a pequena pesca. Mais uma vez, o pequeno pescador, nem por lá poderá passar. Já agora, uma ajudinha, por favor! Por que não, por exemplo, um apoio digno à compra de combustíveis para os pequenos barcos? Afinal é para se apostar no mar ou não? Ou a aposta é na destruição da capacidade produtiva? Estranha fórmula...

### A SEGURANÇA

Se queremos comer peixe e que haja pescadores, então temos de lhes proporcionar as condições para que possam fazer o seu trabalho em segurança. O objectivo final deverá sempre ser a total eliminação de acidentes nas actividades de pesca. Os nossos portos abrigam diariamente centenas de embarcações de trabalho e de recreio. Contudo, desde há vários anos

**"A redução das quotas, os incentivos ao abate de embarcações promovida pela Política Comum de Pescas (PCP) e a forte concorrência estrangeira ditam um caminho de declínio para toda a actividade."**

que vêm minimizado o seu potencial económico devido ao fenómeno do assoreamento. Pelas suas características geomorfológicas, Portugal é um dos países que mais sofre com a erosão costeira e com o constante movimento natural de areias na sua costa. No fluxo de entrada e saída das embarcações, o perigo para quem no mar trabalha, é eminente. A qualquer momento, as dificuldades causadas pela cíclica acumulação de inertes sob as águas, e o esforço a que as embarcações e homens são submetidos para se desviarem deles, constituem um elevado risco, potencial causador de destruição dos barcos, ferimentos e morte.

O risco e o ponderado acautelamento dos bens materiais e das vidas dos pescadores obrigam a que o fluxo portuário seja frequentemente interrompido por ordem das autoridades. Por vezes, a não observação destas imposições constitui uma verdadeira ameaça à vida. Mas mesmo com barras fechadas, alguns arriscam, por necessidade económica. As consequências são desastrosas.

Além das paragens forçadas pelo defeso para algumas espécies; da impossibilidade de renovação da frota, fomentada pela PCP (e pelo antigo PR); das dificuldades no preço de venda do pescado em primeira venda; da exploração vil a que são sujeitos pelas condições impostas pela grande distribuição - os pescadores vêm-se enormemente afectados por uma quantidade enorme de problemas.

Cansados dos apelos que têm feito a vários governos para que a questão seja resolvida, muitos começam a optar por atracar as suas embarcações nos portos espanhóis. Outros, lembrando que só faz sentido que o Estado lhes exija o pagamento de impostos e taxas se lhes forem garantidas condições de dignidade e segurança onde trabalham, desistem.

Estas paragens forçadas poderiam ser evitadas com dragagens frequentes executadas na época certa, nomeadamente, no Verão. Recentemente, o Bloco de Esquerda bateu-se muito, em sede de Parlamento, por mais uma dragagem no porto da Póvoa de Varzim e por uma política consistente de soluções duradouras para o problema. Fê-lo bem e arrastou outros partidos para a mesma causa. É mais do que evidente que um serviço permanente de dragagens, ou um outro de efeito igual, poderá ser uma solução. Interessante ainda é impulsionar a construção naval portuguesa, há muito desprezada, promovendo, por exemplo, a construção dessas dragas em estaleiros nacionais. Por que não?

Este Governo pretendeu dar uma outra dignidade ao sector, começando por reinstaurar o Ministério do Mar. Os objectivos são muitos. As promessas, copiosas.

O alerta está feito. Algumas soluções, apontadas. Um e outras foram várias vezes repetidas junto da Ministra Ana Paula Vitorino. A ver vamos...

*\*Por vontade do autor, este artigo está escrito com a norma ortográfica anterior ao AO de 90.*

**"Além das paragens forçadas pelo defeso para algumas espécies; da impossibilidade de renovação da frota, fomentada pela PCP; das dificuldades no preço de venda do pescado em primeira venda; da exploração a que são sujeitos pelas condições impostas pela grande distribuição - os pescadores da região vêm-se enormemente afectados por mais este problema."**

1. Estatísticas da Pesca 2015, Instituto Nacional de Estatística (INE), 2016.

2. No relatório do INE sobre as mais recentes estatísticas da actividade pesqueira pode ler-se que "O saldo da balança comercial dos produtos da pesca foi deficitário (735,0 milhões de euros, que compara com 659,6 milhões de euros em 2014), tendo-se registado um aumento de 75,4 milhões de euros face a 2014." Estatísticas da Pesca 2015. Instituto Nacional de Estatística (INE), 2015.

## O futuro de Portugal passará também por um setor das pescas forte, sustentável e rentável

João Ramos  
Deputado do Grupo Parlamentar do PCP  
Partido Comunista Português



Portugal, o mar, a navegação e a pesca têm uma estreita relação ancestral. Desde sempre se conhece a existência do nosso país ligada ao mar e à sua exploração enquanto recurso para o seu desenvolvimento. Relação bem patente na constatação tão batida que Portugal é o terceiro maior consumidor de pescado a nível mundial.



O ponto de situação atual da relação entre Portugal e o mar está intimamente ligado à adesão do nosso país à CEE e ao subsequente processo de integração na União Europeia. Com este processo o país perdeu frota, perdeu pescadores e reduziu para cerca de metade as suas capturas. Para além de ter reduzido à pontualidade a construção e reparação naval e outras atividades industriais. O discurso do mar retornou agora em força, mas neste regresso ao mar é fundamental que as opções políticas não deixem para trás o único setor que nunca lhe virou costas - a pesca.

Nesta nova paixão pelo mar é fundamental que a exploração de outros recursos marinhos, na dita política do mar, não ponha em causa os direitos históricos, de quem sempre viveu do mar e com o mar - os pescadores -, nomeadamente através das tentativas de privatização quer do espaço marítimo (o dito "ordenamento" e concessões), ou da criação (em nome da sustentabilidade) de uns ditos "direitos de pesca", comercializáveis, como pretendeu (e continua a pretender) a Comissão Europeia na última reforma da Política Comum de Pescas.

É claro aos olhos de todos e só não verá quem não quer ver,



que com o passado de ligação ao mar e no país com a Zona Económica Exclusiva da dimensão da que Portugal tem (e em vias de alargamento), o futuro não poderá passar por abdicar do mar enquanto potencial de desenvolvimento e muito menos das pescas. A frota que Portugal não tiver, terão outros países. As capturas que Portugal não fizer, farão outras froas. A realidade tem vindo a demonstrar que a diminuição das disponibilidades de captura não é definitiva. Espécies como a pescada demonstraram que existem capacidades de renovação. Ou como a cavala que demonstra especial abundância. É claro que a sustentabilidade dos recursos é importante e os pescadores são os primeiros a percebê-lo porque são eles quem sofre com a escassez. Mas é importante que as responsabilidades - se as há - pela depredação dos recursos, sejam atiradas para cima de quem verdadeiramente depreda e não sobre a nossa pesca artesanal e costeira, como a arte xávega e outras artes.

Daí a importância de Portugal, pelo menos, manter a sua frota e para isso é necessário a renovação, uma vez que a idade média da mesma rondará os 30 anos. O PCP tem vindo, há muitos anos, a exigir apoios à renovação da frota. Infelizmente a União Europeia, e os governos do país alinhados por esse diapasão, negam apoio à renovação da frota com o argumento que isso constituirá aumento do esforço de pesca, coisa que a União Europeia não quer. A verdade é que não é obrigatório que exista uma relação direta entre renovação de embarcações e aumento do esforço de pesca. Já entre renovação e eficiência energética ou aumento das condições de segurança, aí sim existe uma relação clara.

Isto não está desligado do problema essencial que o setor das pescas atravessa há largos anos e que se prende com a rentabilidade da atividade. A rentabilidade tem vindo a ser asfiriada quer pelos elevados custos de produção, com especial destaque para os combustíveis, quer pelos baixos preços de venda do pescado. É no sentido de atacar este problema que o PCP tem vindo a propor um olhar atento para o controlo dos custos de produção, nomeadamente propondo a subsidiação da gasolina, para que esta tenha um custo para as embarcações, que dela necessitam por razões de segurança, semelhante ao custo que terão as embarcações que utilizam gasóleo. Como tem chamado a atenção para a necessidade de controlar as discrepâncias existentes entre o preço de primeira venda e o preço final de venda do pescado ao público. Associado a isto é fundamental valorizar o pescado, ainda mais quando a biomassa disponível vai sofrendo alterações. É necessário valorizar espécies com menor valor comercial e que em alguns casos, como por exemplo o carapau, já o tiveram e o perderam.

As questões de rentabilidade têm uma relação estreita com as matérias de segurança: quando mais difícil for obter o rendimento, mais as embarcações e os pescadores arriscam, em situações adversas de mar ou em barras assoreadas. Por

**"(...) Desta valorização da atividade piscatória, promovida pela melhoria do rendimento, poderá sair a melhoria dos vencimentos dos pescadores. Esta melhoria de vencimentos é fundamental para atrair jovens para a pesca e para rejuvenescer a massa laboral do setor."**

isso, medidas para salvaguardar a segurança da atividade (para além de medidas como utilização de equipamentos de segurança, que são importantes) passam por melhorar a rentabilidade. Claro está que isto não responde para si só e por isso é fundamental a existência das condições nas barras e nos portos e nas estruturas portuárias de apoio à atividade. Por isso é fundamental a existência de um plano de dragagens de médio/longo prazo, como o PCP já propôs, uma vez que em muitos casos, intervenções pontuais não resolvem os problemas. Aguardamos com expectativa a execução de uma estratégia já abordada pela Ministra do Mar de manter dragas ao longo da costa, para manutenção estrutural.

Desta valorização da atividade piscatória, promovida pela melhoria do rendimento, poderá sair a melhoria dos vencimentos dos pescadores. Esta melhoria de vencimentos é fundamental para atrair jovens para a pesca e para rejuvenescer a massa laboral do setor.

São muitos os jovens que fazem formação, mas depois não exercem a sua atividade profissional na pesca e isso poderá ter razões diversas, mas está sem dúvida associado ao valor pago pelo trabalho. É claro que também é necessário adequar regimes e melhorar procedimentos, mas sem salários atrativos não será possível levar jovens para a pesca.

Estes são alguns problemas a que se somarão outros, mas sem a sua resolução não será possível que o setor das pescas retome a importância que já teve e que pode ainda ter. Questões que exigem as medidas políticas adequadas e os instrumentos de apoio, financeiros ou de acompanhamento, adequados e desenhados de forma ajustada para poderem servir as necessidades e os interesses do setor. Para isso o envolvimento do setor na definição de políticas ou no delinear dos mecanismos é fundamental. Ainda recentemente o PCP vinha a contestar a não participação das entidades representativas dos trabalhadores da pesca na comissão de acompanhamento da sardinha que, inexplicavelmente, não tinham sido consideradas pelo anterior Governo. Esta situação está ultrapassada mas é preciso continuar a fazer este esforço para que a participação e o envolvimento sejam efetivos e evitar situações como a que ocorreu recentemente em que a comissão de acompanhamento da sardinha discutia um projeto de Portaria sobre desembarque desta espécie enquanto a dita Portaria já estava assinada e para publicação.

O setor das pescas é daqueles em que as questões de soberania estão muito presentes, desde logo porque a gestão das águas territoriais portuguesas passou, em boa medida, para a esfera da União Europeia. Esta estrutura tem vindo a desenvolver um conjunto de mecanismos, com a cumplicidade de governos nacionais, que colocam sérios constrangimentos ao investimento e ao desenvolvimento do nosso país. Como o PCP tem vindo a afirmar, o futuro de Portugal passará pela contestação a esses constrangimentos e pela aposta na produção nacional. Costumamos até dizer que para dever menos, o país precisa produzir mais. O desenvolvimento dos setores produtivos é também a chave para esse futuro mais promissor, mais justo e mais igual. Neste contexto o setor das pescas tem um contributo fundamental a dar, até porque é um setor produtor de alimentos fundamentais.

**"Nesta nova paixão pelo mar é fundamental que a exploração de outros recursos marinhos, na dita política do mar, não ponha em causa os direitos históricos, de quem sempre viveu do mar e com o mar - os pescadores -, nomeadamente através das tentativas de privatização quer do espaço marítimo (o dito "ordenamento" e concessões), ou da criação (em nome da sustentabilidade) de uns ditos direitos de pesca, comercializáveis, como pretendeu (e continua a pretender) a Comissão Europeia na última reforma da Política Comum de Pescas."**

# IX Congresso - Federação dos Sindicatos do Sector da Pesca



Secretariado da Federação dos Sindicatos do Sector da Pesca

Com o lema **“Defender a Pesca: Valorizar o Trabalho e os Pescadores”**, realizou-se em Espinho o IX Congresso da Federação dos Sindicatos do Sector da Pesca, no qual participaram trabalhadores do sector oriundos de todo o País.

No Congresso, no qual também se elegeu o novo Secretariado da Federação, foram debatidos os vários problemas que se colocam aos trabalhadores, exigiram-se respostas para os mesmos e apontaram-se soluções, tendo-se em vista, precisamente, a valorização do trabalho e dos pescadores e a sustentabilidade do sector.

No Caderno Reivindicativo e na Resolução aprovados, tratam-se questões, que vão da segurança marítima e dos rendimentos dos pescadores até às condições em que se exerce a actividade e à necessidade de melhorar as infra-estruturas da pesca, passando, naturalmente, pela necessidade da melhoria de organização e de continuidade da luta.

O actual coordenador da Comissão Executiva da Federação, na sua intervenção de apresentação das propostas de Resolução e de Caderno Reivindicativo, resumiu, no essencial, as propostas que acabaram por ser aprovadas por unanimidade.



## Caderno reivindicativo apresentado – resumo dos pontos apresentados:

1. **Fundo de Compensação Salarial para os Profissionais da Pesca:** Alargar a todos os mariscadores, e outros, nomeadamente aqueles que fiquem impedidos de pescar por motivo de gestão biológica de recursos
2. **Arte-Xávega:** Concretização das recomendações do estudo da Comissão de Acompanhamento de Pesca com Arte-Xávega (como a venda do primeiro lance, independentemente do tamanho do peixe capturado).
3. **Pesca do Cerco (sardinha):** Gestão mais adequada do recurso que tenha em conta a sustentabilidade do sector, satisfação das necessidades alimentares, produtivas e económicas para os trabalhadores e apoios necessários em caso de impedimento da atividade.
4. **Redes Majoeira:** Melhor gestão dos dias de pesca, alteração das medidas das redes e a possibilidade de o portador da licença de pesca se fazer acompanhar por outro pescador por uma questão de segurança. (Petição já entregue na Assembleia da República).
5. **Contratação Colectiva:** Contrato Colectivo para a pesca do cerco na Figueira da Foz, exigir o reconhecimento e aplicação, plena e integral, da contratação colectiva existente, trabalhar no sentido da revisão e melhoria das convenções colectivas em vigor e para obtenção de Contratação Colectiva para a aquacultura.
6. **Segurança marítima:** Desassoreamento dos portos e barras, plano de dragagens nacional que possa garantir a manutenção necessária das infra-estruturas marítimas. Trabalhar no sentido de passar a existir um dispositivo individual de localização no colete de salva-vidas do pescador em caso de queda ao mar.
7. **Luta de Massas:** Organizar e desenvolver lutas próprias do sector, e participar nas acções de luta da CGTP-IN, e nas comemorações do 25 de Abril e 1º de Maio.
8. **Segurança Social e Reforma:** Períodos de interdição de pesca por motivos alheios à vontade dos pescadores – ex. paragens biológicas e defeso – devem contar como tempo efectivo de pesca para efeitos de reforma e demais direitos da Segurança Social. Trabalhadores de terra ligados às embarcações, nomeadamente na arte xávega, devem ser incluídos nas declarações para a Segurança Social, garantindo-lhes os mesmos direitos dos restantes trabalhadores das embarcações.
9. **Rendimentos no Sector:** Preço justo do pescado na primeira venda. Aplicação do salário mínimo para os pescadores, conforme a Lei geral. Ratificação da Convenção n.º 188 da OIT\*, e insistir junto da UE para que pressione os Estados Membros a ratificarem a Convenção. Aumento do SMN.
10. **Combustíveis:** Mais e melhores apoios, nomeadamente em relação à gasolina.
11. **Isenção de IVA:** Isenção de IVA para toda a frota.
12. **Formação Profissional:** Formação Profissional adequada às necessidades do sector, recuperando uma Escola de Pesca, mantendo uma estrutura descentralizada.
13. **Investigação da Pesca:** Dotar os Laboratórios do Estado, nomeadamente o IPMA, com os meios humanos, técnicos e financeiros, para uma avaliação eficaz dos recursos e das possibilidades de pesca nacional.
14. **Porto de pesca da Trafaria:** Construção de infra estruturas de apoio à pesca na área de Lisboa, estuário do Tejo, e nomeadamente a construção de um porto de pesca na Trafaria.

\*Convenção n.º 188 da OIT, de 14 junho 2007 - estabelece padrões mínimos de segurança a bordo de embarcações de pesca, alimentação, habitabilidade e cuidados médicos no mar, práticas de emprego, seguros e responsabilidade.



O SEU SEGURO  
PARA  
EMBARCAÇÃO  
E OCUPANTES

## MARÍTIMO-TURÍSTICA



“Agora com novas condições tarifárias para alguns escalões - **Veja a diferença - Consulte-nos!**”

confiança mútua

## Valorizar o património piscatório e aumentar o rendimento dos pescadores



Fausto Brito e Abreu Secretário Regional do Mar Ciência e Tecnologia dos Açores

Os produtos da pesca não se resumem apenas ao peixe e marisco capturados. As próprias comunidades piscatórias, com o seu património paisagístico e cultural, material e imaterial, constituem por si só um produto da pesca que pode gerar novas formas de rendimento. É nesse sentido que o Governo dos Açores tem apostado na promoção da Pesca Turismo, ou seja, no turismo associado à pesca profissional, com enquadramento legal na Região, que se constitui como uma forma alternativa de rendimento associada à atividade da pesca, respeitando o equilíbrio com a natureza e a preservação dos recursos marinhos existentes.

Atrair pessoas que nunca tenham vivido ou que queiram renovar experiências no mar e garantir mais rendimentos aos nossos pescadores e armadores são os principais objetivos desta atividade que permite promover a identidade cultural da pesca e da comunidade local, bem como o intercâmbio de ideias e de ensinamentos, valorizando velhos saberes ligados à pesca. Simultaneamente, a Pesca Turismo sensibiliza os turistas e os visitantes para o trabalho no mar, para uma nova modalidade de recreio que permite o contacto íntimo com uma arte antiga e tão dependente da natureza, concedendo-lhes a possibilidade de usufruírem do mar dos Açores e das magníficas paisagens das costas das nossas ilhas. Neste contexto, pretende-se que os turistas, para além de acompanharem os pescadores no seu dia de faina, tenham a possibilidade de pescar o seu próprio peixe, que poderá ser consumido num restaurante local.

### Unir pesca e turismo, dois setores de peso na economia regional

Enquanto Secretário Regional do Mar tenho defendido a Pesca Turismo como uma forma de permitir a criação de fontes de rendimentos adicionais às nossas comunidades piscatórias. Acredito que esta atividade tem potencial para se desenvolver eficazmente nos Açores, através da criação de núcleos de turismo associados às atividades da pesca, contribuindo para o desenvolvimento das zonas costeiras e da rentabilidade da pesca. São conhecidos exemplos de sucesso nesta área, como é o caso do "Projeto Sagital" (Servicio de Adaptación para la Gestión de Iniciativas Turístico-pesqueras en Áreas Litorales), que está a ser desenvolvido em três áreas do litoral espanhol, nomeadamente em Andaluzia (Golfo de Cádiz), nas Astúrias (Cabo de Peñas) e nas Canárias (Lanzarote e La Palma) e que incentiva a diversificação do emprego, estimulando a adaptabilidade dos trabalhadores e das empresas no sector das pescas.

No âmbito das medidas do Desenvolvimento Local de Base Co-

munitária (DLBC), apoiadas pelo Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (FEAMP), os grupos de ação local vão poder realizar candidaturas nos Açores a projetos de Pesca Turismo.

Esta atividade está a ser implementada paulatinamente nalgumas ilhas, tendo sido emitidas pela Direção Regional das Pescas duas licenças em 2013, oito em 2014, cinco em 2015, sendo que este ano, até à data, foram emitidas cinco licenças. Em linhas gerais, a Pesca Turismo consiste numa oferta inovadora de serviços marítimo-turísticos nos Açores, de natureza cultural, de lazer e de pesca exercida por profissionais do setor, constituindo-se como uma abordagem inovadora para a promoção do turismo e da pesca nas zonas costeiras da Região. Para tal, é utilizada uma embarcação registada no exercício da pesca comercial, o que permite abrir novas oportunidades de negócio aos armadores, por via da sua entrada no sector turístico.

De modo a garantir uma eficiente estrutura logística em ter-



### Quadro legal

O programa Pesca Turismo foi instituído pelo Decreto Legislativo Regional 36/2008/A de 30 de Julho na Zona Económica Exclusiva (ZEE) dos Açores. Este diploma veio regulamentar o desenvolvimento de atividades de turismo náutico por inscritos marítimos, utilizando embarcações de pesca profissional, de modo a complementar os rendimentos do sector da pesca e, simultaneamente, proporcionar aos turistas vivências culturais genuínas, divulgando as tradições do sector pesqueiro açoriano.

Refira-se que esta atividade também está sujeita às regras do tamanho mínimo e aos períodos de defeso.



## Caso de sucesso nos Açores

A Associação de Mulheres de Pescadores e Armadores da Ilha Terceira (AMPA) foi uma das entidades pioneiras da Pesca Turismo na Região. Os turistas pagam uma determinada quantia que dá direito a uma refeição a bordo e a dois quilos de peixe que poderão levar consigo ou a meio quilo de peixe que poderá ser cozinhado num dos restaurantes da zona do porto de pesca de São Mateus.

## Rabo de Peixe vai ter projeto de Pesca Turismo

A Associação de Pesca de Rabo de Peixe (APRAP) avançou, em junho, com um projeto de Pesca Turismo que envolve, para já, cinco armadores. Este projeto, que se iniciou em 2014, pretende levar o turista às tradições da pesca artesanal, bem como à gastronomia, sendo utilizadas embarcações de 12 metros, palangreiros e barcos de boca aberta, onde é capturado todo o tipo de peixe com linhas de mão.

No âmbito deste projeto, os armadores receberam formação em áreas de Higiene e Segurança no Trabalho, Atendimento ao Público e Inglês Técnico.

ra, o armador deve contratualizar, com associações ligadas ao sector das pescas ou com outras entidades ligadas ao turismo, o estabelecimento e o funcionamento da sua atividade, como também pode contratar, com entidades licenciadas para os serviços de restauração, a prestação de serviços complementares, que incluam refeições em terra com o pescado capturado no exercício da atividade. Este regime, para além de oferecer aos turistas a possibilidade de usufruírem de uma experiência de vivência numa embarcação da pesca artesanal, com o respetivo autoconsumo do produto da pesca, assegura também a autenticidade das pescarias com o cumprimento das normas de segurança e regras higio-sanitárias relativas ao pescado.

Após a fase de divulgação junto das associações da pesca e de alguns operadores turísticos por parte do Governo dos Açores, a Pesca Turismo começou já a dar os primeiros passos. Constatamos o interesse de armadores e de empresas ligadas ao turismo neste produto turístico, sendo que o principal objetivo é que se estabeleçam sinergias que permitam garantir que esta atividade é realizada com qualidade e segurança.

A Pesca Turismo é uma das medidas propostas no documento estratégico "Melhor Pesca, Mais Rendimento" do Governo dos Açores, apresentado em abril de 2015 no Conselho Regional das Pescas, e que aponta algumas respostas aos desafios que o setor atravessa.

O regime da Pesca Turismo não só permitirá mais rendimentos com a mesma quantidade de pescado capturado, como potenciará a aprendizagem de um trabalho de grupo com outros ramos de atividade, condição indispensável para o progresso do setor das pescas.

Queremos que nos Açores a exploração económica dos recursos marinhos e o desenvolvimento do turismo continuem a realizar-se de uma forma sustentável, com base em políticas de conservação do ambiente, do património e da cultura locais. Acredito que a Pesca Turismo é uma medida importante para diversificar o setor das pescas no nosso arquipélago, constituindo-se como uma fonte de receita adicional que espero que contribua para a melhoria das condições de vida dos nossos homens do mar, reduzindo as horas de faina.

## Que seguros para a pesca turismo?



Embarcação Flávio - embarcação para a Pesca Turismo, projeto da AMPA

De acordo com a legislação, e como já tivemos oportunidade de referir nas páginas da edição nº. 63, de outubro de 2011, da "Marés", a pesca turismo está integrada na atividade mais geral da animação turística.



Folheto Pesca turismo, projeto AMPA

E obedece aos mesmos **seguros obrigatórios**, os quais recordamos:

- **Seguro de Responsabilidade Civil** – cujo capital mínimo varia em função das características da embarcação;
  - **Seguro de Acidentes Pessoais** – com um capital mínimo de € 20.000,00 por Morte ou Invalidez Permanente e de € 3.500,00 para Despesas de Tratamento, por cada utente;
  - **Seguro de Assistência, só no caso de atividade no estrangeiro**, garantindo o Repatriamento e um valor mínimo e € 3.000,00 para Despesas de Tratamento, por cada utente.
- Como estamos perante operadores de pesca turismo, que simultaneamente são armadores de pesca profissional, têm de possuir também para esta última atividade os seguros obrigatórios de Acidentes de Trabalho e de Acidentes Pessoais para as respetivas companhias, bem como o seguro facultativo de Marítimo/Cascos para a embarcação, caso pretendam.

E a questão pertinente que se coloca é a seguinte:

Então, o proprietário da embarcação ainda tem de pagar um sobre prémio ou fazer novos seguros de Acidentes de Trabalho e Acidentes Pessoais da tripulação e de Marítimo/Cascos da embarcação para quando estiver a desenvolver a atividade de pesca turismo?

No caso da Mútua dos Pescadores a resposta é não!

**Mediante informação prévia do segurado, a Mútua estende as garantias destes seguros da companhia e embarcação para a atividade da pesca profissional à pesca turismo, sem quaisquer agravamentos nos prémios ou necessidade de mais seguros.**

Assim, os interessados só terão de subscrever agora os seguros obrigatórios específicos de Responsabilidade Civil, Acidentes Pessoais e eventualmente Assistência para a pesca turismo, que acima referimos.

Desejamos, pois, com este contributo, facilitar a implementação da pesca turismo, com menos custos para os nossos cooperadores e clientes, aos quais desejamos o maior êxito nesta sua nova atividade.

# As iniciativas da autoridade marítima nacional

Direção-geral da Autoridade Marítima

## SITUAÇÃO ATUAL

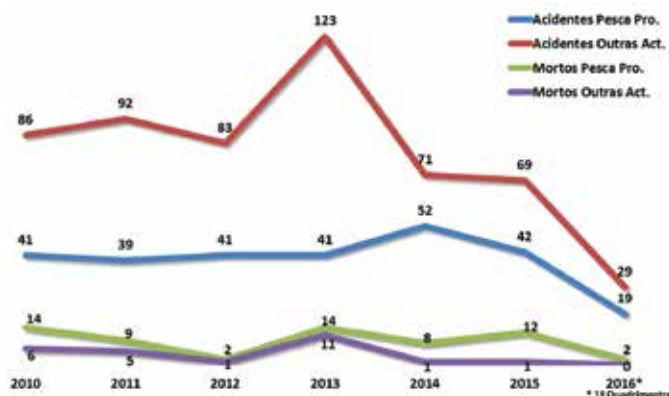
A permanência no mar constitui um risco acrescido para pessoas e bens, quer seja em atividade profissional ou em lazer. Se analisarmos em particular um setor de atividade marítima – a pesca – constatamos que as condições de trabalho e de vida a bordo das embarcações de pesca ocorrem num espaço reduzido, com duração e ritmos de trabalho intensos, sujeitos a condições climáticas que facilmente se podem tornar adversas. Todos estes fatores contribuem para a ocorrência de acidentes a bordo e ainda para o agravamento das suas consequências. A segurança no mar tem sido uma prioridade para os órgãos locais da DGAM – as Capitánias dos Portos – que existem há mais de 2 séculos e que têm desempenhado um relevante serviço público, quer como conservatórias do registo de embarcações e de marítimos, quer na prevenção e reparação dos acidentes marítimos, através das vistorias periódicas de manutenção e de ações de busca e salvamento.

Com o mesmo objetivo, foi criada pelo Despacho Conjunto n.º 7029/2010, de 16 de março, a Comissão Permanente de Acompanhamento para a Segurança dos Homens do Mar (CPASHM) que, sendo constituída por várias entidades com competências nas áreas da pesca, segurança, formação, saúde, trabalho, seguros, incluindo a Mútua dos Pescadores, etc., se reúne periodicamente para analisar e discutir todas estas matérias, no sentido de promover a segurança dos que usam o mar.

Para além da análise de acidentes e estatísticas, de condições de trabalho e planos formativos, têm sido tomadas diversas medidas para reduzir os riscos, sendo de destacar as recomendações para melhoria das condições de acessibilidade e permanência nos portos, obrigatoriedade do uso dos coletes salva-vidas nas embarcações de pesca local, costeira e pesca lúdica, constituição das caixas de primeiros socorros e ações de formação associada, entre outras.

## PLANOS DE COOPERAÇÃO ENTRE ASSOCIAÇÕES E AS CAPITANIAS DOS PORTOS

Apesar de todo este esforço, constatamos que os acidentes continuam a acontecer. A atividade da pesca no mar é provavelmente uma das ocupações profissionais mais perigosas. Apesar do número de acidentes nesta atividade ser inferior ao de outras, o número de mortes continua a superar os valores médios obtidos para todas as outras atividades profissionais.



Há que mobilizar capacidades e sinergias para reduzir ao mínimo os acidentes e mortes. Assim, para além das entidades que diariamente contribuem para a segurança de toda a comunidade marítima, a Autoridade Marítima pretende chamar a esta causa todas as associações do setor da pesca para, em articulação com as Capitánias dos Portos, estabelecer planos de cooperação para contribuírem para o aviso antecipado de acidentes.

Esta aproximação é fundamental para o reforço da segurança de quem anda no mar. Os planos de cooperação incluem um pequeno conjunto de procedimentos que permitem um maior conhecimento de situação da faina num dado momento, permitindo o aviso antecipado de um eventual acidente, assim como uma resposta mais rápida das autoridades em caso de necessidade. Com estes planos de cooperação pretendemos também:

Complementar os procedimentos estabelecidos no âmbito da busca e salvamento;

Definir orientações relativamente ao modo de atuação dos vários intervenientes no salvamento, incluindo a associação de armadores, os armadores ou seus representantes.

Praticar através de exercícios, apresentações, sessões informativas com periodicidade mínima anual os procedimentos de emergência e de segurança, envolvendo as embarcações, os seus representantes em terra, as Associações, a Capitania do Porto e o MRCC Lisboa.

Para além destes planos de cooperação a Autoridade Marítima entendeu exercer, ainda de modo mais ativo, o papel que desempenha nesta matéria, edificando mais iniciativas que contribuam para o reforço de uma cultura de segurança no mar.

## MAR SEGURO

O Programa 'Mar Seguro' tem como conceito promover, junto da comunidade piscatória e através de ações de sensibilização, a divulgação de uma cultura de segurança no mar, incutindo uma atitude sustentada de precaução, prevenção de acidentes e prudência.

O Instituto de Socorros a Náufragos, órgão regulador do salvamento marítimo, socorros a náufragos e assistência a banhistas, constituiu-se como o promotor deste programa, tendo o apoio da CPASHM, e como parceiro a Associação Pró Maior Segurança dos Homens do Mar (APMSHM), que apoiou o lançamento deste programa, designadamente com a produção de um filme pedagógico alusivo ao programa.

A Mútua dos Pescadores também integra esta parceria, colaborando ativamente na sua divulgação, mobilizando dirigentes, trabalhadores, cooperadores e outros atores locais, onde se incluem designadamente as respetivas autarquias.

Os conteúdos programáticos são divididos em quatro áreas temáticas:

### Dispositivo de Salvamento Marítimo em apoio ao pescador

Sempre que o pescador sai para o mar deve estar ciente que não está sozinho e que existe uma Estação Salva Vidas (ESV) com pessoal especializado e pronto a acudir em situação de emergência.



Objetivo – Dar a conhecer a localização das ESV, os meios disponíveis e os principais contatos.

### Ida ao mar – Regras e cuidados

Antes da saída para o mar, o pescador terá que preparar cuidadosamente a viagem.

Objetivo – Dar a conhecer as principais regras e cuidados a ter quando se vai para o mar.

### Como salvar um camarada – Suporte Básico de Vida e Oxigenoterapia

No mar há sempre situações em que temos que ocorrer rapidamente para salvar um companheiro.

Objetivo – Dar especial atenção a regras e procedimentos relacionados com o suporte básico de vida e a oxigenoterapia.

### A prática do uso do colete salva-vidas enquanto meio de salvamento

Muitas das mortes que ocorrem no mar têm como causa a falta de uso ou uso incorreto do colete salva-vidas.

Objetivo – Explicar as razões da utilização do colete e qual a forma correta de o usar.

Foram realizadas diversas sessões junto das principais comunidades piscatórias, estando previstas muitas mais de modo a chegar a todos os armadores e pescadores de todo o território nacional.



### CIDADANIA MARÍTIMA

O programa 'Cidadania Marítima' tem como objetivo promover junto das comunidades uma cultura de segurança de pessoas e bens, dinamizar o civismo e cidadania e contribuir para a afirmação das zonas costeiras, enquanto espaços de lazer e diversão, alertando as populações para eventuais comportamentos de risco nos espaços do Domínio Público Marítimo e zonas balneares.

Pretende-se sensibilizar para os direitos e deveres que impendem sobre cada um de nós, visando, assim, contribuir para que a cidadania marítima possa ser, efetivamente, concretizada, ativamente e com responsabilidade.

Os Comandos Locais da Polícia Marítima têm realizado dezenas de ações de sensibilização por todo o País, incluindo os arquipélagos dos Açores e da Madeira, com a participação da comunidade escolar e de inúmeras pessoas ligadas ao mar.

Este programa tem-se revelado de enorme importância, face o tipo de influência que pode ter no âmbito educacional, de aprendizagem e de evolução pessoal e coletiva, e tem merecido uma grande adesão por todas as comunidades.

Para além de alertar para a necessidade do cumprimento de determinados deveres, e por operar numa lógica de prevenção, estas ações poderão constituir-se como um útil e eficaz instrumento para evitar comportamentos de risco, que podem por em causa a segurança e o bem-estar, não só das pessoas que os praticam, mas também de toda a sociedade.



### COSTA SEGURA

O sistema 'Costa Segura' tem por objetivo a obtenção do conhecimento situacional das zonas costeiras e litorais sob jurisdição das Capitánias, recorrendo a um sistema integrado de "hardware" e "software", efetivo mas de baixo custo.

Esse conhecimento situacional das zonas costeiras e litorais destina-se:

Promover a segurança da navegação (efetuando o seguimento da navegação numa área restrita, como por exemplo a entrada de uma barra, acompanhando eventuais navios em dificuldade);

Suportar ações de busca e salvamento (guiando eventuais embarcações de socorro); e Apoiar ações de combate à poluição (guiando os navios/embarcações de combate à poluição para as zonas afetadas.

Complementarmente, pode ainda permitir:

Monitorizar e eventualmente controlar a navegação; e Detetar atividade ilegal (pesca não autorizada, contrabando, imigração ilegal, pirataria e terrorismo).

A informação recolhida do radar, da câmara ótica, do AIS e eventualmente do rádio VHF é integrada através de um "software" desenvolvido especificamente para o efeito e visualizada na estação de comando local. A

informação pode também ser visualizada remotamente numa estação central de comando, sendo a informação transmitida via Internet (protocolo TCP/IP).

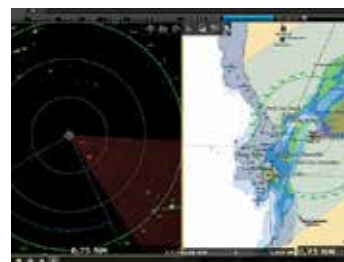
O sinal radar, as imagens da câmara ótica, o sinal do AIS e as comunicações do rádio VHF são gravados e podem ser reproduzidos posteriormente de uma forma integrada.

O sistema pretende cobrir as zonas costeiras nacionais, incluindo os arquipélagos da Madeira e dos Açores, priorizando aquelas que implicam necessidades especiais (zonas fronteiriças, entradas de barras, fundeadouros).

Os radares a instalar deverão ter um alcance efetivo

de 24 milhas. As infraestruturas dos faróis, estrategicamente colocados ao longo da costa, são localizações ideais para colocação das estações locais, embora não esgotem as soluções possíveis. Foram elencadas as principais iniciativas que estão atualmente em curso na Autoridade Marítima, cuja operacionalização pretende contribuir para a diminuição de acidentes, tendo sempre em vista o superior interesse da salvaguarda da vida humana no mar e a manutenção dos requisitos de segurança das embarcações e de todas as pessoas que usam o mar em trabalho ou em lazer.

**Mar seguro...a segurança começa em si  
Cidadania no mar...segurança a dobrar**



É COMO TUDO SE RESUMISSE A ISTO:

## No mar, como em terra, ainda não se compreende bem o valor da vida humana

Viver é um acto de vulnerabilidade extrema. Querer viver é um acto de consciência e comporta consigo um aumento diário de responsabilidade em relação a todas as formas de vida. Que o marítimo tenha a profissão de maior risco laboral não pode resumir-se ao preâmbulo de uma lei, lugar-comum de um discurso, ou justificação para um encolher de ombros face a regulamentos... Essa consciência tem de estar na mente do legislador, na do profissional, no armador, na comunidade. Sobretudo no primeiro porque promove não só legislação adequada mas também cria condições para que essa legislação seja aplicada, fiscalizada, depois de cuidar, através da formação, da sua incorporação no saber-fazer profissional. No homem do mar que operando em ambientes adversas e condições legislativas bem diferentes das dos seus antepassados. No armador por razões de cultura empresarial e empatia com os seus homens. Na comunidade, que pode contribuir para mais rapidamente fazer cair os obstáculos que impedem, hoje, que o trabalhador do mar possa compensar em terra o desgaste a que a profissão obriga, com práticas mais salutaras e de bom descanso\*

Maria do Céu Baptista, Consultora cultural da Mútua  
entrevista Carlota Leitão Correia, Chefe de Divisão do Pessoal do Mar  
e Navegadores de Recreio da Direção Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos

Neste texto resultante da entrevista onde, essencialmente, nos concentramos na evolução de alguns dos aspectos da legislação que regula a segurança e a saúde do trabalho no mar, a aptidão física, a formação e certificação dos marítimos e os aspectos inovadores decorrentes das Emendas de Manila à Convenção STCW e as implicações da entrada em vigor da Convenção STCW F, Carlota Leitão Correia, ajuda-nos a compreender a sua evolução e impacto e alguns dos obstáculos que a aplicação de legislação traz consigo. Para que todos saibamos!

### Revogar o Decreto-Lei nº 280/2001 de Outubro

O 280 é o Decreto-Lei português que regula a actividade profissional dos marítimos. Este regulamento demorou algum tempo a ser elaborado e vem na sequência, primeiro, das emendas de 95 à Convenção internacional STCW (adoptada em 1978) ao mesmo tempo que tenta abranger a STCW-F (Fish-Pesca) também adoptada em 95. Esta data deve ser recordada como "revolucionária" pois fica articulado o conjunto de propostas que permitem um salto qualitativo e quantitativo para os marítimos do Comércio (comparando com a STCW de 78) ao mesmo tempo que se estabelece uma nova plataforma para os profissionais da Pesca, ainda que só ratificada em 2012, com alguns países ainda em processo de ratificação. A STCW-F tem uma estrutura adaptada a um sector que tem um funcionamento diferente do Comércio, sendo muito reactivo e convencional quer em termos de receptividade à legislação propriamente dita, quer em termos de aceitação da alteração de processos de certificação e/ou níveis de formação. Isso faz com que as exigências tenham de ser sempre máximas mas ao mesmo tempo direccionadas e equitativas. Isto é o resultado do cariz completamente distinto dos actores nos dois sectores: áreas de operação, tipo de embarcações e de armamento, sindicatos e trabalhadores... **Sabia-se que a Convenção STCW-F demoraria algum tempo a entrar em vigor e a ser ratificada pelo que foram introduzidas desde logo disposições que pudessem dotar os pescadores da formação necessária a uma futura certificação STCW-F.**

Em breve, e porque há vontade internacional, a legislação

para a Pesca vai atingir um patamar qualitativo e quantitativamente idêntico ao que se atingiu para a marinha do comércio em 95. No entanto a mobilidade que os marítimos desejam dentro do sector passa por abordar a formação de base para o mar como um todo.

### Formação... formação e certificação sobretudo em matéria de Segurança

As Convenções são adoptadas e depois ratificadas pelos Países e vão sofrendo ao longo dos anos emendas sucessivas, que por seu lado vão sendo incorporadas para as legislações Nacionais. É um processo de elevada complexidade e morosidade e que requer o envolvimento de toda a comunidade marítima. **A globalidade da profissão marítima e a grande mobilidade dos marítimos implica uma necessidade premente de cada País estar preparado e dotado dos mecanismos necessários que permitam uma formação e certificação em conformidade com os compromissos assumidos aquando da adopção das Convenções.**

De acordo com as disposições transitórias constantes da Regra I/15 da Convenção STCW 78 com emendas é permitido, até 1/01/2017, as Partes da Convenção continuarem a emitir, reconhecer, revalidar e autenticar certificados, nos termos definidos pela Convenção aplicáveis imediatamente antes de 1/01/2012, o que significa que até 31/12/2016 as Administrações Marítimas terão que dotar os marítimos com toda a certificação exigida pelas Emendas de Manila. Isto significa e meramente a título de exemplo que a DGRM, até 31/12/2016, para revalidar a certificação de competência para o exercício de funções de Comandante, tem de exigir aos marítimos em causa que cumpram com determinados requisitos da Convenção, designadamente a necessidade de actualização da certificação em Segurança Básica, Combate a Incêndios, Cuidados de Saúde e Condução de embarcações de salvamento ou a formação em Gestão de recursos.

Por outro lado há **matéria inovadora** muito **importante relativa às viagens costeiras**. Nesta matéria a Administração Marítima pode isentar do cumprimento de alguns requisitos das disposições aplicáveis da Convenção tendo em atenção



a dimensão do navio e as condições da viagem. **Vamos regulamentar em breve a legislação existente (Decreto-lei 34/2015) no sentido de estabelecer os requisitos necessários para a emissão de um certificado de competência restrito a viagens costeiras; sendo que aqui o cerne da questão é o conceito de "viagem costeira" e os seus limites.**

A implementação e aplicação das emendas implica para a Administração lidar com cerca de 11.000 processos (marítimos portugueses e estrangeiros) com necessidade de substituição ou revalidação e a correspondente emissão de certificação de acordo com as novas exigências. Muita formação portanto, sobretudo em relação às matérias do Capítulo VI da Convenção: funções de emergência, prevenção de acidentes, proteção, cuidados médicos e sobrevivência. Antes de Manila isto não era obrigatório mas as emendas de Manila exigem para o Comércio que o serviço de mar não exima o marítimo de realizar em terra formação em matérias como Técnicas de Sobrevivência ou Combate a Incêndio, ou seja exercícios que não se podem sequer simular a bordo enquanto o navio opera. Este é um dos impactos maiores que as emendas de Manila trouxeram: a obrigação de 5 em 5 anos se fazer formação em terra em determinados módulos de Segurança e Emergência (oficiais e mestrança e marinagem). E estamos conscientes dos problemas que tal rotina vai implicar.

Outro dos impactos importantes tem a ver com as tabelas de competência relacionados com liderança e gestão de recursos na ponte. E porquê? Porque os marítimos, para substituírem neste momento um certificado têm de ter estes módulos. Sem eles não podem ter o certificado de competência e isto significa formação também. Manila trouxe formação, formação, formação.

Em Portugal a formação está oficialmente a cargo da ENIDH, do ForMar, do ITN e do IPTL\*\* que estão reconhecidos para a ministrar. O ForMar, à data atual, para ministrar Segurança Básica e actualização em Segurança Básica, o ITN para uma série de cursos STCW, designadamente Segurança Básica e a respetiva actualização (o chamado refreshment) Condução de Embarcações de Salvamento, Primeiros Socorros, Controlo de Multidões, Gestão de Recursos na Ponte, entre outros, e o IPTL, à data atual, para ministrar Segurança Básica. A ENIDH é um politécnico do Ensino Superior e, não estando vocacionado para Mestrança e Marinagem, tem nos oficiais a sua audiência.

O STCW-F tem especificações que permitem, se houver tempo suficiente de embarque nos últimos 5 anos, certificar oficiais como Skipper/Mestre de pesca costeira ou do largo (a quem se aplicam os mínimos da STCW-F ou seja para embarcações com mais de 24 metros) ficando ao critério de cada país a sua aplicação logo às embarcações de 12 metros.

Pretende-se um tronco comum na formação que permite ao profissional, por exemplo, com formação básica da marinagem escolher dar seguimento à sua carreira na Pesca, no Comércio ou no Tráfego local. Nós não dispomos de um sistema de equivalências o que torna muito complicado ou quase impossível transitar de um ramo de actividade, por exemplo, Contra-mestre pescador para Contra-mestre do Comércio, ou o contrário, e mesmo de Contra-mestre do Comércio para o Tráfego local. **Com a implementação de um tronco comum e com as opções modulares permite-se que um profissional, cumprida a formação-base para as actividades do mar possa ir progredindo ou "saltar" entre sectores de acordo com os seus interesses e o mercado, sem necessitar de "20.000" horas de formação.** Garantindo uma forma gradual mas rápida, e sem a intensidade que impede a boa assimilação de nova informação, uma das falhas que existia no RIM anterior, passará a abrir uma janela de oportunidades ao estruturar-se a formação de raiz para a polivalência e globalidade que a actividade do mar exige, incluindo

a possibilidade de internacionalização do profissional que está devidamente certificado. Se a transição requerer certificação a administração exigirá a obrigatoriedade de serviço de mar, de acordo com as regras em vigor.

**"Downgrade" e "upgrade" ou as exigências do trabalho tripartido entre administração, armamento e sindicatos**

### **Convenção do Trabalho Marítimo e a Convenção 188 – trabalho no setor da pesca**

Estas convenções têm exigências diferentes. É bom perceber que isto não tem a ver com o risco da profissão, tem a ver com os actores da profissão. A Organização Internacional do Trabalho (OIT) é tripartida: governo, armadores, trabalhadores.

**Na Pesca e apesar do alto risco parece optar-se por um downgrade sistemático dos requisitos o que leva ao atraso na adoção e depois na ratificação das Convenções.** Na história da OIT só na Pesca é que uma Convenção de Trabalho não foi adoptada à primeira votação, pois são preparadas com consensos sustentáveis. Mas a especificidade dos actores da Pesca é muito grande e essa sustentabilidade é volátil, mesmo a estes níveis. Este downgrade de standards impacta logo numa diminuição de requisitos aceitáveis para formação, o que é estranho sendo a profissão a de mais alto grau de perigosidade directa, perpetuando por outro lado a deficiência do profissional das Pescas que mais dependente fica de uma actividade, agora, menos bem remunerada do que outras profissões do mar.

### **Dirigir a formação profissional para a alteração de mentalidades implica novas abordagens**

A avaliação de riscos é muito importante nas profissões do mar mas na Pesca é menos praticada, menos ensinada e está menos consciencializada. É como se todos quisessem fazer prevalecer a ideia de que sendo a pesca para homens de barba rija, essa condição faz com que nada lhe possa acontecer. Mas a cultura da bravura do pescador que enfrenta tudo só e sozinho, não tendo isto como depreciativo, ajuda a situações de imprudência e ao acidente grave com prejuízos humanos, sociais e económicos gravíssimos. **Por isso a formação deve ser dirigida, claro para o que há a saber em termos técnicos, mas sobretudo para o desenvolvimento da oportunidade da prevenção e salvaguarda da vida humana – espírito que existia - e que pode de novo ser gerado**





Guia Médico Internacional para Navios, Ministério da Marinha, 1972

**com oportunidades de formação adequada às necessidades sentidas. A formação tem de criar novas abordagens que permitam distinguir o conhecimento (técnico/científico) do saber-fazer (transformação daquele conhecimento em acção mais consciente do modo como a nossa mente e corpo se deixam reger por experiências passadas se se mantiverem activos os circuitos que essas experiências criaram).** Isso não pode ser só deixado para a prática. Tem de ser inculcido logo no tronco comum. É verdade que temos uma população alvo envelhecida, o sector também recruta homens mais jovens que seguem negócio de família ou então, chegam "por acaso e necessidade", ou veio das obras, ou são estrangeiros e isto faz dos recipientes desta formação uma população complicada. Por outro lado o armador não tem brio numa cultura de segurança na sua frota e ao não a ter nem aculturar os seus homens à importância do cumprimento dos requisitos seja no trabalho seja no descanso descaracteriza a profissão e reforça uma visão negativa que afasta do mar/pesca.

Esta situação pode ter a ver com o facto da população envelhecida estar fechada à mudança e dos dividendos da pesca serem escassos para tanto risco diário mas a inovação pode ser tentada e eu sinto que o que faz falta para as novas gerações é a formação prática e a formação em simulador desde o tronco comum. O simulador está a tornar-se uma peça fundamental para ganhar convivência com boas, boas e más execuções em condições adversas. E não falamos só ambientais mas também mentais. Em geral é o princípio de uma formação muito mais pro-activa que envolve o formando de um modo diferente, como por exemplo a Noruega que graças à sua rápida e recente abundância económica, pôde alterar mentalidades criadas em ambientes de extrema pobreza inculcando o sentimento de cumprimento de regras de segurança e mais respeito pela profissão do mar.

Nós temos um excesso de horas de formação e precisamos de ter uma oferta formativa diferente, centrada na possibilidade de certificar quem quer ficar num determinado nível da profissão e permitir a quem quiser ir mais além ou para outro sector aceder a níveis diferentes de formação. Mas para isto a relação causa-efeito da análise do perigo tem de ser equacionada lado a lado com a valoração económica. Se continuo a olhar como olhei até aqui não vamos longe... precisamos da revolução re-

ferida no preâmbulo do 280/2001 com efeitos no dia-a-dia, olhar para os erros cometidos diariamente e aqui temos de olhar para o que não queríamos que tivesse acontecido mas aconteceu e responsabilizarmo-nos por mudar.

**Não vamos inventar a roda e as legislações internacionais dirigem-nos para um certo caminho e para uma necessária certificação mas não se diz como vamos fazer e podia ser interessante inovar aqui ... No regulamento diz-se que eu preciso de 1,2,3,4,5 mas eu posso abordar isso de diversas maneiras... senão estamos a dar formação por encomenda e não dirigida às necessidades reais daquele tipo de pessoa/função/embarcação. A formação técnica pode assegurar melhor marinheiro, pescador, estivador mas a formação para o risco na profissão e para o factor humano nesse risco tem de ser muito trabalhado para termos um profissional avisado. Não basta rever a legislação é necessário inovação. A Administração quer ver propostas de novas abordagens...**

## O que há de revolucionário na Saúde Marítima nesta STCW

Para já os requisitos da Convenção STCW 78 relativamente à Saúde Marítima aplicam-se à Marinha do Comércio. No entanto convém notar que iremos tentar conseguir um consenso, independentemente do ramo, de modo a revogar a tabela vigente no famoso 280/2001. Haverá adaptações mas como todos compreenderão não podem estar em vigor dois tipos de certificados médicos. Em termos gerais o conceito de aptidão médica para o exercício de uma profissão é o mesmo, independentemente das exigências concretas.

**O "revolucionário" aqui é que tudo isto é direccionado para a actividade do marítimo, para as funções que o marítimo vai executar.** Até aqui: Tens aptidão visual, aptidão acústica - uma cruz, e estava ali para dois anos. Agora não, a Convenção tem tabelas: um marítimo consegue passar por um determinado giro nas escadas? Ou levantar os braços? E de que forma? Ou subir 3, 4, 5 degraus sem ofegar? Isto entre um cem número de exercícios que é preciso fazer.. **Até à data estava tudo muito ligado a determinado tipos de doenças e não a determinado tipo de exames de verificação para aptidão funcional em diferentes contextos (por ex. na máquina, ponte ou convés).** A tabela era até aqui orientadora e agora passa a obrigatória. Há portanto um certo número de critérios que os médicos terão de obedecer para emitir um certificado e há guidelines publicadas pela OIT, Organização Mundial de Saúde e pela Organização Marítima Internacional. **A certificação médica de aptidão para entrada não será a mesma para quem já exerce a profissão e os critérios para ambas irão constar da lei portuguesa.** No nosso país não temos formação em Saúde Marítima e podemos dizer que em termos científicos a Saúde Marítima é desconhecida. **Em geral falar de Saúde Marítima em Portugal é falar de Higiene e Saúde no Trabalho, de inspectores e técnicos de Saúde de Trabalho, mas quando se fala de Saúde Marítima em sentido estrito não há conhecimento, sendo que Saúde Marítima é mais abrangente que Medicina Marítima.**

A Convenção fala em profissionais devidamente qualificados exemplificando com qualificações em Saúde Ocupacional, Medicina Marítima, experiência de trabalho como médico de bordo ou médico de uma companhia de transporte marítimo. Em Portugal os médicos que vão realizar os exames médicos aos marítimos e emitir os respetivos certificados deverão evidenciar um conjunto de qualificações conformes ao exigido na Convenção e assim poderem ser reconhecidos pela Admi-



nistração. Isto quer dizer que se tem de estabelecer uma relação entre o acto de emitir o certificado médico e o acto de certificação pela Administração, o que obriga a implementar um sistema de gestão da qualidade que assegure que aquele certificado foi emitido por um médico devidamente qualificado reconhecido pela entidade competente para realizar exames médicos a marítimos. Esta exigência e responsabilidade deve-se às consequências que a lei impõe quando se verifica a emissão de um certificado médico fraudulento quer para o marítimo quer para o armador. Um marítimo portador de um certificado médico emitido de forma fraudulenta provada, em caso de acidente não vai ter direito a qualquer remuneração e indemnização.

### **Discriminar pela positiva a saúde do marítimo sobretudo do pescador. Será que temos vergonha de pensar nisto?**

**Falamos é certo do lazer e do bem-estar sobretudo do marítimo que vem a terra depois de embarcado por longos períodos. Temos de assegurar - pois já ratificamos a 12 de maio a Convenção do Trabalho Marítimo (CTM), que entra em vigor a 12/05/2017 - para já instalações de bem-estar em terra.** Em Portugal temos a Stella Maris\* em Matosinhos que retrata o exemplo de instalação de bem-estar nos termos da CTM. Compete ao Estado em conjunto com os armadores e os sindicatos promover estes espaços nos principais portos do País... e aí poderemos ter espaços de decompressão física, mental e emocional... para os que os que podem vir a terra. A profissão é desgastante e pouco atractiva e torná-la mais compensada pode torná-la mais atraente.

### **E que formação pode o Estado Português dar ao armador para o comprometer com os seus desígnios?**

O Estado só pode promover a formação, e aqui falo não só como técnica. Não podemos ser subsídio-dependentes... quando temos uma empresa além daqueles mínimos que o Estado dá para cumprir e aquilo que somos obrigados, **o armador tem de querer potenciar os seus trabalhadores e para isso tem de promover também, independentemente dos subsídios do estado.** Portugal, em geral, sofre deste mal. **Temos de revolucionar as mentalidades se queremos ter uma frota pesqueira e uma frota de marinha do comércio,** hoje a que temos é pequeno-média, temos poucos navios da pesca do largo. Cada embarcação/empresa tem de apostar na cultura da empresa e neste momento mesmo sabendo que os salários não são o que eram, nós temos condições para isso, porque já o tivemos no passado... só criando uma cultura de empresa que observe todas as matérias legais relativas, entre outras ao bem-estar, porque além do trabalhador falamos de um ser humano. Enfim a pesca é diferente desde o seu cerne... sim mas é esse cerne que tem de querer mudar... Sim, todas as condições e instalações de que se fala para o Comércio poderiam estar disponíveis nas comunidades e abranger os pescadores locais.

### **Turismo de massas, controlo de multidões mas também condução de grupos**

A questão está a ser equacionada. Nós temos dois booms: o do grande turismo-cruzeiro que segue as regras STCW puro e duro no que diz respeito a qualificações e certificação e por isso Controlo de Multidões, Gestão de Crises e Comportamento Humano, Assistência aos Passageiros... É fundamental que assim seja quando o que está em causa não é só a tripulação mas um grande número de passageiros. Esta formação pode se dada pelas mesmas entidades ou eventualmente por outras que sejam reconhecidas pela DGRM para o efeito.

E o do tráfego local de passageiros e marítimo-turística onde os tripulantes têm de estar, num futuro muito próximo, qualificados para assistir aos seus próprios passageiros além da familiarização obrigatória, instruções e avisos. O passeio de um dia no rio exige a mesma aptidão mental para actuar, o mesmo saber de regras e procedimentos de segurança. Os tripulantes têm de estar perfeitamente qualificados para lidar com uma situação de pânico que pode ser causada por um passageiro que entra em crise e destabiliza o grupo. Muitas vezes este tipo de turismo lida com grupos pouco habituados à movimentação da água e ao facto de uma embarcação ser mais que uma estrutura que flutua. É bom que a empresa que **opera estas embarcações tenha gosto de ostentar uma consciência acrescida do risco, de como cada tripulante se tem formação básica e continuada nestas matérias e pode actuar com segurança. A empresa tem de ver nisto uma mais-valia!**

E de novo para esta formação há que pensar nos simuladores e em programas que coloquem o tripulante perante desafios que levam a sua mente a um extremo... quando em simulação, vi mestres e capitães a suar, a gritar ordens: **Cuidado! Atenção! Homem ao mar... Vamos acostar! como se estivessem em situação real.** Desde que a proposta de exercício esteja bem equacionada - e hoje há simuladores muito avançados - as pessoas não podem ficar fora do jogo e o corpo e a mente começam a reagir aos desafios.



*Transporte de mercadorias e pessoas e até pesca quando o vento movia a embarcação*

**\*LEGISLAÇÃO APLICÁVEL AO PROCESSO DE EMISSÃO DE CERTIFICADOS DE MARÍTIMOS** que Carlota Leitão Correia considera imprescindível ser conhecida dos armadores e marítimos portugueses:

**Nacional:** Decreto-Lei nº 280/2001, de 23 de Outubro com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 206/2005, de 28 de Novembro e pelo Decreto-Lei nº 226/2007, de 31 de Maio  
Decreto-Lei nº 34/2015 de 4 de Março

**Comunitária:** Diretiva 2008/106/CE de 19 de Novembro de 2008 com as alterações introduzidas pela Diretiva 2012/35/UE de 21 de Novembro de 2012

**Internacional:** Convenção STCW 78, com Emendas e Convenção STCW F, Convenção do Trabalho Marítimo, (MLC, 2006) e Convenção nº 188 – trabalho no setor da pesca

**\*\*ENIDH** – Escola Superior Náutica Infante D. Henrique, Paço D'Arcos, Oeiras  
**For-Mar** - Centro Formação Profissional das Pescas e do Mar, sede em Belém, Lisboa, âmbito nacional  
**ITN** – Instituto Superior Náutico, Paço D'Arcos, Oeiras  
**IPTL** - Instituto Profissional de Transportes e Logística da Madeira, Funchal, Madeira  
**Stella Maris** - criação do "APOSTOLADO DO MAR" – Obra Internacional Pontifícia da Igreja Católica, com o objectivo de dar assistência social, moral e espiritual aos profissionais das actividades marítimas e suas famílias. Existem em várias comunidades costeiras por todo o país.

OS PESCADORES:

# Projecto de investigação artística sobre o litoral português, a partir da obra de Raul Brandão

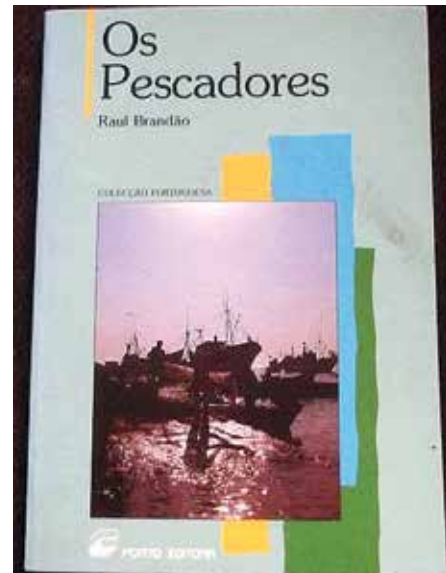
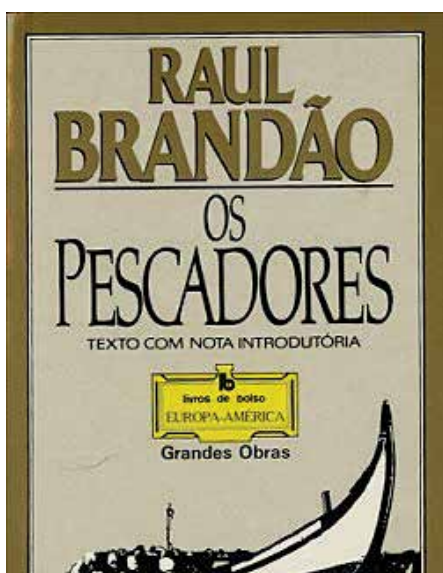
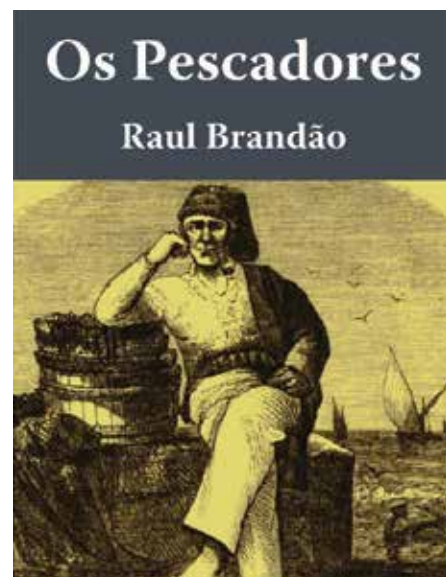
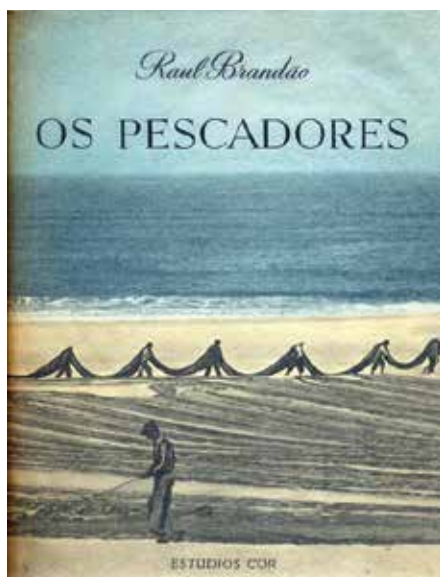
Que relatos e que retratos podemos traçar hoje, à luz do século XXI, sobre a história e as estórias das gentes e do mar? Que paisagens litorais se podem desenhar e dar a conhecer?

Raquel Belchior  
GALATEIA - Edição e Produção Cultural

## O mar como inquietação: o imenso eco prolongado

Entre 1920 e 1923, Raul Brandão documentou nas páginas d'Os Pescadores a dimensão do nosso mar e a de quem dele fazia vida. Esta obra, escrita há mais de noventa anos, permanece como um dos mais belos roteiros literários dos nossos portos, praias e rias, sendo que para lá da fixação da paisa-

gem, é um testemunho ímpar das comunidades piscatórias da nossa costa. Inspirado pela viagem de Brandão, o projecto multidisciplinar Os Pescadores tem como objectivo regressar a alguns dos locais por onde o autor passou, dando a conhecer as principais mudanças hoje visíveis, através de três formas artísticas: um Filme DOCUMENTAL, um Espectáculo COMUNI-TÁRIO e um Livro ROTEIRO. Após termos realizado a série





documental *Histórias de Mar*<sup>1</sup>, continua a interessar-nos investigar e reflectir sobre a pesca a partir do seu âmago, valorizando a sua importância cultural. É esse o desafio a que nos propomos em parceria com a Mútua dos Pescadores e com alguns dos Municípios que de Norte a Sul do país compõem a rota iniciada por Raul Brandão.

**O mar como ponto de encontro: erguem-se, juntam-se e o grande barco começa a deslizar...**

No âmbito deste trajecto, realizou-se dia 4 de Junho, na centenária SCUPA - Sociedade Cooperativa da União Piscatória Aldegalense, no Montijo, um Encontro<sup>2</sup> sobre Os Pescadores, onde foi possível esboçar um amplo quadro teórico de referências, dado o entusiasmo dos oradores e dada a diversidade de perspectivas sobre a obra de Brandão e sobre as pescas. Neste sentido, destacamos a importância de termos tido a voz e a experiência de João Delgado (Director da Mútua dos Pescadores), profundo conhecedor do sector, que nos trouxe um testemunho vivo da sua relação com o mar, centrando a sua análise em quatro pontos essenciais: a inadaptação dos marítimos à vida em terra; o papel central das Mulheres nas comunidades piscatórias; a temática da escassez dos recursos; e os cenários que se mantêm ao longo dos tempos. Entre a leitura de preciosos excertos, o editor e investigador literário Vasco Rosa elucidou-nos sobre a recepção d'Os Pescadores à época, expondo como outros escritores e artistas se inspiraram no mar e nas pescas para as suas criações. Já a investigadora Helena Abreu, (CRIA / PONG PESCAS), a partir da sua observação e experiência, ajudou-nos a compreender a actual relação de cooperação entre pescadores e cientistas.

No entanto, não é por acaso que a Antropologia ganhou peso na escolha dos convidados, todos eles com importantes trabalhos publicados sobre a actividade piscatória, as suas artes e comunidades. Entre muitos outros assuntos, Luís Martins (Antropólogo / IELT) chamou-nos a atenção para o facto de como as alterações na paisagem influenciaram o êxodo de certas populações, desafiando-nos também a ir mais além nas dimensões "escondidas" na obra de Brandão, destacando a vivência da infância nas comunidades piscatórias. O professor Francisco Oneto (Antropólogo / ISCTE) alertou-nos para as diferentes abordagens de trabalho de campo, salientando a importância da reacção das comunidades ao que é o registo de Raul Brandão. Maria Miguel Cardoso (Antropóloga / Museu do Trabalho Michel Giacometti) enalteceu a poética de Brandão, que faz contrastar o encantamento da luz e da cor com cruas descrições das gentes do mar. A presença da Antropologia foi desde o início determinante no projecto, abrindo espaço a uma reflexão contundente, baseada numa preocupação no contacto com o outro, na gestão e interpretação de testemunhos e nos resultados da pesquisa de terreno.

Para além da partilha com o público presente, o encontro foi assim um importante momento de preparação de toda uma equipa artística que em 2017, ano em que se celebram os 150 anos do nascimento de Raul Brandão, mergulhará no trabalho de investigação e de contacto directo com as comunidades piscatórias de Norte a Sul do país, na senda de uma criação que se pretende actuante, representativa e socialmente implicada.

1. *"Histórias de Mar"* – série documental com produção e pesquisa de Raquel Belchior, produzida pela ADREPES, cofinanciada pelo ProMar/Governo de Portugal e emitida pela RTP2, RTP Internacional e RTP África.

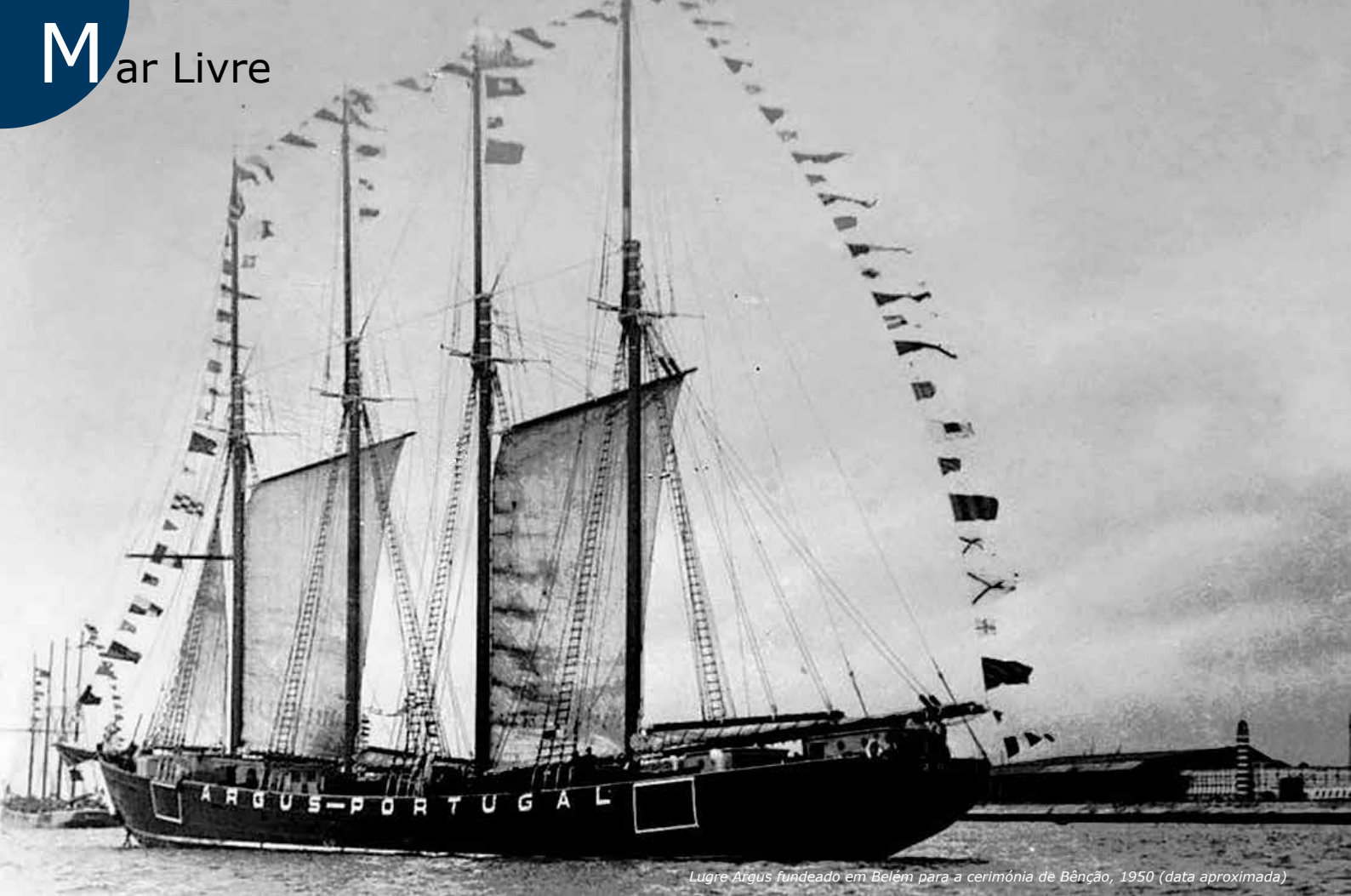
2. Encontro organizado por Raquel Belchior / GALATEIA - Edição e Produção Cultural, Companhia Mascarenhas-Martins, e SCUPA. Com Apoio da Mútua dos Pescadores, Pong Pescas, Teatro O Bando e Câmara Municipal do Montijo.

Só os  
especialistas  
dão garantias



## Mergulho Seguro Acidentes Pessoais

Várias opções e modalidades  
para prestadores de serviços de  
mergulho e para mergulhadores  
individuais



*Lugre Argus fundeado em Belém para a cerimónia de Bênção, 1950 (data aproximada)*

Neste Mar Livre o professor Álvaro Garrido traz-nos o modo tão pouco livre como o Estado Novo tratou as pescas e os pescadores, subalternizando-os numa filosofia e práticas assistencialistas, que no final resultaram num controlo social muito rígido destes profissionais e da atividade em geral

# O fascismo português e o enquadramento social dos pescadores

Álvaro Garrido  
Docente da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra  
Investigador do CEIS20

Em regra, reduz-se a ideologia do Estado Novo português, o regime de tipo fascista que vigorou em Portugal entre 1933 e 1974, ao imperialismo e ao ruralismo. Proponho um terceiro eixo de definição ideológica desse sistema de governo que sufocou Portugal durante quase meio século: o *maritimismo*.

Segundo as interpretações mais comuns da "História-feita",

durante a longa noite salazarista Portugal terá sido um país imperial e camponês. A integridade do Estado-Nação resultaria da convergência de dois patrimónios históricos intemporais: i) a ordem da terra e dos campos, o que remetia para um nacionalismo conservador e telúrico; ii) a ordem colonial-imperial, garante de uma nação subtraída à sua pequenez por meio de assimilações ultramarinas construídas



na história, em especial através de um nacionalismo imperial ou "lusu-tropical".

A exaltação do *maritimismo* e o modo como a propaganda estabeleceu articulações de significado com outros tópicos ideológicos a fim de impor uma versão reelaborada do "nacionalismo português", obrigam-nos a invocar todo um esforço de reprodução ideológica e de controlo social no sector das pescas e do trabalho no mar em geral.

No campo económico e social, o *maritimismo* do Estado Novo exprimiu-se numa série de iniciativas estatais de protecção social e de fomento económico cujos emblemas principais foram a pesca do bacalhau e a marinha de comércio. Quer a reanimação da grande pesca, quer a renovação da marinha mercante - esta última propagandeada até à exaustão através do "Despacho 100", de 10 de Agosto de 1945, assinado pelo ministro da Marinha Américo Tomás - foram apresentadas como expressões do restabelecimento da soberania do Estado-nação imperial.

No que se refere às pescas, o estendal ideológico do Estado Novo combinava um folclorismo de validação etnográfica e a estética de massas do fascismo. A tentativa de nacionalizar a tradição marítima portuguesa nota-se em inúmeros textos de propaganda da oligarquia corporativa das pescas, no cinema e nas artes. Com uma insistência litúrgica, a ideia é verbalizada nos rituais de sociabilização popular do progresso das frotas pesqueiras industriais; veja-se o folclorismo nacionalista das cerimónias de bota-abaixo dos navios de arrasto e bacalhoeiros, invariavelmente consumadas "em nome de Deus e do Estado Novo". Da mesma estirpe ideológica são as festivas inaugurações de bairros destinados à "gente do mar", promovidas pela Junta Central das Casas dos Pescadores, na maioria das vezes por iniciativa de Henrique Tenreiro, o patrão político das pescas nacionais.

Nestes e noutros cenários de actuação da "grande família das pescas", uma expressão muito comum na propaganda, a *estética* e a *organização* são recursos cruciais na construção de imagens harmónicas e na procura de uma paz social compulsiva. Certos elementos de costume dos pescadores, incluindo traços o traje, a dança, ou mesmo o modo de aparelhar uma vela e de amarrar os anzóis de uma arte de caçada, são apresentados como sinal de revigoração de uma "cultura popular" de base marítima e nacional.

Deste formulário ideológico de sentido etnográfico à legitimação do corporativismo e das suas formas autoritárias de enquadramento dos pescadores dista um pequeno passo. As instituições de cooperação social impostas à gente do mar (as Casas dos Pescadores, criadas em 1937) são justificadas em função de uma estreita harmonia entre o figurino institucional definido pelo Estado e as vivências tradicionais das comunidades.

O mar que a propaganda descreve e filma, não é, porém, o mar tumultuoso e dramático das fainas da pesca. Antes o mar que se entrevê na imagem de comunidades litorâneas reorganizadas pelo Estado por meio de um aparatoso programa de assistência material, moral e religiosa. O propósito de refundir o mar com a nação é regularmente evocado como argumento legitimador da obra social oferecida às populações marítimas. Nas páginas do *Jornal do Pescador* e do *Boletim da Pesca*, as principais publicações periódicas editadas pela Organização das Pescas, abundam as imagens de harmonia dos colectivos humanos. Profusamente ilustradas, ambas as revistas publicam reportagens que apresentam os pescadores como arquétipos nacionais subtraídos à miséria e aos vícios da "proletarização". De par com este registo apologético da "obra social das pescas", que domina as edições do *Jornal do Pescador*, destacam-se as reportagens

sobre as iniciativas modernizadoras das frotas e das artes, abundam as notícias dedicadas à melhoria das condições de trabalho a bordo e sobre a reanimação integrada das indústrias a montante e a jusante da pesca.

Entre 1934 e 1937 a construção retórica de uma "tradição marítima nacional" foi impulsionada pela necessidade de preencher um enorme vazio doutrinário a respeito da organização social dos colectivos piscatórios. O objectivo era resolver o problema político do enquadramento das "ariscas gentes do mar".

Em 1934, a Subsecretaria de Estado das Corporações e Previdência Social - onde pontificava Pedro Teotónio Pereira, um amante de navios à vela e de *fascios* - autorizara, a título de experiência, a criação de três sindicatos corporativos de pescadores de âmbito local: Nazaré, Buarcos e Seixal. Mas depressa o Governo confirmou que o sindicalismo livre não morrera de vez com a repressão da greve geral revolucionária de 18 de Janeiro desse mesmo ano que teve o seu epicentro na Marinha Grande: a forte infiltração de comunistas e anarquistas naquele trio de sindicatos de pescadores e a dinâmica que exibiram na greve dos bacalhoeiros da Primavera de 1937 mostraram que, do lado do trabalho, a batalha da corporativização fascista não estava ganha. O Estado autoritário subestimou o engenho do "entrismo" vermelho e libertário nos domínios da pesca e foi forçado a procurar soluções anti-sindicais de enquadramento dos pescadores.

A pesca era a actividade económica mais expressiva desse meio social: em 1930 ocupava cerca de 40 000 pescadores. É todavia, o conceito plural de "populações marítimas" que sobressai nas referências doutrinárias e políticas. A unanimidade dos princípios gerais de organização das populações marítimas contrasta com as dificuldades, hesitações e com a extrema prudência do Estado quando tratou de legislar sobre o figurino dos organismos de enquadramento social da gente do mar. Porém, esses princípios da organização corporativa das pescas deixavam perceber que os pescadores não dispunham de qualquer autonomia representativa. A situação assemelha-se à das Casas do Povo: o desequilíbrio entre o "capital" e o "trabalho" é estrutural e ostensivo. As Casas dos Pescadores não dispõem de Assembleia Geral nem de direcções eleitas; nos termos da lei, o presidente da direcção é o capitão do porto.

Os impulsos de solidariedade dos mundos marítimo e rural e a frequente indistinção, nas "pescas artesanais", entre os proprietários dos meios de produção e os assalariados, foram outros dos aspectos invocados para justificar um enquadramento social muito próprio. Evitando separar o que a tradição unira, as Casas dos Pescadores teriam o estatuto de "organismos de cooperação social".

Os propósitos do Estado autoritário seriam muito mais pragmáticos do que a retórica fazia crer. Pôr em marcha a "campanha do bacalhau", por exemplo, implicava deter a incerteza do recrutamento de pescadores, reprimir a instabilidade das companhias e a diferenciação salarial entre navios. O fomento da grande pesca supunha instituir mecanismos compensatórios do sistema de exploração intensiva do trabalho: a assistência, alguma previdência e uma certa melhoria das condições de trabalho a bordo. Tudo isto sem sugerir um autoritarismo abrupto, susceptível de colidir com o costume e de violentar as formas particulares de organização social das famílias e comunidades de onde saíam os pescadores-marinheiros que iam ao bacalhau.

Fonte:  
<http://riodosbonsinais.blogspot.pt/2014/08/outras-navegacoes-bacalhau-com-doris.html>

# Portugal Economia Social - Um balanço

Entre 19 e 21 de maio, decorreu na FIL-Parque das Nações, em Lisboa, o certame PORTUGAL ECONOMIA SOCIAL, denominado em subtítulo de Encontro do Empreendedorismo e Inovação na Economia Social, uma iniciativa conjunta da Associação Industrial Portuguesa (AIP) e da Cooperativa António Sérgio para a Economia Social (CASES).



A Mútua dos Pescadores, na sua qualidade de primeira e única cooperativa de utentes de seguros portuguesa, aceitou o convite de participar no evento, facto que consumou através da colocação de publicidade na revista da feira, da instalação de um stand e da atuação do Coro Grupo Mútua. É elementar agradecer aos colaboradores do Grupo que garantiram o funcionamento do stand e aos membros do Coro que enriqueceram a festa com a habitual competência, de reportório crescentemente mais diversificado e num andamento allegro maestoso. Além disso, a Mútua fez uma ampla divulgação e mobilização para o acontecimento junto dos trabalhadores do grupo, dirigentes, cooperadores, clientes e outros utentes, por via dos seus diversos meios de comunicação escritos e digitais. E o balanço que fazemos quanto à nossa participação é bastante positivo, porque constituíu mais uma oportunidade para estarmos próximos de parceiros naturais da Mútua; divulgando os valores que defendemos e os produtos e serviços que disponibilizamos à comunidade; mas também conhecendo melhor as outras entidades e partilhando experiências.

Por isso, numa análise retrospectiva, somos forçados a concluir que a Mútua não podia ter faltado.

Entendemos que uma organização que gere uma Feira tudo faça para a tornar atrativa e rentável e entendemos por isso a ação do promotor deste Encontro.

Porém, a Mútua está naturalmente alinhada com a posição da CONFECOOP, que desde que tomou conhecimento da proposta deste Encontro defendeu que deveriam ser as oito Confederações que integram o CNES (Conselho Nacional da Economia Social), com o apoio técnico da CASES, a organizar uma iniciativa deste tipo. Esta é uma questão central.

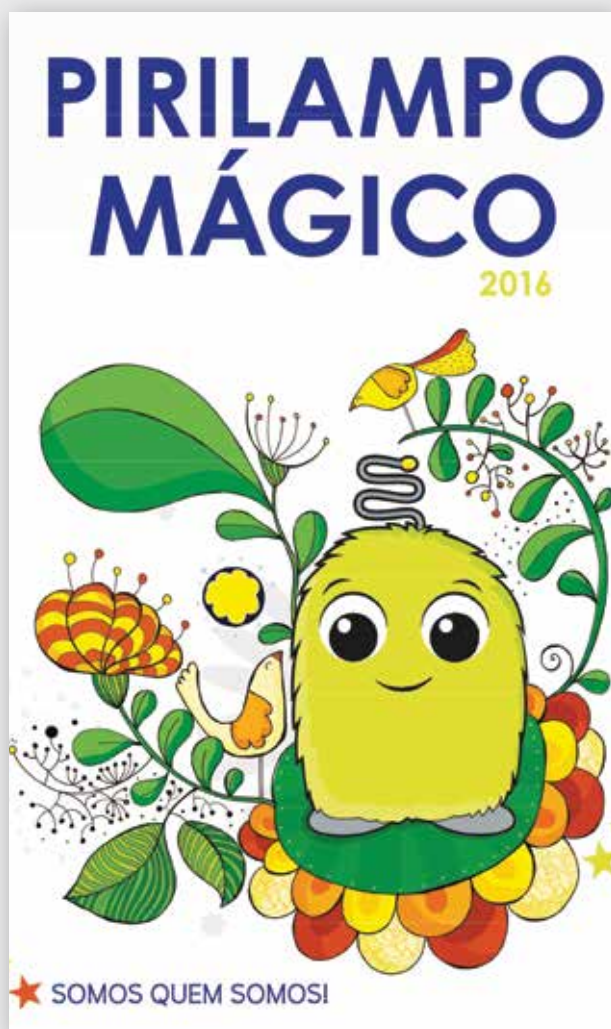
Estamos convictos que poderiam estar muitas mais organizações engajadas neste processo e teria havido maior número de expositores e sobretudo de visitantes.

A duração do Encontro deveria a nosso ver ser mais curta e deveria evitar-se a sobreposição de iniciativas de carácter global. Cremos finalmente que Encontros deste tipo devem ter uma periodicidade bianual e nos diversos territórios do nosso País.



## SOMOS QUEM SOMOS

A Campanha de 2016 do  
PIRILAMPO assumiu-se  
PELA DIFERENÇA...



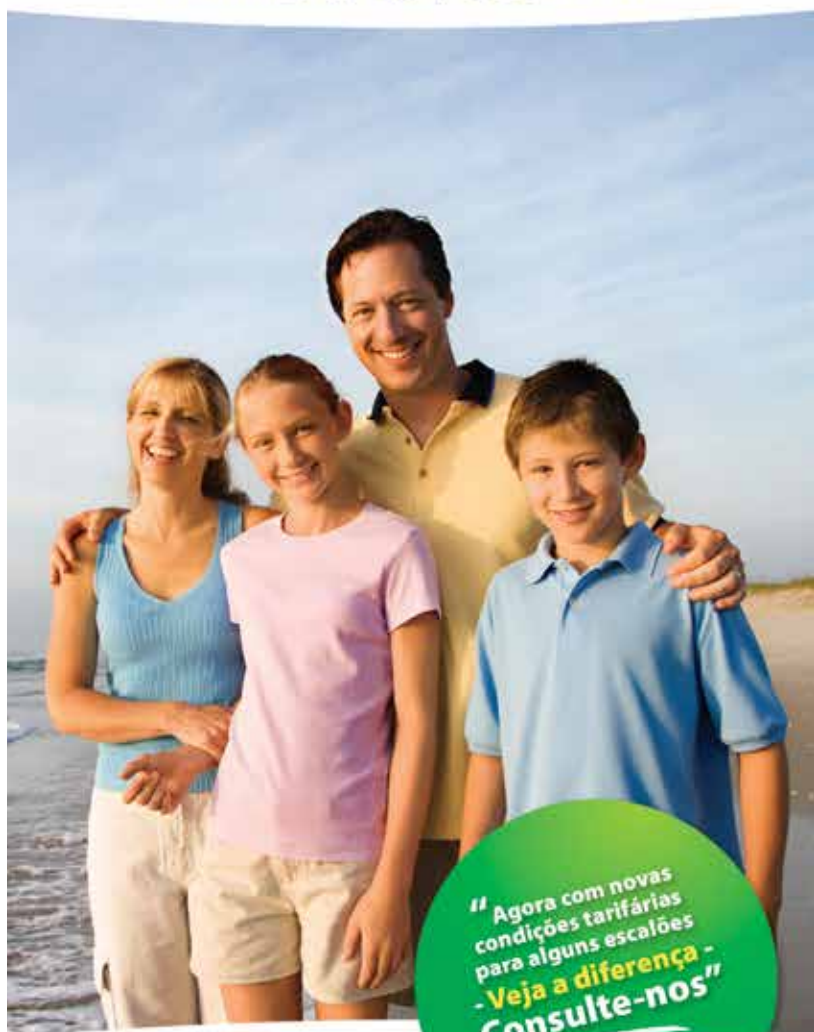
"SOMOS QUEM SOMOS - As pessoas com deficiência não são o que os outros querem que sejam. São quem são: pessoas que querem ver respeitada a sua dimensão individual, cidadãos de pleno direito que reclamam igualdade de oportunidade. Por isso reafirmamos perante a sociedade: somos quem somos. Pessoas com deficiência sim, mas com os direitos, expectativas e sonhos que são devidos a qualquer outra pessoa. *Por isso, não falem por nós: falem connosco! Façamos junto o caminho para uma sociedade cada vez mais inclusiva e fundada em valores como a igualdade e a solidariedade.*" (Lema da Campanha da FENACERCI)

*E a Mútua uma vez mais cá esteve a contribuir para o fortalecimento das cooperativas de solidariedade social que fazem este trabalho meritório.*



O SEU SEGURO  
PARA  
ACIDENTES DE  
TRABALHO

## ACIDENTES PESSOAIS



"Agora com novas  
condições tarifárias  
para alguns escalões  
- **Veja a diferença** -  
Consulte-nos"

confiança mútua

# Eleições para os órgãos sociais da CONFECOOP

José Luis Cabrita  
Membro dos Órgãos Sociais da Confecoop

As alterações aos Estatutos da CONFECOOP – Confederação Cooperativa Portuguesa, CCRL, deliberadas na Assembleia Geral realizada no passado dia 29 de Dezembro de 2015 abriram o caminho para a admissão como membros da Confederação das *Uniões de Cooperativas e das Cooperativas de primeiro grau não filiadas em Federações ou desde que a Federação do ramo respectivo não seja membro da CONFECOOP.*

Ao alterar os seus Estatutos, permitindo a adesão de outras organizações cooperativas que não apenas as Federações, a CONFECOOP reforçou a aposta no diálogo e intercooperação com todas as cooperativas, na aproximação aos demais Sectores da Economia Social mas, acima de tudo, criou condições para o reforço da defesa de uma forma diferente de organizar o processo económico pretendendo contribuir para o reconhecimento público do sector cooperativo como parceiro incontornável ao lado dos demais agentes económicos, sociais, culturais e políticos, projetando uma imagem positiva e credível junto dos interlocutores institucionais e da comunidade em geral.

Sabemos que o caminho não será fácil.

Numa sociedade, onde alguns poderes pretendem remeter a Economia Social e muito especialmente o Sector Cooperativo para uma acção meramente caritativa, embora reconhecendo a enorme importância de um conjunto de respostas sociais como fundamentais para que os efeitos da crise não sejam mais devastadores para um número significativo da população Portuguesa, a CONFECOOP está empenhada em desenvolver a intercooperação, mobilizando o movimento cooperativo em torno de uma confederação forte, interveniente, promotora de modernidade do setor e de afirmação do modelo cooperativo nas suas diferentes valências e actividades.

Como refere a mensagem da ACI – Aliança Cooperativa Internacional, difundida por ocasião Dia Internacional das Cooperativas de 2016, que celebrou o modo como as empresas cooperativas contribuem para alcançar os dezassete Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas que estabelecem, até 2030, uma agenda ambiciosa para acabar com a pobreza, combater as alterações climáticas, assegurar a qualidade de vida e a inclusão para todos: *"As cooperativas, enquanto entidades assentes em valores e princípios vocacionados para satisfazer as necessidades das pessoas, são parceiros bem colocados para ir de encontro dos ODS, contra a fome, pela segurança alimentar, pela igualdade de género, pelo crescimento inclusivo e pela produção e consumo sustentáveis, entre outros objetivos."*

E mais refere a mensagem da ACI: *"Os ODS refletem muitos dos objetivos delineados no Plano de Ação para a Década Cooperativa, uma estratégia global para que as cooperativas se tornem líderes reconhecidas na sustentabilidade económica, social e ambiental, o modelo preferido pelas pessoas e a forma empresarial de mais rápido crescimento."*

Assim, no sentido de dar corpo às alterações estatutárias efectuadas, foi iniciado um novo ciclo da vida desta Confederação, com a adesão de várias Cooperativas e a renovação dos órgãos Sociais para um novo quadriénio.

Sem prejuízo da continuação do trabalho de filiação de muitas



Confederação Cooperativa Portuguesa CCRL



outras cooperativas, realizaram-se, no passado dia 21 de Julho, duas Assembleia Gerais, sendo uma extraordinária, para a admissão de novos membros, e outra ordinária, para a eleição dos Órgãos Sociais.

Assim, na primeira foram admitidas, como membros da CONFECOOP, cooperativas dos ramos do ensino, da cultura, dos serviços e uma multi-sectorial.

Na Assembleia Geral para a eleição dos Órgãos Sociais foram eleitos, para a **Direção**: Presidente - Rogério Cação, em representação da FENACERCI; Vice-Presidente — Jerónimo Teixeira, em representação da FENACOOOP; Vogal - Helder Costa, em representação da A BARRACA. Para a **Mesa da Assembleia Geral**: Presidente - José Luis Cabrita, representando a FENACOOOP; Vice-Presidente - Rosa Neto, representando a FENACERCI; Secretária - Célia Pereira, representando a CRESAÇOR. O **Conselho Fiscal** passou a ser presidido por Guilherme Vilaverde, em representação da FENACHE, tendo como Vogais António Almeida Dias, em representação da CESPU e Carlos Ramos, representando a AUTOCOOP.



# O poder da cooperação na Europa



Marta Pita

Dados de 2015, do Relatório Cooperatives Europe – “O poder da cooperação”, edição abril de 2016 (Região Europa da Aliança Cooperativa Internacional)

## Cooperativas:

- **176,461** Cooperativas
- Desde 2009 as empresas cresceram 12%
- Itália, Turquia, França e Espanha com mais cooperativas
- **Indústria e Serviços** são os principais sectores de atividade – 36,60%; seguindo-se Agricultura – 30,36% e Habitação – 22,19%
- Seguros e Consumo ocupam respetivamente 0,01% e 6,82% do total dos sectores de atividade

## Membros:

- **141,502,512** de Membros
- **Mais de 17% da população** europeia é membro de uma cooperativa
- Desde 2009 os membros cresceram 14%
- França, Alemanha, Holanda, Reino Unido e Itália com mais membros
- **Consumo e Seguros** são os sectores de atividade com mais membros – 26,99 % e 12,07 %
- **100% - toda a população da Holanda** é membro de pelo menos 1 cooperativa! 85% da população da Finlândia é membro de 1 cooperativa; 60 % da população do Chipre; 45% da população da Noruega e Suécia; 40% da população da França

## Trabalhadores:

- **4,707,682** de Trabalhadores
- França, Itália, Alemanha, Polónia e Espanha são os países que empregam mais gente nas cooperativas
- 4,5% da população Italiana trabalha em cooperativas; 4% da população Francesa; 3,5% da população Finlandesa e 2% da população alemã
- **Indústria e Serviços** são os sectores com mais trabalhadores – 27,53 %, seguindo-se o Retalho – 23,95% e a Banca – 18,18%

## Resultados anuais:

- **1,004.83 bilhões €** de Resultados anuais
- 36 cooperativas têm resultados globais entre 2,9 e 51 bilhões €; de 10 países – Alemanha, França, Holanda, Reino Unido, Itália, Espanha, Finlândia, Dinamarca, Suécia e Noruega
- 4 cooperativas de retalho, 2 serviço bancário e 1 de seguros ocupam os primeiros lugares

- Alemanha (retalho), França (retalho e banca) e Holanda (seguros)
- Em termos setoriais globais é a **Agricultura** o setor com maiores resultados anuais – 39,34% (347 bilhões €), Retalho – 29,97% (264.38 bilhões €) e Consumo – 11,63% (102.6 bilhões €)

A informação do Relatório sobre **PORTUGAL** não está atualizada pelo que nos socorremos dos dados disponibilizados pela Conta Satélite da Economia Social - CSES (edição CASES e INE, 2013) de 2010. Para obtermos o número de trabalhadores e membros utilizamos uma apresentação da CASES de 2012 (“Os números do cooperativismo em Portugal”, Braga, Março 2012, disponível no seu site).

## 2260 Cooperativas

- Setores do **Comércio, Consumo e Serviços** – 26,2%; seguindo-se Desenvolvimento, Habitação e Ambiente – 17,8%; Transformação – 16,9%; Cultura, Desporto e Recreio 12%. Mais de 70% das cooperativas nestas 4 grandes áreas

- **51.391 Trabalhadores** – as cooperativas Agrícolas e de Ensino são as empregam mais gente – seguindo-se Serviços, Solidariedade social, Crédito e Consumo.

- **1.353.107 Cooperadores** – as cooperativas Agrícolas, de Crédito e de Consumo são as que têm maior número de cooperadores, seguindo-se Solidariedade Social, Serviços e Habitação.

- O conjunto das **entidades de economia social** (tal como agrupadas pela CSEC: Cooperativas, Mutualidades, Misericórdias, Fundações e Associações e outras) **representam 2,8% do VAB\* da Economia Nacional** (4262,60 milhões €)

- As **Cooperativas contribuem com um VAB de 742,2 milhões €**, que corresponde a 0,5 % do total da Economia Nacional nesse período (151 426 milhões €), sendo o segundo maior grupo, logo a seguir às “Associações e outras”.

- O **setor Financeiro** foi o que mais contribuiu para o VAB cooperativo tendo gerado 29,9% do total; Transformação 28,8%; Ensino e investigação 18,3%; e Comércio, consumo e serviços com 17,4%.

Mais de 90% do VAB teve origem nestas 4 grandes áreas

\*VAB – Valor Acrescentado Bruto - apresenta a diferença entre os custos de produção e as receitas

# Música como vocação

Nesta edição vamos ao encontro do maestro do nosso Coro, Ivo Castro e da sua experiência coral



*"A origem do Coro é igual ao lançamento de uma semente à terra, que se espera que cresça, floresça para depois nos podermos "alimentar" dos seus frutos, que neste caso são a música, as palavras (às vezes a poesia) e as boas sensações que tudo isso nos provoca e que sempre queremos partilhar. Neste caso as vontades foram muito fortes e contra ventos (inexperiência de quase todos os elementos) e marés (poucos elementos), conseguiram passar para a realidade o que para alguns seria uma miragem ou utopia." (Ivo Castro, maestro do Coro Grupo Mútua, Marés 68, Dez-Jan2014)*

Ivo Castro nasceu em 1957 em Lisboa e iniciou os estudos musicais aos 18 anos, na Academia de Amadores de Música de Lisboa e Instituto Gregoriano de Lisboa. Não começou por tradição de família mas por vocação. Foi atrás do seu sonho. Os pais não tinham possibilidades e nessa altura a "música não era futuro para ninguém"...

Seguiu a sua vocação enquanto trabalhava para pagar os estudos, dando aulas de educação musical ao 5º e 6º ano (atual 2º ciclo do Ensino básico) em colégios privados e escolas públicas.

Fez formação de Direção Coral e trabalhou com José Robert da Academia de Amadores de Música de Lisboa, "discípulo" de Fernandes Lopes-Graça e Maestro do Coro por este fundado em 1946, atual Coro Lopes-Graça da Academia de Amadores de Música de Lisboa, que Ivo também integrou tendo sido durante um período seu Maestro adjunto.

Não obstante os seus estudos o seu percurso caracteriza-se sobretudo pelo autodidatismo e vocação. Muita paixão e trabalho pela música.

A sua experiência de Direção coral começa com um convite da Sociedade Filarmónica Incrível Almadense. Seguiram-se outros e atualmente dirige o coro da Sociedade Filarmónica União Pinheirense, de Pinheiro de Loures e do Centro de Desporto, Cultura e Recreio do Pessoal dos CTT. Um pouco por acaso o seu saber e a sua experiência musical foram sendo postas ao serviço de projetos sociais que elevam a música a outra esfera. Mas todas as experiências vão beber ao cancionário tradicional a sua força motriz, que reforçam a nossa identidade.

## "Música ajuda as pessoas a desafiarem-se"

Está envolvido no projeto Musicalidades, dinamizado no Lar da Nossa Senhora do Carmo da Lapa, que visa desenvolver atividades de estimulação cognitiva, motora, social, através da música e do seu mundo. São 11 mulheres no total, mulheres idosas que encaram a experiência como "uma festa". Respondem aos desafios de um modo muito positivo, trazem elas próprias músicas que lhes trazem as suas próprias memórias, mas também inventam canções novas. Sentem que estão vivas.

A verdade é que estes projetos são contra corrente. Ninguém se importa... este país não é de facto para velhos. São postos em lares e é-lhe colocada uma cortina que os separa do mundo. Para ninguém ver.

Às vezes também choram e é importante deixá-las chorar, deixar que as emoções se soltem e não as prendermos.

Este trabalho só é possível quando as equipas diretivas os impulsionam e animam. Não é possível de outro modo. E neste caso a Direção do Lar reconhece-lhe a importância para a me-



lhoria dos aspetos emocionais, de concentração, memorização e das relações interpessoais e de grupo.

No Grupo coral da Estrela são cerca de 16 pessoas. Entre elas apenas um homem. As mulheres são mais ousadas... A experiência na UNISBEN – Universidade Intergeracional de Benfica, permite-lhe trabalhar também a ligação com os mais jovens mas aqui os resultados não são tão imediatos. Não é tão fácil aos jovens abrirem-se a estas experiências.

O que têm de especial estas experiências é o desafio de colocar as pessoas a fazerem o que nunca pensaram fazer e a desafiarem-se a elas próprias. Desenvolvem novas competências, partilham emoções e experiências, participam em grupo. Com os idosos o resultado é quase que imediato e mesmo em termos de técnica é notória a sua evolução de dia para dia, tal é o empenho e a emoção que põem nas atividades.

#### **Projetos musicais nas empresas – o tempo é o maior desafio**

No trabalho dentro das empresas, com pessoas que estão no ativo os resultados são diferentes e demoram mais tempo a fazer-se notar... em termos técnicos a aprendizagem pode ser mais rápida, mas em termos sociais e humanos o compromisso é mais difícil... O tempo é aqui um bem mais escasso... Sentem que estas atividades roubam tempo e espaço à sua vida privada que já sofre tanto com as rotinas diárias. Sentem que são mais horas a crescer à carga horária de trabalho diário, o que aumenta o stress... e é precisamente o contrário o que se pretende: no fim quem deve ficar a ganhar é o coletivo empresa-trabalhador! Melhoram as relações de trabalho, melhora a produtividade.

Há empresas que "obrigam" os trabalhadores a participar em atividades que fogem às rotinas de trabalho, precisamente no sentido de valorização efetiva dos trabalhadores. Em Portugal há empresas que oferecem uma hora ou mais para o desenvolvimento deste tipo de atividades.

#### **Os desafios na Mútua...**

Na Mútua há abertura para estas atividades, mas não há o eco desejado por parte dos trabalhadores. As pessoas gostam e reconhecem o valor do trabalho realizado mas não dão o passo do compromisso, é o tal preconceito em relação ao tempo... Quanto ao coro cabe-nos continuar a desafiar-nos mais e mais... temos que entrar mais pelas comunidades piscatórias adentro, participar nas suas iniciativas e trabalhar os temas do mar no nosso repertório.

## Filha de peixe quer aprender a nadar... (percurso de formação académica)

Ao contrário do pai, Carolina, com 15 anos, começou a estudar música desde cedo. E mesmo antes de estudar, já brincava enquanto aprendia música... para bebés... Passou por todos os degraus do ensino artístico da música. Desde os 8 anos, e até ao 6º ano, paralelamente ao ensino regular da escola pública, frequentava as aulas de música na Escola de Música do Conservatório Nacional. A partir do 6º ano e até ao 9º ano fez o ensino integrado no Conservatório. A partir do 10º - onde vai ingressar em setembro deste ano! – irá para a Escola António Arroio. Consigo levará o seu instrumento de eleição – o violino...

Marta Pita a partir de conversa com Ivo Castro



**MÚTUA**  
DOS PESCADORES

*seguro solidário*

1ª Cooperativa de utentes de seguros

*com os pés em terra  
com os olhos no mar*

- ✓ experiência mutualista desde 1942
- ✓ a seguradora do mar
- ✓ plataforma de seguros para o sector cooperativo e social
- ✓ experiência, especialização e competência reconhecidas
- ✓ economia solidária proximidade e humanismo

[www.mutuapescadores.pt](http://www.mutuapescadores.pt)

[geral@mutuapescadores.pt](mailto:geral@mutuapescadores.pt)

# Camões

*Nesta coluna têm surgido artigos que enaltecem personalidades ou obras mais significativas da arte e da cultura.*

*Corresponde esta preocupação de divulgação cultural ao 5º. Princípio Cooperativo, vertido nos Estatutos da Mútua dos Pescadores, nomeadamente onde se refere "...Promove a formação e a educação dos seus membros..."; orientação que tem de presidir, aliás, a todos os ideais libertários, como condição indispensável para o sucesso na conquista de uma sociedade melhor.*

*Já falámos de músicos, pintores, museus, exposições temporárias e filmes.*

*A literatura, enquanto forma de expressão fundamental, merece naturalmente também o seu espaço nas páginas da "Marés".*

*Embora patriotas, repudiamos o xenofobismo e temos uma visão internacionalista da vida.*

*Portanto, nesta abordagem continuaremos a dar prioridade à qualidade, independentemente da sua origem portuguesa ou estrangeira.*

*Para fazer contraste com as últimas edições, vamos desta vez escrever sobre o nosso vate.*

Adelino Cardoso

Luís Vaz de Camões (1524?-1580), de que se desconhece o local exato de nascimento, havendo dúvidas entre Lisboa (o mais provável) Coimbra, Constância e Alenquer, mas que garantidamente faleceu em Lisboa, é reconhecido como um poeta de dimensão universal.

Perfilhou como estilo literário o Maneirismo, que se pode considerar, grosso modo, pela sua maior sofisticação, uma fase transitória do Renascimento humanista para o Barroco.

Embora não existam provas documentais, afirmam alguns especialistas que Camões terá certamente frequentado a Universidade de Coimbra, pois, não é possível imaginar, naquele tempo e com a vida atribulada e de viajante que levou, atingir tal erudição e em várias áreas do conhecimento sem recurso ao ensino superior.

Mas no caso de Camões, essa erudição - talvez com exceção de *Os Lusíadas*, que é, sem dúvida, um livro genial mas exigente - consegue ser traduzida em ideias e palavras compreensíveis para a generalidade de todos nós, simples mortais.

A sua obra - sem prejuízo da importante vertente epistolar - divide-se em três componentes, que passamos a expor:

## Épica

Representada por *Os Lusíadas*, poema ainda hoje considerado como uma das glórias artísticas de Portugal, equipara-se aos melhores textos épicos da literatura mundial; estando ao nível da *Ilíada* e da *Odisseia* de Homero, da *Eneida* de Virgílio e da *Divina Comédia* de Dante; mas com a diferença de que nele o herói principal é o povo português na sua gesta dos Descobrimentos, embora liderado por Vasco da Gama; porque nos outros poemas épicos referidos, o herói é uma figura singular (*Aquiles*, *Ulisses*, *Eneias* e *Virgílio*).

## Lírica

Esta é provavelmente a faceta mais conhecida do grande público.

Neste domínio Camões explorou praticamente a globalidade dos géneros poéticos da época, do soneto às odes, passando pelas élogas, redondilhas, oitavas, canções e elegias.

E muitos têm sido os artistas - incluindo o grande Zeca Afonso - que adotaram alguns destes insuperáveis poemas para expressar os ideais de liberdade, amor e justiça social.

## Teatro

As três peças cómicas que escreveu, *Auto de El-Rei Seleuco*, *Auto de Filodemo* e *Auto dos Anfatriões*, denunciam sabiamente



"Retrato a vermelho"<sup>1</sup>

mente alguns aspetos ridículos e contraditórios da época em que viveu.

Mesmo assim, é consensual o entendimento entre os críticos, com os quais somos levados a concordar, que a parte dramática será a menos deslumbrante do conjunto.

Sobre Camões, muito, ou melhor, quase tudo fica ainda por aprofundar, mas nem o espaço disponível, nem o "engenho e arte" convidam a ir mais além; pelo que terminamos por ora com a primeira estância de um soneto largamente conhecido e bem atual do poeta maior da língua portuguesa:

*Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades,  
Muda-se o ser, muda-se a confiança;  
Todo o mundo é composto de mudança,  
Tomando sempre novas qualidades.*

Na esperança que possa contribuir para despertar ainda maior curiosidade e interesse pela leitura de Camões.

1. Réplica muito fiel, executada no início do século XIX por Luís José Pereira de Resende, que integra as coleções da Torre do Tombo, em Lisboa. O original, que se perdeu, foi realizado pelo pintor espanhol Fernando Gomes, entre 1573 e 1576, perante o modelo. Trata-se da única imagem conhecida em vida do poeta.



# Plano de Reforço de Ação Cooperativa da Mútua dos Pescadores – Balanço

João Delgado  
Conselho de Administração da Mútua

**“Tenho 17 anos, ando no 11º (...) só falta um ano... p’ra ir trabalhar na Ria!”**

Pedro. Que outro nome mais sugestivo para um jovem Pescador? Natural da Torreira (Murtosa), criado à beira da Ria pelos avós, só vê o seu futuro, tal como considera ser a parte mais importante do seu curto passado, ligado à Ria.

**“Pelo menos não me há-de acontecer como aos meus pais, despedidos da Yasaki- Saltano (Ovar). O meu pai teve que emigrar para a Alemanha. Já tirei o curso de Pescador e a carta de Arrais. É aqui que quero trabalhar, não quero fazer outra coisa”.**

Os olhos azuis de Pedro saltam quando fala da Ria, dos bivalves, das artes de pesca e dos avós que lhe meteram o “bicho da Ria no corpo”. Vê a Ria como um grande patrão que ao invés de despedir, como acontecera aos seus pais, abraça, dá conforto, garante o sustento e não o sujeita a horários nem a restrições à liberdade de cheirar o vento ou de sentir o nevoeiro a sair das entranhas Beirãs. Como falará Pedro daqui a 10 anos se se efetivarem os seus mais sinceros desejos de trabalhar a Ria, com as artes e o saber que lhe chagaram pelas palavras e pelo sangue de quem o viu desenvolver-se com os pés molhados e enterrados no lodo da Ria. De que azul falaremos então, quando olharmos nos seus olhos? Brilhante ou baço? Intenso, como o ultramarino, ou “esbatido” quase a dar lugar a uma espécie de cinzento?

Esta breve abordagem à vida de Pedro assume um caráter simbólico, dado que a Pesca, como a vida, renova-se sempre. A Pesca e os Pescadores continuarão sempre a existir, apesar das restrições, da inadequação das políticas e do irrealismo com que quase sempre se olha para este sector central para a nossa economia.

A reunião do passado dia 30 de julho, na Torreira, a última desta primeira fase do Pés no Terreno, teve essa particularidade de confirmarmos e reafirmarmos (Mútua dos Pescadores) o nosso compromisso com a construção de uma realidade mais equilibrada, com maior organização que confira outro tipo de garantias a quem ingressa no setor das pescas em Portugal.

A Mútua dos Pescadores procurará por todos os meios dar visibilidade aos problemas que afetam as comunidades para que sejam solucionados, assim como elencará um rol de argumentos que salientem as imensas potencialidades que a costa nacional tem para servir as pessoas que dela dependem. Potencialidades essas que se exploradas de forma organizada,

consciente e com uma justa redistribuição da riqueza produzida poderá ser a chave da maior parte dos problemas que hoje assolam a vida de milhares pessoas que dependem da pesca ou de atividades conexas.

Para além da prestação de contas que temos vindo a facultar aos nossos cooperadores, é na forma como temos vindo a ouvir centenas de pessoas por todo o país que reside a mais-valia fundamental deste plano de reforço de ação cooperativa. Desta forma, a Mútua dos Pescadores reforça a seu vínculo e o seu compromisso com as pessoas e com as organizações. Falando e ouvindo, trocando impressões sobre as mais diversas matérias em debate, vamo-nos formando mutuamente, construindo ou solidificando posições. É nesta visão dialética que mergulhamos a pique nas realidades concretas, recusando construir mundos à distância, correndo riscos desnecessários de pintar cenários com cores que se distanciam abissalmente das matizes efetivas. Para agir em conformidade e com legitimidade, este trabalho será fundamental para o futuro da Mútua dos Pescadores, já que lhe permitirá ajustar a sua ação comercial, política e estratégica de forma muito mais fundamentada e consequente.

Desde o início de fevereiro, já realizámos mais de cinquenta reuniões, intervenções, colaborações em projetos ou iniciativas de outras organizações com quem temos a honra e o prazer de colaborar, ao abrigo do Pés no Terreno.

Temos vindo a confirmar, em muitas situações, aquilo que já sabíamos – a inexistência de infraestruturas de apoio à pesca em muitas comunidades, como Caminha, que se uniu em torno desta causa, recolhendo 1200 assinaturas reclamando melhores condições de trabalho e de segurança para os pescadores. As barras assoreadas em Esposende, Caminha, Póvoa de Varzim, Vila do Conde, Figueira da Foz e Ericeira, citando só as situações mais preocupantes. Bacias dos portos a necessitar de dragagem, onde as embarcações têm que esperar pela praia-mar para sair, como em Leixões.

A falta de investimento público na manutenção, beneficiação e preservação dos portos por todo o continente, reflete-se, entre outras coisas, na degradação de escadas de acesso às embarcações, na inexistência de defesas nos cais, na iluminação deficiente e poluição que em muitos portos assume contornos difíceis de entender!

Outro dos temas centrais amplamente discutidos nas nossas reuniões é a valorização do pescado. De forma transversal,

conclui-se que é uma necessidade premente a implementação de estratégias de valorização do pescado incluindo intervenção nos preços de primeira venda, com o estabelecimento de preços mínimos. Outra das ilações a retirar nesta matéria, e que é uma evidência, uma vez que, onde as organizações de produtores têm intervenção no mercado, o produto é muito mais valorizado na primeira venda e isso, naturalmente, tem reflexo nos rendimentos à produção. Os Açores são disto um exemplo, onde as cooperativas procuram novos mercados para colocar a sua produção, introduzem novos conceitos nos hábitos de consumo, potenciando de forma dinâmica e criativa a sua atividade.

As questões da Segurança no Mar, a necessária renovação da frota, a escassez de mão-de-obra, as quotas de pesca, onde a Sardinha para o Continente e o Goraz para os Açores são os casos mais preocupantes, a formação de profissionais para o setor são, como não poderiam deixar de ser, temas constantes nas muitas reuniões que temos realizado.

Para além de questões transversais a todo o litoral, existem questões locais com grande relevância e às quais também temos dado a devida atenção. Um exemplo – a situação difícil dos Estaleiros Navais de Peniche e o seu impacto, ou os reflexos da paralisação da frota da Sardinha na indústria conserveira que é também uma preocupação neste e noutros pontos do país.

Sendo a Pesca profissional um foco central para a atividade da Mútua dos Pescadores, no entanto, a atenção que temos dado nos setores onde somos cada vez mais uma referência, também tem tido um reflexo importante neste plano. Temos vindo a reunir com organizações representativas da náutica de recreio, das atividades marítimo-turística, das atividades de animação turística, e também nestas áreas temos vindo a perceber cada vez melhor quais os constrangimentos e potencialidades e qual o seu papel ao nível económico e social em cada comunidade. Também aqui, temos vindo a verificar que as potencialidades acompanham na exata medida as dificuldades que vão atravessando. Ou seja, se estas áreas têm um potencial enorme, as dificuldades que os seus operadores vão enfrentando não são de menor dimensão.

Este trabalho, se feito de forma continuada, irá acentuar a posição que a Mútua dos Pescadores já assume no contexto nacional do setor marítimo. Tendo a firme convicção que estamos a construir uma Mútua cada vez mais preparada e conhecedora de um país com os pés molhados e que ainda não aproveitou bem o que tem diante dos seus olhos – o Mar. O que coletivamente estão a solidificar e a fortalecer é uma Cooperativa de Utentes de Seguros com características únicas. Uma plataforma com capacidade de intervir para ajudar a inverter um cenário de declínio no setor piscatório e com ferramentas para reclamar um desenvolvimento mais coincidente com as potencialidades de todo o setor marítimo em Portugal. Uma estrutura que pela sua ação, tentará que não se apague a esperança, mas que manterá vivo o brilho dos olhos azuis, dos muitos “Pedros” que ingressarem no setor piscatório.

Mesmo que nem todos os olhos dos jovens que entrem para renovar o setor sejam azuis, refletirão sempre o azul... do mar. O brilho que ostentarão dependerá das decisões políticas e do trabalho das organizações, como a Mútua dos Pescadores, que acreditam na construção de um verdadeiro país marítimo ao serviço do seu povo.



Angeiras, com Diretor Jerónimo Viana



Caminha



Ericeira - Associação ASSUP



Ericeira-com Associação Armadores Local, CM Mafra e Junta Freguesia Ericeira



Peniche - Com os dirigentes da AMAP



Peniche - Diretores José António Amador e João Delgado com Jerónimo Rato, da CAPA



Associação de Pescadores da Ilha de S.Jorge, com António Laureno, na fotografia também o Diretor João Delgado



Clube Naval da Horta com o Presidente José Decq Mota



Associação Regional Empresários Animação Turística - Pedro Rodrigues, Adriano Simbron e Carlos Garcês, Grupo Mútua - Açores



Associação de operadores de mergulho - Paulo Reis e Jorge Botelho - Açores



Clube Naval de Angra, na Terceira, com Augusto Silva e José Augusto



Com a Ilhas em Rede - Associação Mulheres da Pesca dos Açores - Presidente Lurdes Baptista e Cátia Botelho



## Pés no terreno - Cooperativa em Ação

Desde o início do ano que o Conselho de Administração da Mútua está a por em prática um plano de dinamização cooperativa que visa fortalecer a ligação dos cooperadores e segurados à sua cooperativa, e com isso desenvolver a cooperativa.

Um plano assente em dois princípios fundamentais que devem reger qualquer organização desta natureza: **participação ativa dos associados na vida e na implementação das políticas da Cooperativa para uma gestão democrática** (ação contida no 2.º princípio cooperativo fixado pela Aliança Cooperativa Internacional), **levantamento dos problemas e anseios dos cooperadores e segurados, contribuindo para a sua resolução, valorizando as comunidades onde estão inseridos, e contribuindo para o seu desenvolvimento** (ação contida no 7º princípio cooperativo).

Tem promovido encontros com os dirigentes locais, cooperadores, bem como com os agentes do poder público e outras organizações dos setores onde intervimos – da pesca em particular, mas também de outros setores de atividades.

O objetivo é prestar contas da nossa ação, contribuindo para resolver os problemas que estejam ao nosso alcance, dentro dos limites da nossa ação de seguradora cooperativa, ou, quando se anunciam para lá da nossa ação, alertar as entidades com quem nos relacionamos nos diversos fóruns em que participamos ativamente – como as questões de segurança marítima, sinistralidade, estado dos portos de pesca e das barras, problemas sociais e económicos do setor, entre outras questões que são colocadas pelos participantes nos encontros.

A Mútua tem vindo a aumentar ano após ano o número de contratos de seguros, e de utentes, mas não tem vindo a aumentar o número de cooperadores na mesma proporção, ou seja os tomadores de seguro, as pessoas seguras, as apólices de seguro têm aumentado, mas falta o passo seguinte de subscrição de títulos de capital, para poder ter-se a qualidade de cooperador. E é este cenário que queremos também alterar.

Para isso a Assembleia geral alterou os Estatutos no sentido de facilitar a adesão dos cooperadores:

- Em 2008 o valor mínimo de subscrição de capital social passou a ser de 15,00 euros (até então era 75,00 euros).
- Em 2016 aprovou que o capital social mínimo de 15,00 euros pode ser pago no prazo de 5 anos. Para isto basta que assinem um documento próprio facultado pela Mútua.

**Todos podemos contribuir para o reforço desta cooperativa, e o primeiro passo é ser pessoa segura ou titular de uma apólice de seguro. O passo seguinte é o compromisso mais consciente com os valores e princípios cooperativos:** de utente a cooperador, adquirindo capital social. Fazendo disso um ato de consciência e uma homenagem também a todos quantos já trabalharam e trabalham nesta casa, fazendo dela o que é hoje, a única Cooperativa de Seguros Portuguesa, reconhecida pelos seus pares, incontornável em todas as dimensões do setor marítimo, a mais modesta e a mais improvável que sobrevivesse num mundo de gigantes!

**A qualidade de cooperador permite adquirir direitos associativos nesta Cooperativa, tais como eleger e ser eleito para os órgãos sociais, e participar nas decisões e em toda a vida da Cooperativa.  
Esperamos por si! Torne-se cooperador da primeira cooperativa de utentes de seguros em Portugal!**

## Novos folhetos Mútua



Se existe algo com que o marketing não conviva bem, é a estagnação.

Mas vamos por partes, porque isto de escrever um artigo apenas sobre este tema exige esforço de imaginação, para que a abordagem, que se poderia resumir a meia dúzia de linhas, justifique um espaço digno desse nome na “Marés”.

Até agora a Mútua tinha optado em dispor de um folheto autónomo para cada produto.

E ainda temos reservas desses modelos, que vamos naturalmente continuar a distribuí-los paralelamente aos novos folhetos, até à sua completa extinção, porque o marketing também não convive bem com o desperdício.

Entretanto e para explicar a mudança, temos de atender que a Mútua define no tempo presente quatro vetores principais de mercado:

Pesca; Náutica de recreio e marítimo-turística; Comunidades ribeirinhas; Setor cooperativo e social.

Os novos folhetos procuram “mutatis mutandis” alinhar-se com esta orientação estratégica – não de produtos isolados, mas de setores – pelo que tendo um formato igual e parte do texto comum, derivam nas imagens e também nas prioridades e desenvolvimentos dado aos produtos, de acordo com o objetivo específico de cada prospeto.

Temos, pois, três novos folhetos:

- Pesca
- Cluster do mar
- Setor cooperativo e social

Estes folhetos num modelo físico diferente e original, contém a informação que nos pareceu suficiente para um primeiro conhecimento da Mútua.

Porque apesar da muita importância que também atribuímos à publicidade escrita e digital, temos presente que nada dispensa a abordagem pessoal e fraterna que nos caracteriza.

Assim, para além de algumas frases mais apelativas, são sucintamente referidos grandes momentos na vida da cooperativa, os seus seguros e os contactos.

Estes novos folhetos procuram então contribuir para uma maior divulgação da Mútua dos Pescadores, facilitando a interação com os cooperadores, clientes e restantes utentes.

## Homenagem a José Mota Bóia

José Mota Bóia, antigo presidente do Sindicato dos Pescadores do Distrito de Coimbra – Figueira da Foz durante décadas, faleceu no dia 11 de Maio de 2016. O seu funeral realizou-se no dia 12 do mesmo mês em Buarcos, Figueira da Foz, localidade onde residia.

José Mota Bóia foi também dirigente da Mútua dos Pescadores durante décadas e sempre fiel aos seus valores e princípios. Eu, José Amador – que tive o privilégio de trabalhar e conviver com ele, sempre o achei um homem muito estimado pela classe que representava e que espalhava pelos pescadores o seu saber e o seu gosto por defender a classe que representava.

José Mota Bóia era um verdadeiro humanista e o mundo das pescas ao perder uma figura deste calibre ficou sem dúvida nenhuma mais pobre mas a vida continua e cá estaremos sempre firmes e com a convicção para darmos seguimento ao seu trabalho. Ele irá fazer sempre parte da nossa história e por isso não o vamos esquecer.

Aos familiares e amigos do nosso querido companheiro falecido o colectivo dos Pescadores e da Mútua dos Pescadores manifesta as mais sentidas condolências.



José Amador

Presidente do Conselho de Administração da Mútua dos Pescadores

## Adeus a Leonor de Brito



**PONTO SEGURO**  
mediação de seguros, lda

Leonor Maria Pereira de Brito fez parte da família da Ponto Seguro durante mais de 20 anos.

Alentejana de raiz, nasceu em Castro Verde a 18 de Abril de 1947 e faleceu, de doença prolongada, no passado dia 3 de Junho de 2016.

Prestamos-lhe esta última homenagem, recordando a sua boa disposição, amizade e grande predisposição para falar...falar...falar!

Aos familiares e amigos apresentamos sentidos votos de amizade e solidariedade.

João Vidigal

Serviços Centrais da Ponto Seguro

## Um adeus ao “Filipe de Sines”

# MÚTUA DOS PESCADORES

O Filipe Rodrigues – o “Filipe de Sines” deixou-nos no início deste ano. Depois de muitos anos, mesmo muitos, a trabalharmos juntos para o Grupo Mútua, soube da triste notícia da sua morte.

Para mim, que já alguns anos tinha deixado de partilhar com ele assiduamente, pela minha vinda para o Norte, foi uma dupla surpresa, dado que desconhecia a sua doença.

Quando penso num homem bom, lembro-me dele, da sua boa disposição e da sua amizade desinteressada.

O Filipe é uma parte da história da Mútua e da Ponto Seguro. Aos familiares e amigos apresentamos as nossas condolências.

Edgar de Sousa

Grupo Mútua - Responsável da Zona Norte

## João Manuel

Há cerca de vinte anos, participei num projeto que envolvia, entre outras organizações, a Mútua dos Pescadores e as cooperativas de consumo.

E nessa qualidade conheci a Coopribatejo, que tinha a sede em Vale da Pinta, uma localidade próxima do Cartaxo.

A primeira das missões consistia em visitar as lojas da Cooperativa, dispersas por todo o Ribatejo, de forma a preparar as condições necessárias a uma parceria adequada.

Depois, já com a ligação consolidada, havia que manter um bom acompanhamento, que passava pela formação, marketing, rotina comercial e reuniões de trabalho.

Em todo este percurso estive em ligação com o João Manuel Jacinto, dirigente da Coopribatejo e personalidade mais influente na coordenação das lojas.

Foram momentos muito gratificantes, que hoje recordo com grande prazer.

E uma das razões prende-se com a excelente receção e apoio que os dirigentes da Coopribatejo em geral e o João Manuel em particular me prestaram.

Era uma pessoa amistosa no seu estilo muito peculiar, multifacetada, de grande dinamismo e entrega, que tudo fez para que a nossa ação comum resultasse em sucesso.

Também por isso, nesta hora mais difícil, em que o João Manuel nos deixa, quero aqui apresentar, pessoalmente e em nome da Mútua dos Pescadores, ao irmão Alexandre Jacinto – também grande companheiro cooperativista – e à restante família, as sentidas condolências, na certeza de que os ideais associativos por que lutou terão continuadores nesta cooperativa de utentes de seguros.



Adelino Cardoso



# Pequenos Anúncios



**VENDE-SE GUINCHO HIDRÁULICO E OUTRO EQUIPAMENTO - PESCA DO ESPADARTE OU ATUM**  
Capacidade da bobina: 40 milhas monofio 3,5mm instalado / 15 milhas de monofio 3,5mm novo / 1 Rádio goniómetro novo / 2200 alfinetes inox / Uma bomba hidráulica com embraiagem acoplada  
Contactar Genário Madruga - 919 282 423 ou 292 494 608

**VENDE-SE LICENÇA DE PESCA**  
Licença de pesca p/ artes de palangre e de covos  
CONTACTAR: D. Noémia - 963 115 440

**NECESSITA-SE ACORDO EM REGIME DE PARceria**  
Organização Onipol em Angola, pretende, em regime de contrato, 3 embarcações tipo traineira p/ pescar em águas territoriais angolanas. A empresa possui alvará de pesca.  
CONTACTAR: Carlos André - 00244923607756, omassamba363@yahoo.com.br

**NEGOCIA-SE LICENÇA DE PESCA PARA ANGOLA**  
Licença p/ pesca em águas territoriais angolanas p/ 1 embarcação polivalente até 60 m.; quaisquer artes; c/ capacidade de frio; possibilidade de venda do pescado em Portugal; sem necessidade de pagamento à cabeça; possibilidade de pagamento c/ partes capturas. CONTACTAR: José A. Martins - 967820600

**VENDE-SE EQUIPAMENTOS E ARTES**  
Vende-se avulso: hélice, guincho, covos e redes de tresmalho.  
Contactar: Adão de Jesus - 258 820 147 ou 966 208 155

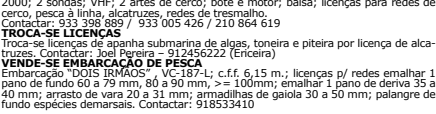
**VENDE-SE EMBARCAÇÃO DE PESCA**  
"SANTA LUCIA", c/ todas as licenças e apetrechos de pesca, incluindo câmara frigorífica.  
Contactar: Felisbela Carvalho - 966 674 107 ou 210 815 381 (Sesimbra)

**VENDE-SE EMBARCAÇÃO DE PESCA**  
"TAIHA" - 58-995-C; vende-se traineira e enviada, juntas ou em separado; c.f.f. 20 metros; 42 TAB; motor GM 305HP; c/ todos eletrónicos e meios de salvagem. Licença p/ cerco. Vende-se com redes.  
Contactar: 212 233 127 (Sr Carvalho - Sesimbra)

**VENDE-SE EMBARCAÇÃO DE PESCA**  
Embarcação "VEIO DO MAR" - 56-119-C; construção 1981; modernização 2000; c.f.f. 12,78 m.; boca de sinal 3,81 m.; pontal de sinal 1,40 m.; motor Cummins 132 HP de 2000; 2 sondas; VHF; c/ cabanas de 3 lugares; botas e motor; balsa; licenças para redes de cerco, pesca à linha, alcruztes, redes de tresmalho.  
Contactar: 933 398 889 / 933 005 426 / 210 864 619

**TROCA-SE LICENÇAS**  
Troca-se licenças de apanha submarina de algas, toneira e piteira por licenças de alcruztes. Contactar: João Pereira - 912456222 (Enceira)

**VENDE-SE EMBARCAÇÃO DE PESCA**  
Embarcação "DOIS IRMÃOS" - VC-187-L; c.f.f. 6,15 m.; licenças p/ redes emalhar 1 pano de fundo 60 a 79 mm, >= 100mm; emalhar 1 pano de deriva 35 a 40 mm; arrasto de vara 20 a 31 mm; armadilhas de gaiola 30 a 50 mm; palangre de fundo espécies demersais. Contactar: 918533410



**VENDE-SE EMBARCAÇÃO DE PESCA**  
Embarcação "Maria Santos" - VC-120-C; 11,90 m. c.f.f.; sonda; GPS; VHF; motor 105 HP. Vende-se com artes. Licenças p/ rede de arrasto c/ vara, covos, tresmalho, palangre e pesca à linha.  
Contactar: Venâncio Silva - 965165079; 258921797 (Caminha)

**VENDE-SE EMBARCAÇÃO DE PESCA**  
Embarcação "JOÃO FRANCISCO" - S-2025-C; motor MWM; 2 quinchos; radar, sonda, GPS; 2 VHF; c/ artes ganchoira, anzol e todas as espécies de bivalves.  
Contactar: Francisco Gonçalves - tel. 91 886 00 33

**VENDE-SE EMBARCAÇÃO DE PESCA**  
Embarcação "SANTA LUCIA" - 58-995-C; vende-se traineira e enviada, juntas ou em separado; c.f.f. 20 metros; 42 TAB; motor GM 305HP; c/ todos eletrónicos e meios de salvagem. Licença p/ cerco. Vende-se com redes.  
Contactar: 212 233 127 (Sr Carvalho - Sesimbra)

**VENDE-SE EMBARCAÇÃO DE PESCA**  
Embarcação "DOIS IRMÃOS" - VC-187-L; c.f.f. 6,15 m.; licenças p/ redes emalhar 1 pano de fundo 60 a 79 mm, >= 100mm; emalhar 1 pano de deriva 35 a 40 mm; arrasto de vara 20 a 31 mm; armadilhas de gaiola 30 a 50 mm; palangre de fundo espécies demersais. Contactar: 918533410

**VENDE-SE EMBARCAÇÃO DE PESCA**  
Embarcação "JOÃO FRANCISCO" - S-2025-C; motor MWM; 2 quinchos; radar, sonda, GPS; 2 VHF; c/ artes ganchoira, anzol e todas as espécies de bivalves.  
Contactar: Francisco Gonçalves - tel. 91 886 00 33

**VENDE-SE EMBARCAÇÃO DE PESCA**  
Embarcação "JOÃO FRANCISCO" - S-2025-C; motor MWM; 2 quinchos; radar, sonda, GPS; 2 VHF; c/ artes ganchoira, anzol e todas as espécies de bivalves.  
Contactar: Francisco Gonçalves - tel. 91 886 00 33

**VENDE-SE EMBARCAÇÃO DE PESCA**  
Embarcação "JOÃO FRANCISCO" - S-2025-C; motor MWM; 2 quinchos; radar, sonda, GPS; 2 VHF; c/ artes ganchoira, anzol e todas as espécies de bivalves.  
Contactar: Francisco Gonçalves - tel. 91 886 00 33

**VENDE-SE EMBARCAÇÃO DE PESCA**  
Embarcação "JOÃO FRANCISCO" - S-2025-C; motor MWM; 2 quinchos; radar, sonda, GPS; 2 VHF; c/ artes ganchoira, anzol e todas as espécies de bivalves.  
Contactar: Francisco Gonçalves - tel. 91 886 00 33

**VENDE-SE EMBARCAÇÃO DE PESCA**  
Embarcação "JOÃO FRANCISCO" - S-2025-C; motor MWM; 2 quinchos; radar, sonda, GPS; 2 VHF; c/ artes ganchoira, anzol e todas as espécies de bivalves.  
Contactar: Francisco Gonçalves - tel. 91 886 00 33

**VENDE-SE EMBARCAÇÃO DE PESCA**  
Embarcação "JOÃO FRANCISCO" - S-2025-C; motor MWM; 2 quinchos; radar, sonda, GPS; 2 VHF; c/ artes ganchoira, anzol e todas as espécies de bivalves.  
Contactar: Francisco Gonçalves - tel. 91 886 00 33

**VENDE-SE EMBARCAÇÃO DE PESCA**  
Embarcação "JOÃO FRANCISCO" - S-2025-C; motor MWM; 2 quinchos; radar, sonda, GPS; 2 VHF; c/ artes ganchoira, anzol e todas as espécies de bivalves.  
Contactar: Francisco Gonçalves - tel. 91 886 00 33

**VENDE-SE EMBARCAÇÃO DE PESCA**  
Embarcação "JOÃO FRANCISCO" - S-2025-C; motor MWM; 2 quinchos; radar, sonda, GPS; 2 VHF; c/ artes ganchoira, anzol e todas as espécies de bivalves.  
Contactar: Francisco Gonçalves - tel. 91 886 00 33

**VENDE-SE EMBARCAÇÃO DE PESCA**  
Embarcação "JOÃO FRANCISCO" - S-2025-C; motor MWM; 2 quinchos; radar, sonda, GPS; 2 VHF; c/ artes ganchoira, anzol e todas as espécies de bivalves.  
Contactar: Francisco Gonçalves - tel. 91 886 00 33

**VENDE-SE EMBARCAÇÃO DE PESCA**  
Embarcação "JOÃO FRANCISCO" - S-2025-C; motor MWM; 2 quinchos; radar, sonda, GPS; 2 VHF; c/ artes ganchoira, anzol e todas as espécies de bivalves.  
Contactar: Francisco Gonçalves - tel. 91 886 00 33

**VENDE-SE EMBARCAÇÃO DE PESCA**  
Embarcação "JOÃO FRANCISCO" - S-2025-C; motor MWM; 2 quinchos; radar, sonda, GPS; 2 VHF; c/ artes ganchoira, anzol e todas as espécies de bivalves.  
Contactar: Francisco Gonçalves - tel. 91 886 00 33

**VENDE-SE EMBARCAÇÃO DE PESCA**  
Embarcação "JOÃO FRANCISCO" - S-2025-C; motor MWM; 2 quinchos; radar, sonda, GPS; 2 VHF; c/ artes ganchoira, anzol e todas as espécies de bivalves.  
Contactar: Francisco Gonçalves - tel. 91 886 00 33

**VENDE-SE EMBARCAÇÃO DE PESCA**  
Embarcação "JOÃO FRANCISCO" - S-2025-C; motor MWM; 2 quinchos; radar, sonda, GPS; 2 VHF; c/ artes ganchoira, anzol e todas as espécies de bivalves.  
Contactar: Francisco Gonçalves - tel. 91 886 00 33

**VENDE-SE EMBARCAÇÃO DE PESCA**  
Embarcação "JOÃO FRANCISCO" - S-2025-C; motor MWM; 2 quinchos; radar, sonda, GPS; 2 VHF; c/ artes ganchoira, anzol e todas as espécies de bivalves.  
Contactar: Francisco Gonçalves - tel. 91 886 00 33

**VENDE-SE EMBARCAÇÃO DE PESCA**  
Embarcação "JOÃO FRANCISCO" - S-2025-C; motor MWM; 2 quinchos; radar, sonda, GPS; 2 VHF; c/ artes ganchoira, anzol e todas as espécies de bivalves.  
Contactar: Francisco Gonçalves - tel. 91 886 00 33

**VENDE-SE EMBARCAÇÃO DE PESCA**  
Embarcação "JOÃO FRANCISCO" - S-2025-C; motor MWM; 2 quinchos; radar, sonda, GPS; 2 VHF; c/ artes ganchoira, anzol e todas as espécies de bivalves.  
Contactar: Francisco Gonçalves - tel. 91 886 00 33

**VENDE-SE EMBARCAÇÃO DE PESCA**  
Embarcação "JOÃO FRANCISCO" - S-2025-C; motor MWM; 2 quinchos; radar, sonda, GPS; 2 VHF; c/ artes ganchoira, anzol e todas as espécies de bivalves.  
Contactar: Francisco Gonçalves - tel. 91 886 00 33

**VENDE-SE EMBARCAÇÃO DE PESCA**  
Embarcação "JOÃO FRANCISCO" - S-2025-C; motor MWM; 2 quinchos; radar, sonda, GPS; 2 VHF; c/ artes ganchoira, anzol e todas as espécies de bivalves.  
Contactar: Francisco Gonçalves - tel. 91 886 00 33

**VENDE-SE EMBARCAÇÃO DE PESCA**  
Embarcação "JOÃO FRANCISCO" - S-2025-C; motor MWM; 2 quinchos; radar, sonda, GPS; 2 VHF; c/ artes ganchoira, anzol e todas as espécies de bivalves.  
Contactar: Francisco Gonçalves - tel. 91 886 00 33

**VENDE-SE EMBARCAÇÃO DE PESCA**  
Embarcação "JOÃO FRANCISCO" - S-2025-C; motor MWM; 2 quinchos; radar, sonda, GPS; 2 VHF; c/ artes ganchoira, anzol e todas as espécies de bivalves.  
Contactar: Francisco Gonçalves - tel. 91 886 00 33

**VENDE-SE EMBARCAÇÃO DE PESCA**  
Embarcação "JOÃO FRANCISCO" - S-2025-C; motor MWM; 2 quinchos; radar, sonda, GPS; 2 VHF; c/ artes ganchoira, anzol e todas as espécies de bivalves.  
Contactar: Francisco Gonçalves - tel. 91 886 00 33

**VENDE-SE EMBARCAÇÃO DE PESCA**  
Embarcação "JOÃO FRANCISCO" - S-2025-C; motor MWM; 2 quinchos; radar, sonda, GPS; 2 VHF; c/ artes ganchoira, anzol e todas as espécies de bivalves.  
Contactar: Francisco Gonçalves - tel. 91 886 00 33

**VENDE-SE EMBARCAÇÃO DE PESCA**  
Embarcação "JOÃO FRANCISCO" - S-2025-C; motor MWM; 2 quinchos; radar, sonda, GPS; 2 VHF; c/ artes ganchoira, anzol e todas as espécies de bivalves.  
Contactar: Francisco Gonçalves - tel. 91 886 00 33

**VENDE-SE EMBARCAÇÃO DE PESCA**  
Embarcação "JOÃO FRANCISCO" - S-2025-C; motor MWM; 2 quinchos; radar, sonda, GPS; 2 VHF; c/ artes ganchoira, anzol e todas as espécies de bivalves.  
Contactar: Francisco Gonçalves - tel. 91 886 00 33

**VENDE-SE EMBARCAÇÃO DE PESCA**  
Embarcação "JOÃO FRANCISCO" - S-2025-C; motor MWM; 2 quinchos; radar, sonda, GPS; 2 VHF; c/ artes ganchoira, anzol e todas as espécies de bivalves.  
Contactar: Francisco Gonçalves - tel. 91 886 00 33

**VENDE-SE EMBARCAÇÃO DE PESCA**  
Embarcação "JOÃO FRANCISCO" - S-2025-C; motor MWM; 2 quinchos; radar, sonda, GPS; 2 VHF; c/ artes ganchoira, anzol e todas as espécies de bivalves.  
Contactar: Francisco Gonçalves - tel. 91 886 00 33

**VENDE-SE EMBARCAÇÃO DE PESCA**  
Embarcação "JOÃO FRANCISCO" - S-2025-C; motor MWM; 2 quinchos; radar, sonda, GPS; 2 VHF; c/ artes ganchoira, anzol e todas as espécies de bivalves.  
Contactar: Francisco Gonçalves - tel. 91 886 00 33

**VENDE-SE EMBARCAÇÃO DE PESCA**  
Embarcação "JOÃO FRANCISCO" - S-2025-C; motor MWM; 2 quinchos; radar, sonda, GPS; 2 VHF; c/ artes ganchoira, anzol e todas as espécies de bivalves.  
Contactar: Francisco Gonçalves - tel. 91 886 00 33

**VENDE-SE EMBARCAÇÃO DE PESCA**  
Embarcação "JOÃO FRANCISCO" - S-2025-C; motor MWM; 2 quinchos; radar, sonda, GPS; 2 VHF; c/ artes ganchoira, anzol e todas as espécies de bivalves.  
Contactar: Francisco Gonçalves - tel. 91 886 00 33



**VENDE-SE "JONI", SM-300-L (PESCA)**  
"Joni" - SM-300-L - 54. Porto/Nazare - Ano: 2004 - Motor: Perkins 65 CV; C.f.f.: 8,56m; 2 sondas, 1 radar GPS/plotter VHF, piloto automático. Licenças: redes/anzol/covos/alcruztes. Contactar: 966 343 50

**VENDE-SE "PEIXE DE OURO", VR-529-C (PESCA)**  
"Peixe de Ouro" - VR-529-C; Ano: 2007; Fibra de Vidro - Motor: Scania (ultima geração), tipo fixo, gasóleo, de 147 CV (homologados). C.f.f.: 14,98 m; comp. entre perpend. 13,00 m; pontal: 2,00m; boca sinal: 5,00m; arrastado bruta (GT) 26-70; 2 VHF; 3 GPS; 1 radar. Licenças: covos/alcruztes/redes emalhar e tresmalho/linha-palangre de fundo. Bom preço. Pagamento negociável.  
Contactos: 932378332 / 417215353

**VENDE-SE ATUNEIRAS - OLHAO**  
12 toneiras para pesca ao choco, lula, polvo. Toneiras de chumbo para pesca ao choco lula polvo, com coroa de picos inoxidável extremamente resistentes e duráveis picos ahoados varias cores disponíveis brilho no escuro para pesca noturna as lulas (mencionar na compra). Preço: € 30,00euros - 12 unidades - quantidade negociável. Entregues em 24h em todo país - portes incluídos - só paga quando recebe em casa. Telefone: 910000000 / Email: artigos1988@hotmail.com

**VENDE-SE EMBARCAÇÃO DE PESCA LOCAL "MAR AZUL" - N-2602-L, NAZARÉ**  
Comp fora a fora 6,15; com licenças Redes e Palangre; Motor Yamaha (2T); 60 CV (Mod.306)  
Contacto: 969 356 629

**VENDE-SE EMBARCAÇÃO DE PESCA LOCAL "MAR AZUL" - N-2602-L, NAZARÉ**  
Comp fora a fora 6,15; com licenças Redes e Palangre; Motor Yamaha (2T); 60 CV (Mod.306)  
Contacto: 969 356 629

**VENDE-SE EMBARCAÇÃO DE PESCA LOCAL "MAR AZUL" - N-2602-L, NAZARÉ**  
Comp fora a fora 6,15; com licenças Redes e Palangre; Motor Yamaha (2T); 60 CV (Mod.306)  
Contacto: 969 356 629

**VENDE-SE EMBARCAÇÃO DE PESCA LOCAL "MAR AZUL" - N-2602-L, NAZARÉ**  
Comp fora a fora 6,15; com licenças Redes e Palangre; Motor Yamaha (2T); 60 CV (Mod.306)  
Contacto: 969 356 629

**VENDE-SE EMBARCAÇÃO DE PESCA LOCAL "MAR AZUL" - N-2602-L, NAZARÉ**  
Comp fora a fora 6,15; com licenças Redes e Palangre; Motor Yamaha (2T); 60 CV (Mod.306)  
Contacto: 969 356 629

**VENDE-SE EMBARCAÇÃO DE PESCA LOCAL "MAR AZUL" - N-2602-L, NAZARÉ**  
Comp fora a fora 6,15; com licenças Redes e Palangre; Motor Yamaha (2T); 60 CV (Mod.306)  
Contacto: 969 356 629

**VENDE-SE EMBARCAÇÃO DE PESCA LOCAL "MAR AZUL" - N-2602-L, NAZARÉ**  
Comp fora a fora 6,15; com licenças Redes e Palangre; Motor Yamaha (2T); 60 CV (Mod.306)  
Contacto: 969 356 629

**VENDE-SE EMBARCAÇÃO DE PESCA LOCAL "MAR AZUL" - N-2602-L, NAZARÉ**  
Comp fora a fora 6,15; com licenças Redes e Palangre; Motor Yamaha (2T); 60 CV (Mod.306)  
Contacto: 969 356 629

**VENDE-SE EMBARCAÇÃO DE PESCA LOCAL "MAR AZUL" - N-2602-L, NAZARÉ**  
Comp fora a fora 6,15; com licenças Redes e Palangre; Motor Yamaha (2T); 60 CV (Mod.306)  
Contacto: 969 356 629

**VENDE-SE EMBARCAÇÃO DE PESCA LOCAL "MAR AZUL" - N-2602-L, NAZARÉ**  
Comp fora a fora 6,15; com licenças Redes e Palangre; Motor Yamaha (2T); 60 CV (Mod.306)  
Contacto: 969 356 629

**VENDE-SE EMBARCAÇÃO DE PESCA LOCAL "MAR AZUL" - N-2602-L, NAZARÉ**  
Comp fora a fora 6,15; com licenças Redes e Palangre; Motor Yamaha (2T); 60 CV (Mod.306)  
Contacto: 969 356 629

**VENDE-SE EMBARCAÇÃO DE PESCA LOCAL "MAR AZUL" - N-2602-L, NAZARÉ**  
Comp fora a fora 6,15; com licenças Redes e Palangre; Motor Yamaha (2T); 60 CV (Mod.306)  
Contacto: 969 356 629

**VENDE-SE EMBARCAÇÃO DE PESCA LOCAL "MAR AZUL" - N-2602-L, NAZARÉ**  
Comp fora a fora 6,15; com licenças Redes e Palangre; Motor Yamaha (2T); 60 CV (Mod.306)  
Contacto: 969 356 629

**VENDE-SE EMBARCAÇÃO DE PESCA LOCAL "MAR AZUL" - N-2602-L, NAZARÉ**  
Comp fora a fora 6,15; com licenças Redes e Palangre; Motor Yamaha (2T); 60 CV (Mod.306)  
Contacto: 969 356 629

**VENDE-SE EMBARCAÇÃO DE PESCA LOCAL "MAR AZUL" - N-2602-L, NAZARÉ**  
Comp fora a fora 6,15; com licenças Redes e Palangre; Motor Yamaha (2T); 60 CV (Mod.306)  
Contacto: 969 356 629

**VENDE-SE EMBARCAÇÃO DE PESCA LOCAL "MAR AZUL" - N-2602-L, NAZARÉ**  
Comp fora a fora 6,15; com licenças Redes e Palangre; Motor Yamaha (2T); 60 CV (Mod.306)  
Contacto: 969 356 629

**VENDE-SE EMBARCAÇÃO DE PESCA LOCAL "MAR AZUL" - N-2602-L, NAZARÉ**  
Comp fora a fora 6,15; com licenças Redes e Palangre; Motor Yamaha (2T); 60 CV (Mod.306)  
Contacto: 969 356 629

**VENDE-SE EMBARCAÇÃO DE PESCA LOCAL "MAR AZUL" - N-2602-L, NAZARÉ**  
Comp fora a fora 6,15; com licenças Redes e Palangre; Motor Yamaha (2T); 60 CV (Mod.306)  
Contacto: 969 356 629

**VENDE-SE EMBARCAÇÃO DE PESCA LOCAL "MAR AZUL" - N-2602-L, NAZARÉ**  
Comp fora a fora 6,15; com licenças Redes e Palangre; Motor Yamaha (2T); 60 CV (Mod.306)  
Contacto: 969 356 629

**VENDE-SE EMBARCAÇÃO DE PESCA LOCAL "MAR AZUL" - N-2602-L, NAZARÉ**  
Comp fora a fora 6,15; com licenças Redes e Palangre; Motor Yamaha (2T); 60 CV (Mod.306)  
Contacto: 969 356 629

**VENDE-SE EMBARCAÇÃO DE PESCA LOCAL "MAR AZUL" - N-2602-L, NAZARÉ**  
Comp fora a fora 6,15; com licenças Redes e Palangre; Motor Yamaha (2T); 60 CV (Mod.306)  
Contacto: 969 356 629

**VENDE-SE EMBARCAÇÃO DE PESCA LOCAL "MAR AZUL" - N-2602-L, NAZARÉ**  
Comp fora a fora 6,15; com licenças Redes e Palangre; Motor Yamaha (2T); 60 CV (Mod.306)  
Contacto: 969 356 629

**VENDE-SE EMBARCAÇÃO DE PESCA LOCAL "MAR AZUL" - N-2602-L, NAZARÉ**  
Comp fora a fora 6,15; com licenças Redes e Palangre; Motor Yamaha (2T); 60 CV (Mod.306)  
Contacto: 969 356 629

**VENDE-SE EMBARCAÇÃO DE PESCA LOCAL "MAR AZUL" - N-2602-L, NAZARÉ**  
Comp fora a fora 6,15; com licenças Redes e Palangre; Motor Yamaha (2T); 60 CV (Mod.306)  
Contacto: 969 356 629

**VENDE-SE EMBARCAÇÃO DE PESCA LOCAL "MAR AZUL" - N-2602-L, NAZARÉ**  
Comp fora a fora 6,15; com licenças Redes e Palangre; Motor Yamaha (2T); 60 CV (Mod.306)  
Contacto: 969 356 629

**VENDE-SE EMBARCAÇÃO DE PESCA LOCAL "MAR AZUL" - N-2602-L, NAZARÉ**  
Comp fora a fora 6,15; com licenças Redes e Palangre; Motor Yamaha (2T); 60 CV (Mod.306)  
Contacto: 969 356 629

**VENDE-SE EMBARCAÇÃO DE PESCA LOCAL "MAR AZUL" - N-2602-L, NAZARÉ**  
Comp fora a fora 6,15; com licenças Redes e Palangre; Motor Yamaha (2T); 60 CV (Mod.306)  
Contacto: 969 356 629

**VENDE-SE EMBARCAÇÃO DE PESCA LOCAL "MAR AZUL" - N-2602-L, NAZARÉ**  
Comp fora a fora 6,15; com licenças Redes e Palangre; Motor Yamaha (2T); 60 CV (Mod.306)  
Contacto: 969 356 629

**VENDE-SE EMBARCAÇÃO DE PESCA LOCAL "MAR AZUL" - N-2602-L, NAZARÉ**  
Comp fora a fora 6,15; com licenças Redes e Palangre; Motor Yamaha (2T); 60 CV (Mod.306)  
Contacto: 969 356 629

**VENDE-SE EMBARCAÇÃO DE PESCA LOCAL "MAR AZUL" - N-2602-L, NAZARÉ**  
Comp fora a fora 6,15; com licenças Redes e Palangre; Motor Yamaha (2T); 60 CV (Mod.306)  
Contacto: 969 356 629

**VENDE-SE EMBARCAÇÃO DE PESCA LOCAL "MAR AZUL" - N-2602-L, NAZARÉ**  
Comp fora a fora 6,15; com licenças Redes e Palangre; Motor Yamaha (2T); 60 CV (Mod.306)  
Contacto: 969 356 629

**VENDE-SE EMBARCAÇÃO DE PESCA LOCAL "MAR AZUL" - N-2602-L, NAZARÉ**  
Comp fora a fora 6,15; com licenças Redes e Palangre; Motor Yamaha (2T); 60 CV (Mod.306)  
Contacto: 969 356 629

**VENDE-SE EMBARCAÇÃO DE PESCA LOCAL "MAR AZUL" - N-2602-L, NAZARÉ**  
Comp fora a fora 6,15; com licenças Redes e Palangre; Motor Yamaha (2T); 60 CV (Mod.306)  
Contacto: 969 356 629

**VENDE-SE EMBARCAÇÃO DE PESCA LOCAL "MAR AZUL" - N-2602-L, NAZARÉ**  
Comp fora a fora 6,15; com licenças Redes e Palangre; Motor Yamaha (2T); 60 CV (Mod.306)  
Contacto: 969 356 629

**VENDE-SE EMBARCAÇÃO DE PESCA LOCAL "MAR AZUL" - N-2602-L, NAZARÉ**  
Comp fora a fora 6,15; com licenças Redes e Palangre; Motor Yamaha (2T); 60 CV (Mod.306)  
Contacto: 969 356 629

**VENDE-SE EMBARCAÇÃO DE PESCA LOCAL "MAR AZUL" - N-2602-L, NAZARÉ**  
Comp fora a fora 6,15; com licenças Redes e Palangre; Motor Yamaha (2T); 60 CV (Mod.306)  
Contacto: 969 356 629

**VENDE-SE EMBARCAÇÃO DE PESCA LOCAL "MAR AZUL" - N-2602-L, NAZARÉ**  
Comp fora a fora 6,15; com licenças Redes e Palangre; Motor Yamaha (2T); 60 CV (Mod.306)  
Contacto: 969 356 629

**VENDE-SE EMBARCAÇÃO DE PESCA LOCAL "MAR AZUL" - N-2602-L, NAZARÉ**  
Comp fora a fora 6,15; com licenças Redes e Palangre; Motor Yamaha (2T); 60 CV (Mod.306)  
Contacto: 969 356 629

**VENDE-SE EMBARCAÇÃO DE PESCA LOCAL "MAR AZUL" - N-2602-L, NAZARÉ**  
Comp fora a fora 6,15; com licenças Redes e Palangre; Motor Yamaha (2T); 60 CV (Mod.306)  
Contacto: 969 356 629

**VENDE-SE EMBARCAÇÃO DE PESCA LOCAL "MAR AZUL" - N-2602-L, NAZARÉ**  
Comp fora a fora 6,15; com licenças Redes e Palangre; Motor Yamaha (2T); 60 CV (Mod.306)  
Contacto: 969 356 629

**VENDE-SE EMBARCAÇÃO DE PESCA LOCAL "MAR AZUL" - N-2602-L, NAZARÉ**  
Comp fora a fora 6,15; com licenças Redes e Palangre; Motor Yamaha (2T); 60 CV (Mod.306)  
Contacto: 969 356 629

**VENDE-SE EMBARCAÇÃO DE PESCA LOCAL "MAR AZUL" - N-2602-L, NAZARÉ**  
Comp fora a fora 6,15; com licenças Redes e Palangre; Motor Yamaha (2T); 60 CV (Mod.306)  
Contacto: 969 356 629

**VENDE-SE EMBARCAÇÃO DE PESCA LOCAL "MAR AZUL" - N-2602-L, NAZARÉ**  
Comp fora a fora 6,15; com licenças Redes e Palangre; Motor Yamaha (2T); 60 CV (Mod.306)  
Contacto: 969 356 629

**VENDE-SE EMBARCAÇÃO DE PESCA LOCAL "MAR AZUL" - N-2602-L, NAZARÉ**  
Comp fora a



1ª cooperativa portuguesa de seguros

**em terra e no mar**



Pormenor de "Pirilampo Mágico" criado pela atriz Cláudia Semedo, propriedade da Fenacerci. Fotografia de Marta Pita. Concepção gráfica de Duarte Saraiva

- experiência mutualista desde 1942
- a seguradora do mar
- plataforma de seguros para o sector cooperativo e social



**MUTUA**  
DOS PESCADORES

*seguro solidário*

Lisboa: 213 936 300 | Aveiro: 234 368 115 | Funchal: 291 222 758 | Horta: 292 391 920

Matosinhos: 229 382 531 | Nazaré: 262 551 031 | Olhão: 289 714 403

Peniche: 262 780 040 | Ponta Delgada: 296 288 940 | Portimão: 282 411 374 | Sesimbra: 212 231 775

Setúbal: 265 537 343 | Sines: 269 635 844

Viana do Castelo: 258 101 495 | Vila do Conde: 252 623 265

[www.mtuapescadores.pt](http://www.mtuapescadores.pt) • [geral@mtuapescadores.pt](mailto:geral@mtuapescadores.pt)